

Agenda21local

Município de
Idanha-a-Nova

Relatório



Maio 2008

ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.
Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid Maastricht

Índice

Relatório

1. Introdução	6
2. Enquadramento metodológico	12
2.1. A Agenda 21 Local	12
2.2. Metodologia de desenvolvimento	15
2.2.1. Retrato ambiental, económico, social e do conhecimento e Inovação	19
2.2.2. Diagnóstico das relações inter-sectoriais e das tendências de mudança	19
2.2.3. Priorização de necessidades de intervenção	19
2.2.4. Visão e Objectivos Operacionais	20
2.2.5. Planos de Acção	20
2.2.6. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	20
2.2.7. Fórum de Desenvolvimento Sustentável	21
3. Viver em Idanha-a-Nova	22
3.1. Município	22
3.1.1. Acessibilidades, transportes e comunicações	23
3.1.2. Freguesias do Município	24
3.1.3. Demografia	26

3.2. Ambiente	29
3.2.1. Caracterização Física do Município	29
3.2.1.1. Clima	29
3.2.1.2. Geomorfologia	29
3.2.1.3. Recursos Hídricos	30
3.2.2. Diagnóstico Ambiental do Município	32
3.2.2.1. Água	32
3.2.2.2. Resíduos e Limpeza Urbana	43
3.2.2.3. Energia	47
3.2.2.4. Qualidade do ar	52
3.2.2.5. Ruído	53
3.2.2.6. Conservação da Natureza	54
3.2.2.7. Floresta	66
3.2.2.8. Gestão Sustentável da Autarquia e das Empresas Locais	73
3.2.2.9. Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade	76
3.3. Economia	80
3.3.1. Indicadores de enquadramento económico	80
3.3.2. Actividades Económicas Empresariais	83
3.3.3. Agricultura e produção animal	86
3.3.4. Silvicultura	90
3.3.5. Indústria transformadora	91
3.3.6. Construção civil	93
3.3.7. Serviços privados e de natureza pública	93

3.3.8. Turismo	97
3.3.8.1. Oferta e procura turística	97
3.3.8.2. Promoção turística	101
3.4. Sociedade	105
3.4.1. Saúde	105
3.4.2. Acção Social	107
3.4.3. Cultura	110
3.4.4. Desporto	113
3.4.5. Segurança	115
3.4.6. Governação	116
3.5. Conhecimento e inovação	118
3.5.1. Educação	118
3.5.2. Formação profissional	123
3.5.3. Sociedade da informação e do conhecimento	125
3.5.4. Inovação	127
3.6. Inquérito à população	129
3.7. Priorização das necessidades de intervenção	133
3.7.1. Metodologia do diagnóstico das relações inter-sectoriais das tendências de mudança	133
3.7.2. Tabelas de pontuação	142
4. Visão e objectivos operacionais	164

Índice

5. Participação da Comunidade	180
5.1. Missão	180
5.2. Fases importantes	180
5.3. Contribuição para o Regulamento/Estatutos	181
5.4. Monitorização do processo	182
6. Informadores privilegiados	183
7. A empresa e a equipa	188
8. Base de dados	190

Planos de Acção

Introdução	3
Plano de Acção n.º 01 - Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local	5
Plano de Acção n.º 02 - Construir uma estratégia de comunicação	16
1º Objectivo Operacional – Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência	22
2º Objectivo Operacional – Promover as Actividades Económicas	40
3º Objectivo Operacional – Diferenciar o Município	52
4º Objectivo Operacional – Promover a Coesão Social e Territorial	68

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Introdução -----	4
Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Idanha-a-Nova -----	4
Indicadores Ambientais -----	10
Indicadores Económicos -----	19
Indicadores Sociais -----	26
Indicadores do Conhecimento e Inovação -----	32
Glossário -----	38

Dinâmicas Populacionais e Projecções Demográficas

Introdução -----	3
Parte 1: Análise demográfica -----	5
Parte 2: Projecções -----	48
Apêndices -----	79

1

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



INTRODUÇÃO



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

1. Introdução

O mundo está hoje desperto para uma nova concepção de desenvolvimento, consciente de que o caminho do futuro é “um processo dinâmico que permite que todos concretizem as suas potencialidades e melhorem a sua qualidade de vida, sem contudo pôr em causa a protecção e a continuidade dos vários sistemas de vida do nosso Planeta.”¹

Isto significa que qualquer estratégia de desenvolvimento tem, hoje, de ter em conta os impactes das actividades económicas sobre o capital natural. Preocupação que abrange quer os bens do capital natural, tais como minerais, petróleo, madeira, quer os “serviços ambientais” (ar e água limpos, regulações climáticas). Tradicionalmente, nas medidas económicas não era considerada a totalidade dos custos e benefícios das decisões, uma vez que não se contabilizava o seu impacte naqueles stocks de capital natural. Actualmente, não é mais possível que a política e a estratégia económicas não integrem a interrelação entre as variáveis ambientais e as actividades económicas e que ignorem o impacte das opções actuais nas opções possíveis das gerações futuras.

Este modelo sócio-económico, que se designou por desenvolvimento sustentável, concilia a economia com o ambiente e a comunidade. Respeita, pois, os ecossistemas e considera a eficácia económica a par das finalidades sociais do desenvolvimento: a luta contra a pobreza, contra a desigualdade e contra a exclusão e, concomitantemente, o alcance de níveis crescentes de satisfação das pessoas na comunidade a que pertencem.



¹ *Farms for the Future* (Forum for the Future, 2003).

1. Introdução

A construção de comunidades sustentáveis implica a participação de todos os elementos da sociedade nos processos de decisão. As autoridades locais podem ajudar as suas comunidades a serem mais sustentáveis, mas não o podem fazer sem a participação das mesmas.

De facto, a sustentabilidade tem de ser orientada pela comunidade e baseada num consenso, porque a questão central é a decisão, não a experiência. Só um processo baseado na comunidade pode ultrapassar as barreiras políticas, burocráticas e psicológicas à mudança. Contudo, um processo conduzido pelos cidadãos tem de ser apoiado por políticas públicas, indispensáveis para assegurar a transição para um desenvolvimento sustentável.

Importa ter em conta que é difícil conseguir desenvolvimento sustentável em contextos onde a população decresce por emigração e envelhecimento, dado que a ausência de pessoas tem como consequência o abandono e a desertificação. Compreende-se que para alcançar níveis adequados de desenvolvimento sustentável, se torna necessário, no mínimo, atenuar os ritmos de decréscimo populacional, criando alternativas para as pessoas.

É aqui que cada concelho ou região deve tirar partido das suas mais valias concretas, que lhe são próprias e que o distinguem. Só dessa maneira podem construir o futuro e promover o interesse dos seus habitantes, especialmente dos mais jovens, e também dos seus emigrantes, em investir as suas capacidades e o seu trabalho nesse lugar.

A este percurso está hoje intrinsecamente ligado o conhecimento e a inovação, como factor de diferenciação positiva.

A inovação significa produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico e social. Pode abranger a renovação e o alargamento da gama de produtos e serviços e dos mercados associados; a criação de novos métodos de produção, de aprovisionamento e de distribuição; a introdução de alterações na gestão, na organização do trabalho e nas condições de trabalho, bem como nas qualificações dos trabalhadores.

1. Introdução

A rapidez e a eficácia da difusão da inovação na economia são fulcrais para o crescimento económico. E, para tanto, o conhecimento e as pessoas são determinantes, como redistribuição contínua de recursos que permitem aumentar a eficácia e o valor económico. A força induzida pela concorrência e a imitação desenvolve e aperfeiçoa a inovação inicial, de tal forma que o impacte na economia é, usualmente, bastante superior ao produzido pela primeira aplicação da inovação. Complementarmente, as empresas são motivadas para a inovação por pressões e desafios, nomeadamente a concorrência, e pelo desejo de criar um espaço de mercado novo.

O desenvolvimento sustentável de uma comunidade integra e persegue, pois, a qualidade de vida dos seus membros.

Desde finais da década de 70 do século XX que se tem vindo a gerar um sólido consenso no sentido de entender que a qualidade de vida não significa unicamente a melhoria do padrão de vida, mas inclui todos os níveis de bem-estar dos indivíduos, abrangendo as várias dimensões que reflectem importantes valores e objectivos sociais.

A qualidade de vida transparece no sentimento de bem-estar e satisfação do cidadão e de uma comunidade, resultante da envolvente externa, quando as suas necessidades são satisfeitas.

A qualidade de vida não é susceptível de ser adequadamente descrita apenas por via da análise de condições de vida objectivas, tais como o rendimento, a saúde, o número de amigos ou as condições de trabalho. A avaliação subjectiva das circunstâncias de vida em termos de bom e mau, satisfeito e insatisfeito, feliz e infeliz são igualmente necessárias para se obter o quadro completo do bem-estar pessoal. Do ponto de vista subjectivo, a qualidade de vida é o conjunto das experiências de vida das pessoas, compreendendo as oportunidades que se lhes apresentam, as escolhas que fazem e os resultados que alcançam nos seus contextos sociais, encontrando-se em estreita relação com a integração dessas pessoas na comunidade, cultura e sociedade em que vivem.

1. Introdução

A qualidade de vida é, pois, um conceito multidimensional que genericamente exprime o sentimento de bem-estar e satisfação do cidadão e de uma comunidade, resultante da envolvente externa, quando as suas necessidades são satisfeitas. Os factores de qualidade de vida são, assim, as vantagens não directamente económicas que essa comunidade tem para oferecer, integrando, nomeadamente, os seguintes vectores:

- Qualidade do ambiente;
- Nível de vida;
- Condições de vida;
- Qualificação dos recursos humanos.

O nível de vida identifica-se, sobretudo, com o padrão de vida dos residentes, exprimindo o bem-estar económico individual e o estado da economia local. Diz respeito à capacidade do cidadão de satisfazer necessidades de consumo, compatíveis com a sua cultura, história e tradições, dependendo da existência de actividades produtivas geradoras de bem-estar material, susceptíveis de criação de riqueza, e da consequente disponibilização de emprego, postos de trabalho e bens de consumo.

Por seu lado, as condições de vida englobam as prestações sociais e cuidados de saúde disponibilizados, a segurança, o acesso a actividades de cultura, lazer e desporto, a participação social, comunitária e política e o funcionamento das instituições locais, públicas e privadas. Relacionam-se com a satisfação de necessidades, que se concretiza através da organização da sociedade, defendendo os valores essenciais ao bem-estar social, psicológico, moral, religioso e cultural de cada cidadão.

Complementarmente, a qualidade do ambiente envolve todo o ecossistema e o património construído, dizendo respeito à defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida: ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, etc.

1. Introdução

A adequada interacção e articulação destes vectores nos processos de decisão estratégica da comunidade e na sua subsequente execução é um instrumento essencial da construção do sentimento de bem-estar ou satisfação em que se traduz a qualidade de vida. Este sentimento reflecte, na sua essência, uma comunidade orientada sobretudo para a sua dimensão humana.

Implementar uma política de desenvolvimento sustentável local obriga a ter em conta um conhecimento aprofundado da realidade onde se pretende actuar, uma avaliação dos seus diversos aspectos e especificidades. Obriga ainda a ter consciência de que a nova responsabilidade vem não só da nossa acção, mas também da nossa inacção.

A Agenda 21 Local do Município de Idanha-a-Nova assenta nos quatro pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental, o económico e o conhecimento e inovação.

Estes pilares afirmam-se em estratégias que se consubstanciam em medidas concretas que devem ser orientadas por um princípio de melhoria contínua, monitorizado por indicadores periodicamente mensuráveis.

Assim, na moldura conceptual dinâmica que é a da Agenda 21, a Agenda 21 Local do Município de Idanha-a-Nova pretende ser um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela História e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e co-responsabilidade.

A Agenda 21 Local, como a maior parte dos modelos de planeamento, implica a identificação de problemas e de oportunidades, a optimização da aplicação eficaz e eficiente dos recursos disponíveis e a medição do progresso registado por referência aos objectivos fixados, tendo em vista satisfazer as necessidades presentes e futuras das comunidades.



1. Introdução

Importa referir que este estudo pretende fazer uma análise da realidade do concelho, relevando potencialidades ou fragilidades e apontando alguns caminhos. A intenção dessa avaliação tem por objectivo fornecer ao executivo camarário um instrumento de trabalho para intervir no desenvolvimento sustentável do Município, não tendo qualquer pretensão de tecer quaisquer juízos de valor.

É de salientar que o conteúdo do capítulo “3. Viver em Idanha-a-Nova” reporta-se ao levantamento de informação realizado durante os trabalhos de campo no Município: o primeiro em **Março de 2006** complementado e actualizado pelo segundo em **Janeiro de 2008**. Por isso é perfeitamente possível que, depois desta data, se tenham registado algumas alterações, que tenham modificado algumas das situações encontradas.

Finalmente, deixamos uma palavra de agradecimento pela disponibilidade de todos os interlocutores e informadores privilegiados (executivo da Câmara Municipal, técnicos/formandos da Câmara Municipal e todos os demais entrevistados) que colaboraram na elaboração deste trabalho – Relatório, Planos de Acção e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – e para o qual foi muito relevante o conteúdo das informações recolhidas.

2

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

2. Enquadramento metodológico

2.1. A Agenda 21 Local

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) aprovou um Plano de Acção para o Século 21, intitulado “Agenda 21”. Realizada na comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo – evento em que as autoridades mundiais procuraram enfrentar a crise ambiental e apelaram ao empenhamento na educação ambiental –, a ECO 92 colocou a questão do *Desenvolvimento Sustentável* na ordem do dia das políticas públicas.

O conceito de *Desenvolvimento Sustentável* adoptado no Relatório “O Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland* - 1987), destinado a preparar a citada Conferência do Rio, que se assume, e que mantém toda a sua actualidade, é: “desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades de hoje, sem, no entanto, comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas necessidades”.

A Agenda 21 vem ao encontro desta preocupação, delineando vias genéricas para encontrar soluções. Trata-se de um programa global de acção, a ser posto em prática pelos governos, as instituições de desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas e os grupos de sectores independentes em todas as áreas que afectam o ambiente. A sua atenção dirige-se a quatro sectores, em especial:



- O campo económico e social do desenvolvimento;
- A conservação e renovação dos recursos utilizados para o desenvolvimento;
- A participação na decisão de grupos maioritários da população;
- A concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentado.

São, pois, considerados desafios à sustentabilidade indispensável ao desenvolvimento, temas globais como a erradicação da pobreza, com a promoção do

2. Enquadramento metodológico

desenvolvimento social e da saúde; a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, no sentido de uma maior eco-eficiência da economia; a conservação e gestão sustentável dos recursos; o reforço da boa governação a todos os níveis, incluindo a participação pública; os meios de implementação, abrangendo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica.

Não se tratando de problemas novos, a sua resolução e a inversão das tendências registadas supõem, no entanto, uma nova ética global e uma atitude ética dos indivíduos e da sociedade, reconhecendo e respondendo com sensibilidade às relações, complexas e em contínua evolução, do homem com o homem e do homem com a biosfera.

Promover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos níveis locais e regionais no processo de desenvolvimento sustentável, de acordo com o Capítulo 28.º da Agenda 21² é um processo participativo, multisectorial, cuja implementação assenta em planos de acção congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico, e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa micro-estrutura física e com administração própria, consubstanciando, assim, os princípios do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, em 1994 a União Europeia e a cidade de Aalborg, na Suécia, patrocinaram a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, organizada pelo ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais). Desta Conferência resultou a “Carta de Aalborg”, assinada por mais de 300 entidades, que deu início à Campanha para as Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, e em cuja Parte III se sublinha a importância do lançamento nas comunidades locais de processos de Agenda 21 Local.

² O Capítulo 28.º da Agenda 21 pode ser consultado na Base de Dados.

2. Enquadramento metodológico

Os signatários da Carta de Aalborg comprometeram-se a lançar um Plano de Acção Local incluindo as seguintes fases:

- Reconhecimento dos métodos de planeamento e dos mecanismos de apoio financeiro existentes, assim como de outros planos e programas;
- Identificação sistemática dos problemas e das suas causas através de consulta pública;
- Priorização das tarefas para tratar os problemas identificados;
- Definição do cenário para uma comunidade sustentável através de um processo de participação alargado a todos os sectores da comunidade;
- Exame das estratégias alternativas de desenvolvimento;
- Estabelecimento de um Plano de Acção Local, a longo prazo, para a sustentabilidade, o qual deve incluir metas mensuráveis;
- Programação da implementação do Plano, incluindo o calendário e a atribuição de responsabilidades aos parceiros;
- Estabelecimento das regras para a monitorização do processo de implementação do Plano.

Este Plano de Acção, assente nos resultados da monitorização, permite a aplicação operativa do Princípio da Melhoria Contínua baseado no ciclo “planear, executar, medir e actuar” (ciclo de Deming). É, pois, uma forma eficaz de delinear e executar estratégias que, a partir da experiência de aplicação, vão recolhendo orientações para continuar e aprofundar o desenvolvimento de forma sustentada.

O reconhecimento pela CNUAD de que é ao nível do Poder Local que grande parte dos problemas do desenvolvimento sustentável se

*Se me disseres esquecerei, se me mostrares
lembrar-me-ei, se me envolveres compreenderei.*

Anónimo

poderão resolver, não é mais do que a constatação de que, somente perto das comunidades e com o *envolvimento* destas, é possível identificar, planear, executar e

2. Enquadramento metodológico

monitorizar o desenvolvimento sócio-económico e ambiental dessas mesmas comunidades.

Tendo em consideração que a Agenda 21 Local se destina a favorecer de forma sustentada o desenvolvimento da Qualidade de Vida ao nível local, os temas por ela abordados incluem capítulos que se desdobram em quatro vertentes: nível de vida – economia –, condições de vida – sociedade, qualidade do ambiente e qualificação dos recursos humanos. Assim, não é de estranhar que aspectos como a criação de emprego, a exclusão social, a saúde, a terceira idade, os transportes e acessibilidades, o respeito pela História e pelo património construído, a educação, o associativismo, o desenvolvimento de actividades produtivas, o turismo, o acesso a produtos agrícolas ecológicos, a qualidade do ar, do solo, da água, o tratamento de resíduos e de efluentes líquidos, as energias renováveis, etc., sejam objecto de análise na Agenda 21.

2.2. Metodologia de desenvolvimento

A Agenda 21 Local como programa de desenvolvimento sustentável implica a definição de uma metodologia coerente, fiável e simples, passível de ser genericamente entendida, de ser executada com facilidade e de ser acompanhada com simplicidade.

A metodologia desenvolvida parte da qualificação do Município como uma unidade complexa, na qual os recursos ambientais interagem com o desenvolvimento económico, social e cultural dos cidadãos. Assenta, ainda, numa perspectiva integradora e transversal das políticas sectoriais locais.

Neste contexto, a aplicação da metodologia deve permitir equacionar os problemas e definir uma forma de os hierarquizar, estabelecendo prioridades para a actuação. É, assim, um processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial actual,

2. Enquadramento metodológico

aponta objectivos operacionais de desenvolvimento sustentável de forma criteriosa e define planos de acção consequentes e adequados à concretização daquelas opções.

O envolvimento e o poder de decisão das comunidades locais, nomeadamente por via da vontade e da liderança dos seus representantes políticos, constituem o fulcro da filosofia da Agenda 21 Local.

O projecto de implementação da Agenda 21 Local em Idanha-a-Nova foi dividido em várias etapas e fases sequenciais, estando estas organizadas de uma forma sistemática e sequencial e de conclusão obrigatória.



2. Enquadramento metodológico

Por opção do Executivo Autárquico, numa primeira etapa da Agenda 21 Local – concluída em Outubro de 2006³ – foi realizado o diagnóstico do Município de Idanha-a-Nova para os pilares fundamentais Economia, Sociedade, Conhecimento e Inovação e a partir deste constituiu-se “parcialmente” a Visão, os Objectivos Operacionais e os Planos de Acção. Nessa altura, o processo ficou incompleto, sujeito a posterior reavaliação e ajustes assim que se realizasse o diagnóstico ambiental (pilar fundamental da Agenda 21 Local) que poderia ter implicações directas no que havia sido estabelecido.

Com o Diagnóstico do Município completo pode então definir-se a Visão, os Objectivos Operacionais e os Planos de Acção, tendo em conta as necessidades globais do diagnóstico, bem como o conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para monitorizar todo o processo para os quatro pilares da Agenda 21 Local. O presente documento faz a agregação do relatório da primeira etapa (actualizado) com os novos elementos resultantes do diagnóstico ambiental.

A avaliação e validação do processo concluem-se com a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – peça indispensável e constitutiva da metodologia de arquitectura do projecto Agenda 21 Local.

³ Esta primeira etapa foi desenvolvida em parceria entre a IPI – Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda e a Tecnoforma, SA.

2. Enquadramento metodológico

O capítulo seguinte diz respeito à 1ª Etapa deste processo, sendo que esta obedece às seguintes fases:



Os capítulos seguintes dizem respeito às etapas subsequentes e apontam:

- A Visão partilhada por todos para o futuro que se pretende desejável para o Município de Idanha-a-Nova e os Objectivos Operacionais que devem ser definidos para a consecução dessa Visão; Para esse efeito são criados os Planos de Acção com linhas e subalíneas de acção a serem executados para a concretização dos Objectivos definidos;
- A responsabilização e Participação da comunidade Idanhense, na implementação do processo através dos meios que tem ao dispor: os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

2. Enquadramento metodológico

2.2.1. Retrato ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação

O retrato ambiental económico, social e humano tem como objectivo principal o conhecimento da situação actual do concelho.

Esta análise quantitativa e qualitativa, constitui o “referencial zero”, isto é, a sistematização da realidade do concelho de que se parte.

Tendo por base este “referencial zero” são identificadas as potencialidades e fragilidades do concelho, tendo em vista um percurso de desenvolvimento sustentável.

2.2.2. Diagnóstico das relações inter-sectoriais e das tendências de mudança

O Diagnóstico económico, social e do conhecimento e inovação do Município tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objectivos operacionais e nos planos de acção a definir.

Assim, a análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério cujo resultado se traduz numa matriz de diagnóstico e avaliação.

2.2.3. Priorização de necessidades de intervenção

No contexto do Município, identificadas as potencialidades e fragilidades através da matriz de diagnóstico, para que essa informação quantitativa e qualitativa não se reduza a um mero inventário sem valor operativo, importa estabelecer hierarquias de orientação e actuação, priorizando necessidades de intervenção.

2. Enquadramento metodológico

Esta priorização é uma ferramenta relevante de planeamento e gestão, constituindo o ponto de partida para actuações concretas e facilitando a participação da comunidade.

2.2.4. Visão e Objectivos Operacionais

A Visão e dos Objectivos Operacionais são definidos na sequência do Diagnóstico traçado, depois de priorizadas as necessidades de intervenção. Têm em linha de conta as grandes orientações de base política e conceptual do desenvolvimento sustentável – saber escolher e saber renunciar para ter uma decisão coerente – e englobam num horizonte temporal alargado os quatros pilares: ambiente, economia, sociedade e o conhecimento e inovação.

2.2.5. Planos de Acção

Este quadro de referência, consubstanciado na Visão e nos Objectivos Operacionais, constitui a âncora dos Planos de Acção - proposta idealizada para a concretização de um futuro mais sustentável para a comunidade.

Para cada objectivo operacional propõe-se um conjunto de planos de acção que poderão ser consultados no volume “Planos de Acção”.

2.2.6. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

O acompanhamento da execução dos Planos de Acção implica a aplicação de um sistema de medida e avaliação estandardizado, coerente com as actuações propostas. Importa, assim, criar um sistema de Indicadores de Desenvolvimento

2. Enquadramento metodológico

Sustentável. O sistema de indicadores criado encontra-se no volume “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”.

2.2.7. Fórum de Desenvolvimento Sustentável

O envolvimento e participação da comunidade através dos seus sectores mais representativos consuma-se junto do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – espaço público de audiência de vontades e quereres locais.



3

Agenda 21 Local
Município de
Idanha-a-Nova



VIVER EM IDANHA-A-NOVA



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

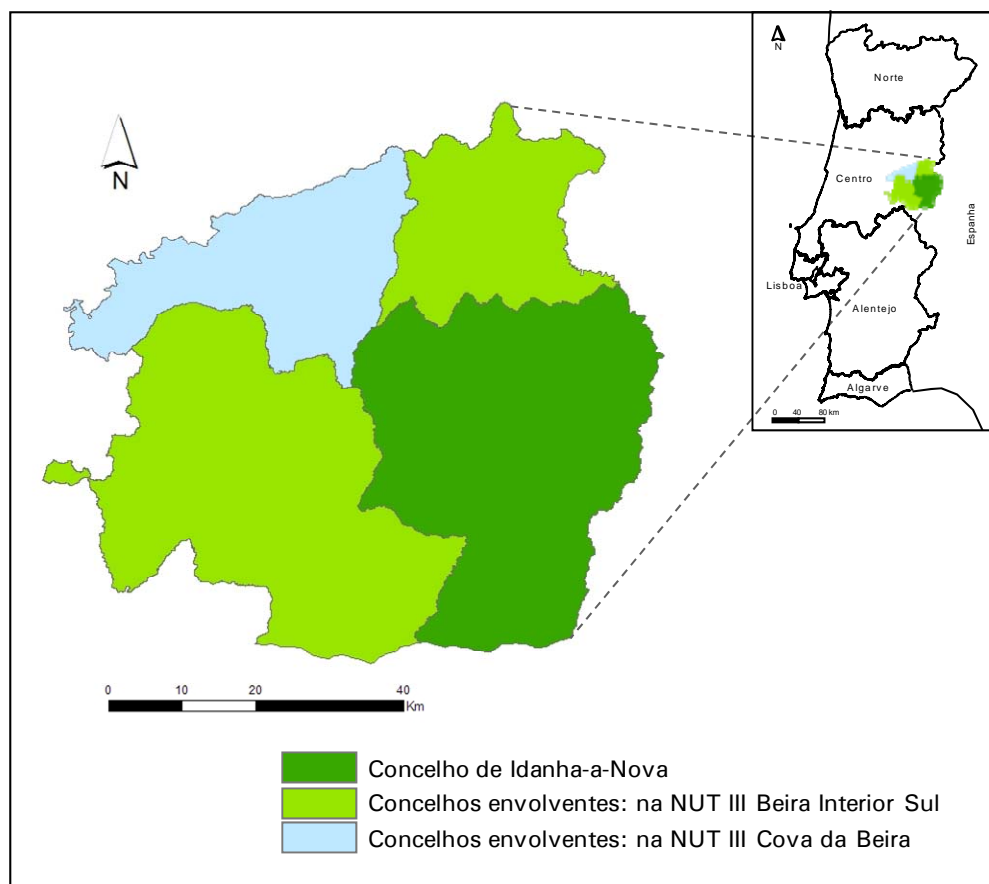
Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.1. Enquadramento

O Município de Idanha-a-Nova situa-se na sub-região Beira Interior Sul⁴ que integra a região Centro⁵ do país, sendo Idanha-a-Nova sede de concelho e parte integrante do distrito de Castelo Branco.

Figura 1 - Localização do Município



Fonte: INE, Nomenclatura das Unidades Territoriais - 2008

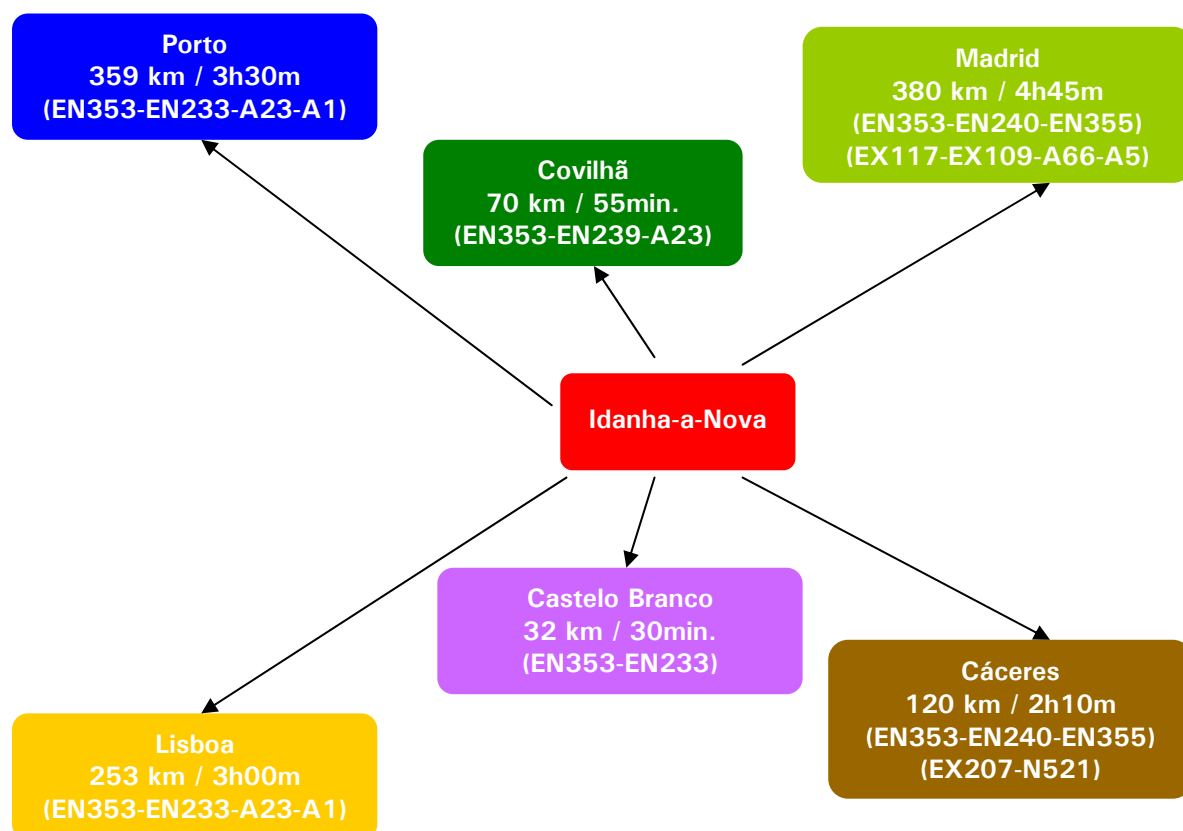
⁴ NUT III - INE – Nomenclatura das Unidades Territoriais.

⁵ NUT II - INE – Nomenclatura das Unidades Territoriais.

3.1.1. Acessibilidades, transportes e comunicações

Idanha-a-Nova dispõe, em regra, de acessos rodoviários razoáveis, em bom estado de conservação, que permitem a ligação a Espanha, aos concelhos vizinhos, aos grandes eixos de circulação e aos grandes centros urbanos, para além de estabelecerem a circulação entre freguesias.

Figura 2 – Acessos aos principais centros urbanos



Fonte: Trabalho de campo – Janeiro 2008

3. Viver em Idanha-a-Nova

A não construção do **IC 31** (previsto entre a **A 23** e a fronteira com Espanha nas Termas de Monfortinho, estabelecendo a ligação mais curta entre Lisboa e Madrid) foi apontada com insatisfação, por não permitir um aumento de movimento rodoviário, e com ele a dinamização económica do concelho.

Quadro 1 - Acessibilidades, transportes e comunicações

Transportes públicos muito utilizados pelos estudantes e idosos
Ligações rodoviárias a todas as freguesias
Transporte ferroviário mais próximo em Alcains (23km) ou Castelo Branco (34km)
Transporte escolar assegurado pelo Município
Serviços de táxis em todo o Concelho
Transporte próprio como meio mais fácil de deslocação
Sinalética rodoviária insuficiente, desadequada, com demasiadas referências a Penamacor e poucas referências à sede de concelho, embora bem conservada e bem desenhada
Comunicações a funcionarem bem (correios, telefones, telemóveis...)
Internet em banda larga
Insuficiência de cobertura da rede móvel em alguns lugares

Fontes: Diagnóstico de mobilidade do Município e Trabalho de campo – Janeiro de 2008

A população local não sente isolamento provocado por questões de acessibilidades, sendo-lhe fácil circular nas estradas do concelho. Identifica facilmente os melhores circuitos para se deslocar, a distância a que ficam os principais destinos, a qualidade dos acessos e o tempo de deslocação.

3.1.2. Freguesias do Município

Sendo um dos concelhos mais vastos do país⁶, estende-se 1.412,7 km², as 17 [freguesias](#)⁷ que compõem o Município estão muito afastadas entre si, a grande

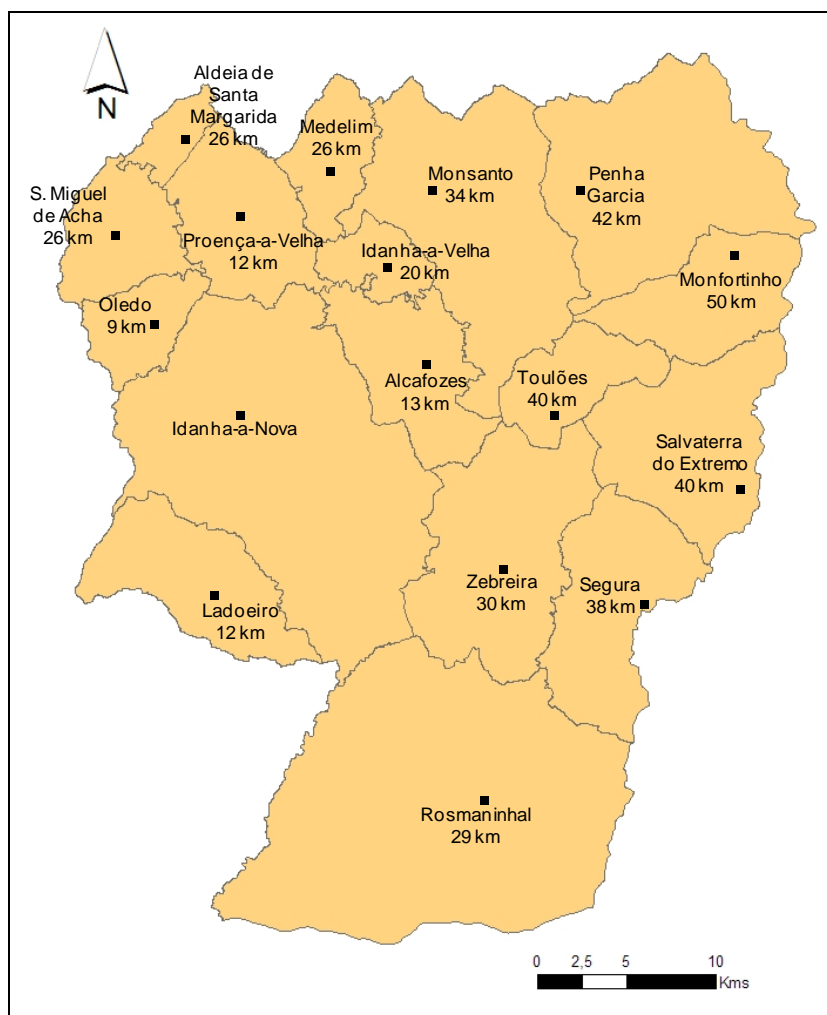
⁶ Segundo o INE, Censos 2001.

⁷ As expressões a azul sublinhadas constituem hyperlinks para ficheiros existentes no CD-Rom anexo, que contém informação estatística mais detalhada para uma análise mais pormenorizada.

3. Viver em Idanha-a-Nova

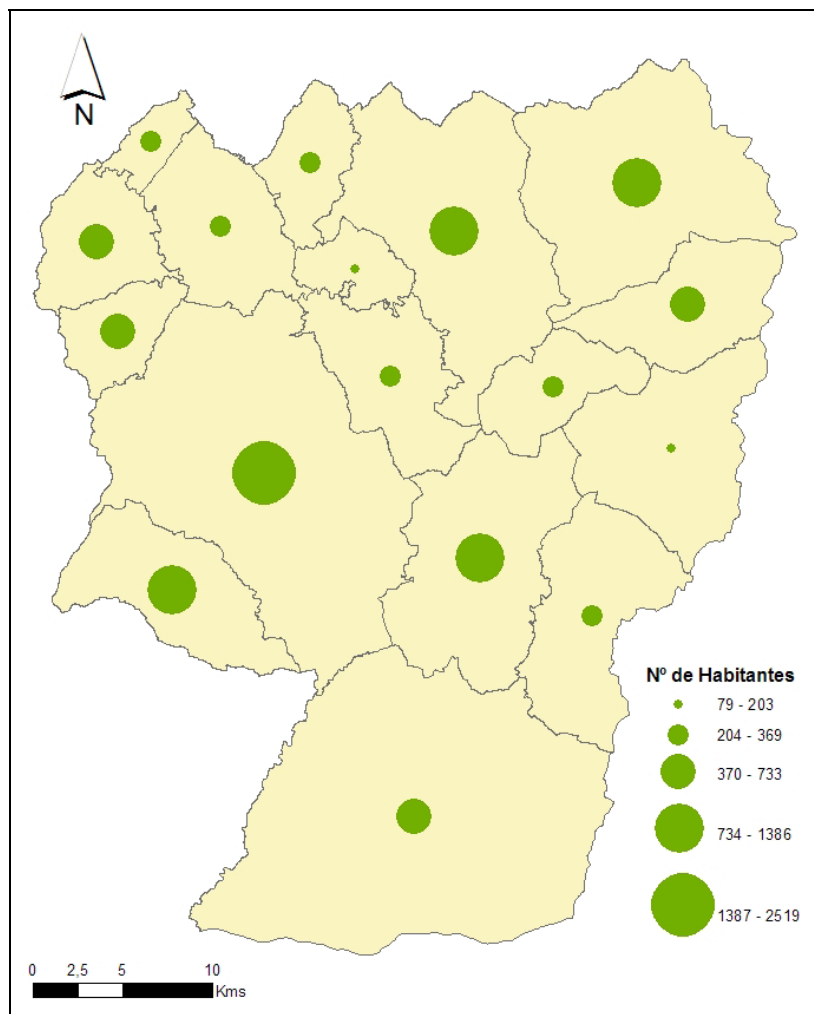
distância da sede; os seus habitantes concentram-se sobretudo na vila sede de concelho.

Figura 3 – Freguesias de Idanha-a-Nova e distâncias à sede de concelho



Fonte: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova – Janeiro de 2008

Figura 4 – População residente por freguesia



Fonte: INE, Censos - 2001

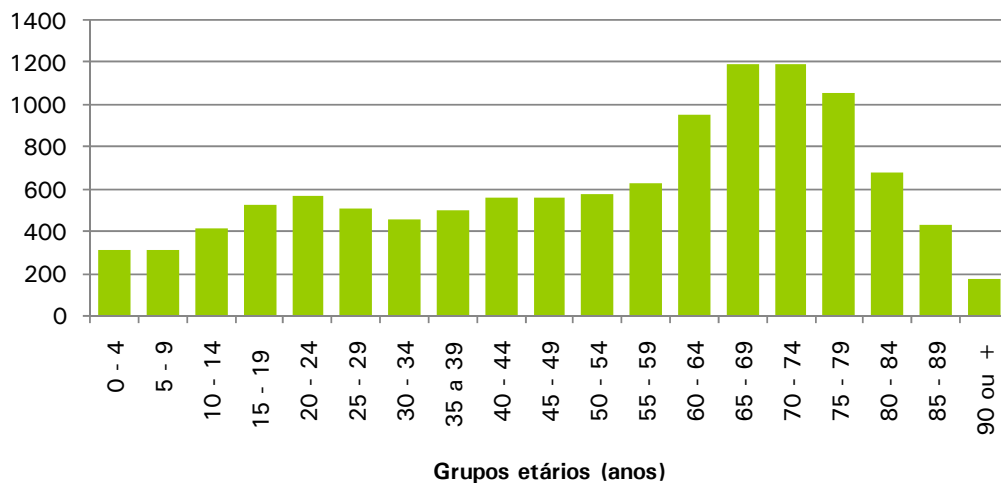
3.1.3. Demografia

Em 2001, o Município de Idanha-a-Nova contava 11.659 habitantes, (8,3 habitantes por km²), mas apenas 10.561 habitantes em 2006⁸, de acordo com as estimativas da população residente para esse ano (7,5 habitantes por km²). Por grupos etários, verifica-se uma maior concentração nas idades com 60 e mais anos.

⁸ Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro de 2006

3. Viver em Idanha-a-Nova

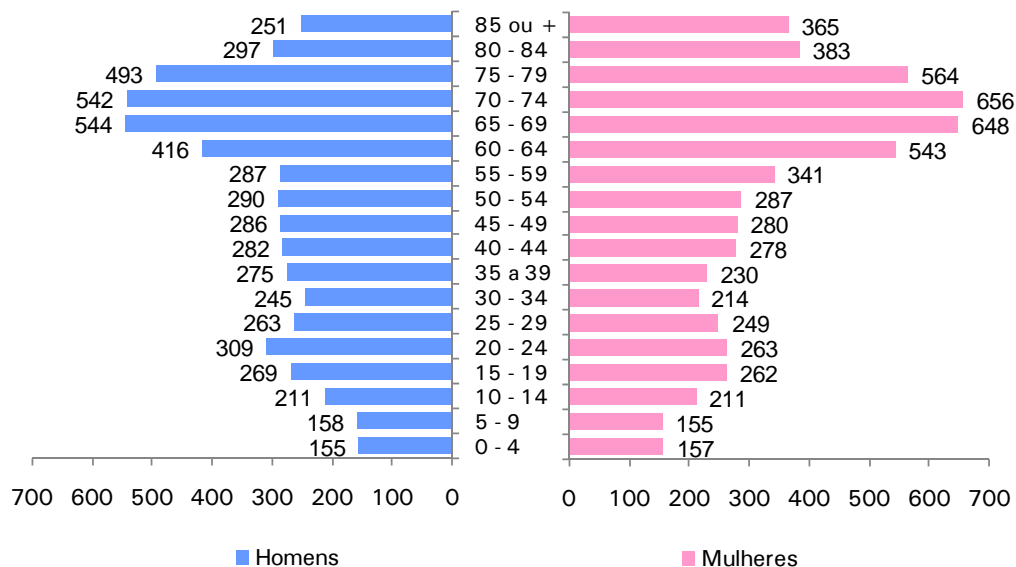
Gráfico 1 – População residente no concelho de Idanha-a-Nova por grupos etários



Fonte: INE, Censos - 2001

A taxa de feminização era, em 2001, de 52% da população, maior na população mais idosa pela maior esperança de vida do sexo feminino.

Gráfico 2 – População residente em Idanha-a-Nova, por grupos etários e sexo

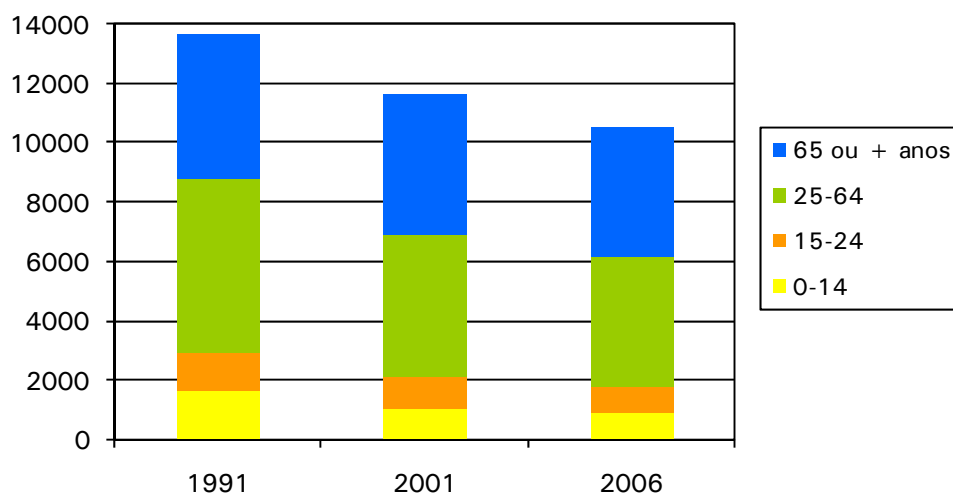


Fonte: INE, Censos - 2001

3. Viver em Idanha-a-Nova

A população no concelho de Idanha-a-Nova tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas; entre 1991 e 2001 perdeu 14,5%. Todos os grupos etários apresentaram variações negativas, das quais a maior afectou os de menos de 15 anos (-36,4%), processo que prosseguiu neste século (Gráfico 3).

Gráfico 3 – População residente no concelho de Idanha-a-Nova, segundo os grandes grupos etários, em 1991, 2001 e 2006 (estimativas)



Fonte: INE, Censos - 2001 e Anuário Estatístico da Região Centro 2006

No volume “Dinâmicas Populacionais e Projecções Demográficas” poder-se-á encontrar uma análise intensiva das dinâmicas populacionais, bem como as projecções demográficas para os próximos decénios (2026).

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.2. Ambiente

3.2.1. Caracterização física do Município

3.2.1.1. Clima

O concelho de Idanha-a-Nova apresenta um clima temperado continental, com Verões quentes e secos e Invernos não muito frios, com semelhanças ao do restante território nacional do interior. As temperaturas médias mensais, medidas na estação climatológica de Castelo Branco (a mais próxima de Idanha-a-Nova), variam entre 8,6°C e 24,5°C. Na mesma estação, a precipitação média anual atinge 780,7 mm: nas estações udométricas de Penha Garcia e Rosmaninhal (no período 1961 a 1986) atingiu, respectivamente, 814,3 mm e 560,4 mm. A humidade relativa (média anual) varia entre 55% (Noroeste) e 85% (Sudeste), segundo o Atlas do Ambiente.

3.2.1.2. Geomorfologia

O concelho de Idanha-a-Nova encontra-se na transição da Meseta Ibérica (a norte) para a peneplanície alentejana (a sul). Separam-nas a escarpa de falha do Pônsul. A parte norte do concelho é formada por uma área planáltica, com relevos pontuais, enquanto a sul dominam áreas com perfil de planície (Campina de Idanha), com algumas zonas escarpadas junto das margens dos rios Tejo, Erges e da ribeira de Aravil (Plano Director Municipal, 2003). A altimetria varia entre 125 m (Instituto Nacional de Estatística - INE⁹, 2005) na área correspondente aos vales dos rios anteriormente mencionados, até valores da ordem dos 600-800 m na mais montanhosa, situada a norte, em Monsanto e Penha Garcia/Serra do Ramilo, atingindo 826 m no ponto mais alto da Serra da Gorda.

⁹ Anuário Estatístico da Região Centro.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Do ponto de vista litológico devem ser considerados os seguintes conjuntos (PDM): depósitos aluvio-coluvionares, depósitos de vertente, depósitos plio-pleistocénicos, depósitos paleogénicos e miocénicos indiferenciados, complexo de xistos e quartzitos do Ordovícico, complexo xisto-grauváquico Ante-ordovícico, rochas eruptivas e rochas filonianas. Em termos de solos distinguem-se 9 tipos: Litossolos (os mais frequentes), Regossolos, Aluviossolos, Coluviossolos, Solos Litólicos, Solos Mediterrâneos Pardos, Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos, Solos Halomórficos e Solos Hidromórficos. Predominam os solos ácidos (Atlas do Ambiente). De acordo com a sua capacidade de uso, os solos do concelho são classificados da Classe F (a maior extensão), Classe A+F e Classe A: enquanto os solos da Classe F são predominantemente de utilização florestal, os da classe A apresentam boa aptidão agrícola, e os da Classe A+F têm capacidade agrícola e florestal.

A geologia tem importância ao nível turístico, existindo muitos pontos de interesse, nomeadamente em Penha Garcia, no corte geológico do rio Erges, na falha do rio Pônsul, em Monsanto, onde está alcandorada a aldeia histórica do mesmo nome, e também na área das Termas de Monfortinho.

3.2.1.3. Recursos Hídricos

As formações rochosas que ocorrem na região caracterizam-se por uma permeabilidade reduzida ou muito reduzida, nomeadamente os xistos e quartzitos. Em maciços graníticos e xistentos fracturados predomina a permeabilidade por fissuração, enquanto que em formações sedimentares e na superfície dos maciços graníticos a percolação ocorre devido à porosidade.



A bacia hidrográfica do rio Tejo abrange uma área de cerca de 80.500 km² (Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo), cortando longitudinalmente a Península Ibérica. Nesta

3. Viver em Idanha-a-Nova

bacia insere-se totalmente o distrito de Castelo Branco, do qual faz parte o concelho de Idanha-a-Nova. Além do próprio rio Tejo, destacam-se os seus principais afluentes, que passam pelo território do concelho: o rio Pônsul, com uma sub-bacia de 1.486,6 Km², o rio Erges (594 Km²) e o rio Aravil (448,6 Km²). As ribeiras do Amial, de Alcafozes, de Oledo e da Aldeia de João Pires drenam para a sub-bacia do Pônsul, que também compreende duas albufeiras, a de Penha Garcia e a de Idanha-a-Nova (Marechal Carmona)¹⁰. O rio Erges limita o concelho a Este, na fronteira com Espanha: para a sua bacia drenam as ribeiras de Arades e Gavião (esta última recebe as ribeiras de Canas e de Tapadas). A bacia de Aravil compreende as ribeiras de Gonçalão, da Rata, do Freixo, da Velha, da Tola, o ribeiro do Gamo e a ribeira da Toulica, onde se situa a albufeira com o mesmo nome. Os limites do concelho são sublinhados pelas linhas de água: a Este o rio Erges e a Sul o rio Tejo, separando-o de Espanha, a Oeste as ribeiras de Ceife, do Taveiro de Alpreade, o rio Pônsul, o ribeiro do Povo e a ribeira do Aravil, que o separam dos concelhos de Castelo Branco e Fundão.

Segundo o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (2001), as necessidades totais de água para abastecimento urbano são de 310 milhões m³/ano, a que acrescem as perdas (34% da água captada). Daquele valor total, 205 milhões m³/ano são consumos domésticos e 105 milhões m³/ano consumos não-domésticos (indústria transformadora e restantes actividades).

No quadro apresentam-se as principais linhas estratégicas definidas para a Bacia Hidrográfica do Tejo, de acordo com o mesmo plano.

¹⁰ O Plano de Ordenamento da barragem de Idanha encontra-se em fase de discussão.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 2 - Linhas Estratégicas para a Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

Linhas Estratégicas para a Bacia Hidrográfica do Rio Tejo
I) Resolução das carências básicas de infraestruturas: construção de novas infraestruturas e reabilitação das existentes, considerando a integração do ciclo urbano da água (abastecimento/rejeição).
II) Resolução das disfunções ambientais associadas aos recursos hídricos: redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico através da eliminação dos incumprimentos legais, tendo em conta, para cada troço da rede hidrográfica, a classificação da qualidade da água em função das utilizações.
III) Melhoria da garantia da disponibilidade dos recursos hídricos utilizáveis: satisfação das necessidades das actividades sociais e económicas, através da melhoria da eficiência da utilização da água e da regularização dos caudais, tendo em conta a definição de um regime de caudais ambientais e a gestão da parte espanhola da bacia.
IV) Acréscimo da segurança de pessoas e bens: prevenção e minimização de situações de risco de situações hidrológicas extremas ou de acidentes de poluição.
V) Preservação e valorização do património ambiental associado ao meio hídrico: condicionamento da utilização de recursos e de zonas a preservar e recuperação de ecossistemas.

Fonte: Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, 2001

3.2.2. Diagnóstico Ambiental do Município

3.2.2.1. Água

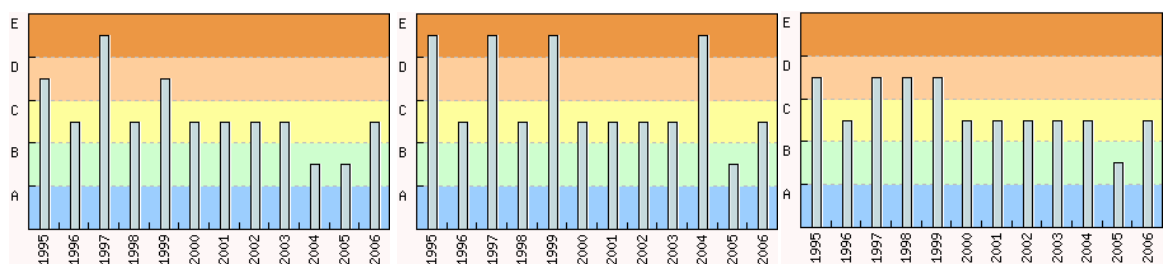
Qualidade das águas superficiais

A gestão integrada da água e o seu aproveitamento é uma das prioridades estratégicas inseridas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. O concelho de Idanha-a-Nova tem uma rede hidrográfica densa, com possibilidades de valorização turística ou apenas de lazer: não existem praias fluviais, mas prática balnear em algumas zonas, nomeadamente nas barragens Marechal Carmona (Idanha-a-Nova), Penha Garcia e no Rio Erges, pelo que a monitorização da qualidade da água nestes pontos é essencial, pelo menos durante a época balnear, evitando problemas de saúde pública e garantindo a segurança das populações.

3. Viver em Idanha-a-Nova

O Instituto da Água (INAG) possui dados de qualidade das águas superficiais para as estações de Segura, Toulica e Ponte Munheca. Nas três estações a água foi classificada de Classe C (razoável) na maioria dos anos em análise, tendo alcançado a melhor classificação (Classe B – boa) em 2005. No último ano em análise – 2006 – a classificação nas três estações foi de Classe C – razoável, sendo o parâmetro CQO (carência química de oxigénio) responsável por esta classificação. De referir que a estação de Ponte Munheca teve alguns picos em que a qualidade piorou significativamente.

Gráfico 4 - Qualidade das águas superficiais nas estações de Segura, Ponte Munheca e Toulica (1995-2006)



Classe A - Qualidade *excelente* – águas com qualidade idêntica às condições naturais, aptas a satisfazer as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.

Classe B - Qualidade *boa* - água que pode satisfazer potencialmente todas as utilizações, no entanto, a sua qualidade é ligeiramente inferior à de Classe A.

Classe C - Qualidade *razoável* - águas com qualidade aceitável, suficiente para a irrigação, usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso; permitem a existência de vida piscícola, nomeadamente espécies menos exigentes, mas com capacidade de reprodução aleatória.

Classe D - Qualidade *má* – águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir apenas de forma aleatória.

Classe E - Qualidade *muito má* – águas extremamente poluídas, inadequadas para a maioria dos usos.

Fonte: INAG

Águas Subterrâneas

O SNIRH (Sistema Nacional Informação sobre Recursos Hídricos, INAG) disponibiliza informação detalhada sobre as águas subterrâneas nacionais, em 890 pontos da rede

3. Viver em Idanha-a-Nova

de quantidade e em 1.017 pontos da rede de qualidade. No entanto não existe nenhum ponto dentro do território concelhio com dados de qualidade das águas subterrâneas.

Existem fontes hidro-termais, nas Termas da Fonte Santa de Monfortinho: águas termais hipossalinas, tendo como características químicas dominantes, elevada percentagem de sílica e alto teor de anidrido carbónico, com uma temperatura de 28°C. Existem três captações, que geram um caudal muito acima das necessidades – 25 l/s (Monfortur): no Balneário Termal é consumida cerca de 10% da capacidade de captação. Em Setembro de 2006 os responsáveis do Grupo Monfortur procediam à reutilização das águas de alguns tratamentos, nomeadamente dos banhos de água corrente, na rega dos espaços verdes locais. A extensa área de protecção das águas termais, em terreno montanhoso, acidentado e arborizado e a inexistência de indústrias poluidoras, garantem a sua qualidade. A área de protecção corresponde a toda a Serra de Penha Garcia.

Abastecimento de água para consumo humano

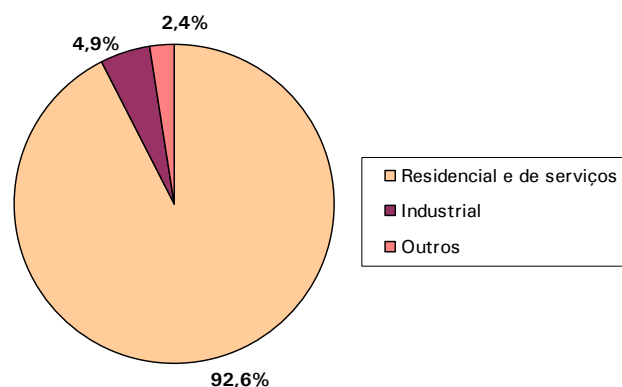
A rede de abastecimento de água apresenta no concelho um nível de cobertura da população de 100% (INE, 2005). A empresa Águas do Centro, S.A., é a entidade gestora responsável pelo abastecimento público de água em alta, ou seja, a montante da rede de distribuição de água. O serviço em baixa, que liga o sistema em alta ao utilizador final, é assegurado pela Câmara Municipal. Este último sistema é composto por 3 zonas de abastecimento: Penha Garcia, Santa Águeda-Idanha e Torre de Monfortinho. A zona de abastecimento de Penha Garcia é servida pela captação existente na Barragem de Penha Garcia, com dois reforços, que funcionam ocasionalmente, na Sra. da Graça e na barragem de Toulica; a zona de Santa Águeda-Idanha é abastecida pela captação da barragem de Santa Águeda (Marateca) e fornece as freguesias de Aldeia de Sta. Margarida, São Miguel D'Acha, Proença-a-Velha, Oledo, Idanha-a-Nova e Ladoeiro; as restantes freguesias são abastecidas pelo

3. Viver em Idanha-a-Nova

sistema de Penha Garcia. A zona de abastecimento de Torre de Monfortinho é servida por uma captação subterrânea na Torre de Monfortinho, que serve o lugar com o mesmo nome. De acordo com o INE, em 2005 o caudal total captado foi de 1.464 milhares m³. Existem ainda sistemas individuais, com captações próprias, dos quais não há informação disponível.

Em 2005 a rede pública abasteceu o concelho com cerca de 1.477 milhares m³ de água, sendo o consumo de água por habitante de 136 m³, valor superior ao dobro da média nacional que é de 63 m³, ainda assim menor do que o do ano anterior. Naquele ano, o consumo distribuiu-se da seguinte forma: residencial e serviços (1.368 milhares m³), industrial (73 milhares m³) e outros usos (36 milhares m³). Comparativamente com a região da Beira Interior Sul, onde se insere o concelho, o consumo residencial e dos serviços é bastante superior (na BIS foi de 75,2%), e os dos outros usos claramente inferior (na BIS 14,1% uso industrial e 10,7% outros usos). Segundo a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova as perdas do sistema atingem 30%, razão do seu plano de substituição da rede de abastecimento.

Gráfico 5 - Consumo de água abastecida pela rede pública por tipo de uso, no concelho (2005)



Fonte: INE, 2005

3. Viver em Idanha-a-Nova

Em 2005, existiam no concelho 4 Estações de Tratamento de Águas (ETA): uma em Penha Garcia, uma em Toulica, uma na Sra. da Graça e uma nas Termas de Monfortinho (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Resíduos, INSAAR).

Quadro 3 - Caracterização das Estações de Tratamento de Água de Idanha-a-Nova (2005)

ETA	População servida (hab)	Volume anual tratado (m ³)
Penha Garcia	11.329	990.020
Toulica	364	31.824
Senhora da Graça	594	51.889
Termas de Monfortinho	127	10.967
TOTAL	12.414	1.084.700

Fonte: INSAAR, 2005

A rega é das actividades que consome mais água, sendo a utilizada para esse efeito proveniente da Barragem Marechal Carmona (Idanha-a-Nova). Na área de regadio (Campina de Idanha) que, segundo dados da Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova, tem uma área regável de 8.194 ha, são consumidos em média 30.000 milhões m³/ano de água. Muitos agricultores recorrem a pivots de rega, que permitem uma melhor dispersão da água e uma maior eficiência. A água de rega e de limpeza dos espaços públicos e campos de futebol é proveniente de sistemas alternativos de abastecimento, com origem numa albufeira.

Os edifícios públicos na sua maioria não possuem sistemas de poupança de água, apenas pontualmente existem torneiras com temporizadores.

No concelho não existem unidades industriais que se considerem grandes consumidores de água. Ainda assim, devem ser equacionadas medidas de ecoeficiência.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Qualidade da água para consumo humano

A qualidade da água é um factor relevante a considerar, já que tem grande influência na saúde pública e por consequência na qualidade de vida da população. O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto estabelece as normas da qualidade de água para consumo humano: entrou em vigor em Janeiro de 2008. As alterações introduzidas pelo novo decreto-lei referem-se à lista dos parâmetros a monitorizar, à alteração de alguns valores paramétricos, ao controlo dos pesticidas. Por outro lado, estabeleceu que o controlo da qualidade da água passa a ser feito na torneira do consumidor e definiu a necessidade de regulamentação das situações em que a exploração de um sistema de abastecimento público de água é da responsabilidade de duas ou mais entidades gestoras.

Os dados apresentados de seguida são anteriores ao actual decreto, e regem-se pelo Decreto-Lei n.º 243/01, de 5 de Setembro, que à data vigorava, e que especificava que o controle da qualidade da água devia obedecer a um controlo de rotina e um controlo de inspecção. O controlo de rotina tinha como objectivo fornecer regularmente informações sobre a qualidade organoléptica e microbiológica da água destinada ao consumo humano. Dividia-se em controlo de rotina R1 (análise dos parâmetros E. coli, bactérias coliformes e desinfectante residual) e controlo de rotina R2 (restantes parâmetros). O controlo de inspecção visava obter as informações necessárias à verificação do cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos no referido decreto. Durante as operações de controlo deviam ser respeitados dois critérios: a frequência da amostragem e o cumprimento dos Valores Paramétricos (VP).

No Quadro 4 são apresentados os resultados da qualidade da água para 2005 e 2006 no sistema de abastecimento em alta. De referir que em 2005 existia apenas uma zona de abastecimento, mas passaram a duas no ano seguinte.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 4 - Qualidade da água de consumo humano no sistema em alta, no concelho (2005 e 2006)

		2006		2005
Pontos de Entrega		Penha Garcia - Idanha	Sta. Águeda - Idanha	Penha Garcia
Volume distribuído (m ³ /dia)		2.481	1.998	4.815
Incumprimentos de frequência	Nº de análises regulamentares obrigatórias	203	155	233
	Nº de análises efectuadas (total)	228	174	269
	Nº de análises em falta	0	0	0
	% de análises em falta	0%	0%	0%
Incumprimentos ao Valor Paramétrico	Nº de análises efectuadas (com VP)	184	140	214
	N.º de análises em violação ao VP	1	0	1
	% de análises em violação ao VP	0,54%	0%	0,47%

Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos (2005 e 2006);

Não existiram incumprimentos de frequência em 2005 e 2006. Existiram todavia incumprimentos ao Valor Paramétrico (VP) na zona Penha Garcia - Idanha, nos dois anos. De 2005 para 2006 manteve-se apenas uma análise em violação nesta zona, embora em percentagem o valor seja superior, já que o volume de água diminuiu devido à criação de uma nova zona em 2006. O parâmetro em incumprimento, foi em 2006 o alumínio e em 2005, os Bromatos.

No Quadro 5 apresentam-se os resultados para o sistema de abastecimento em baixa.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 5 - Qualidade da água de consumo humano no sistema em baixa, no concelho (2005 e 2006)

		2006			2005		
Zonas de Abastecimento		Penha Garcia	Torre Monfortinho	Parque de Campismo	Penha Garcia	Torre Monfortinho	Parque de Campismo
Volume distribuído (m ³ /dia)		11.675	105	2.000	11.675	0	2.000
Incumprimentos de frequência	Nº de análises regulamentares obrigatórias	441	66	68	441	66	68
	Nº de análises efectuadas (total)	504	69	70	480	90	92
	Nº de análises em falta	0	1	2	12	1	2
	% de análises em falta	0%	1,52%	2,94%	2,72%	1,52%	2,94%
Incumprimentos ao VP	Nº de análises efectuadas (com VP)	384	52	53	364	68	70
	N.º de análises em violação ao VP	3	0	3	8	3	0
	% de análises em violação ao VP	0,78%	0%	5,66%	2,20%	4,41%	0%

Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos (2005 e 2006);

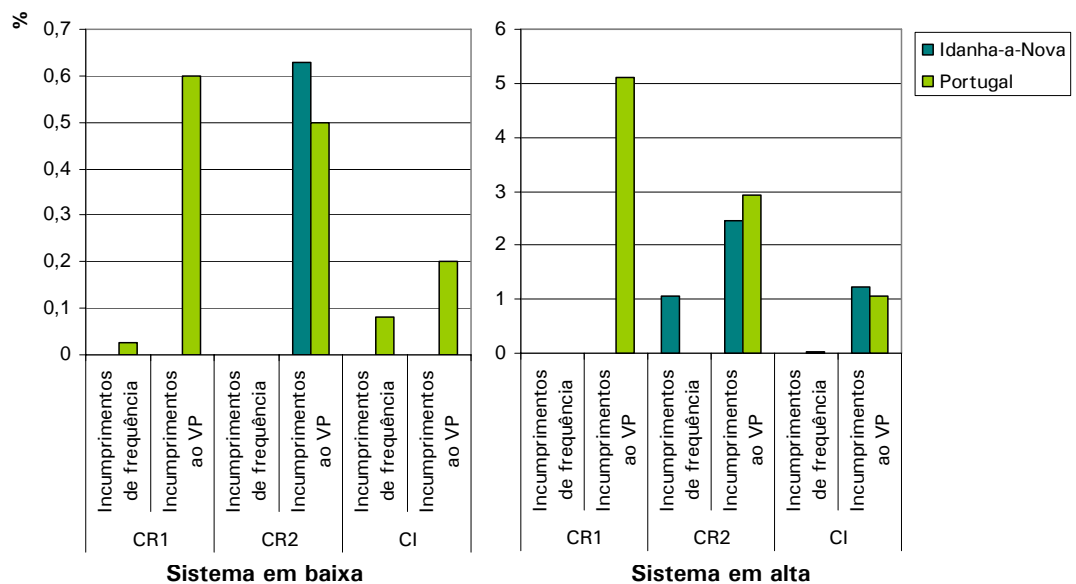
Houve uma melhoria da qualidade na zona de Penha Garcia, quer ao nível da frequência quer ao nível dos incumprimentos dos VP, sendo de referir que a percentagem de análises em falta foi nula. Relativamente à zona de Torre de Monfortinho, os incumprimentos de frequência mantiveram-se, mas a percentagem de análises em violação ao VP melhorou, atingindo valores nulos. A zona do Parque de Campismo também manteve a percentagem de análises em falta, tendo piorado no número de análises em violação ao VP, que passaram de 0% para 5,66%. Em 2006, os parâmetros em incumprimento, foram: Alumínio, Manganês, Nitritos, pH e turvação; e em 2005, E. coli, Coliformes, pH, Arsénio e Níquel. As causas da ocorrência destes parâmetros devem ser encontradas e o seu impacto avaliado, no sentido de minimizar eventuais problemas de saúde pública.

3. Viver em Idanha-a-Nova

No gráfico 6 apresenta-se os resultados de qualidade da água para consumo humano, em comparação com o país. Verifica-se que no sistema em alta apenas existem incumprimentos ao valor paramétrico nos parâmetros do Controlo de Rotina 2, sendo estes em peso superior ao do país, e não existem incumprimentos de frequência. No sistema de gestão em alta os incumprimentos ocorreram no Controlo de Rotina 2, com valor inferior ao do país, e no Controlo de Inspeção, ultrapassando o valor do país. Os incumprimentos de frequência verificaram-se apenas no Controlo de Rotina 2.



Gráfico 6 - Qualidade da água de consumo humano por tipo de controlo, no sistema em baixa e em alta



CR1: Controlo de rotina 1; CR2: Controlo de rotina 2; CI: Controlo de inspeção

Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos (2006)

Drenagem e tratamento de águas residuais

Uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) tem como objectivo o tratamento final dos efluentes produzidos pelas populações, permitindo uma possível reutilização ou uma descarga inofensiva no ambiente, através de um processo longo e faseado. A escolha de um sistema de tratamento é determinada por vários factores: características quantitativas e qualitativas das águas residuais, localização do sistema e objectivos de qualidade que se pretendam (variando consoante o uso a que se destinam as águas). Estes sistemas permitem minimizar os impactes nas linhas de água para onde são rejeitadas as águas residuais e nos solos.

Segundo a empresa Águas do Centro, SA, responsável pelo sistema de saneamento de Idanha-a-Nova, existem no concelho 11 ETAR, estando uma outra em fase de construção. Estas servem as freguesias de Aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Nova, Monsanto, Oledo, Penha Garcia, Rosmaninhal, S. Miguel d'Acha e Zebreira. O sistema de tratamento de águas residuais serve 80% da população residente, sendo que toda a população está servida por sistemas de drenagem (INE, 2005). Comparativamente com a sub-região Beira Interior Sul, no mesmo ano, a cobertura de tratamento era superior (89%) e a de drenagem inferior (98%).

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 6 - Caracterização dos sistemas de tratamento existentes no concelho

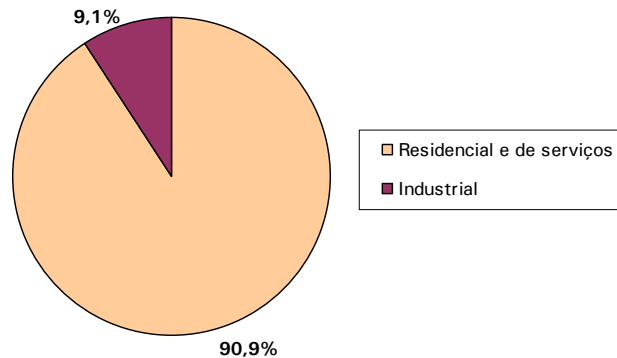
ETAR	Tipo e capacidade de tratamento	Fossas sépticas	Tipo de tratamento
Idanha-a-Nova Sul	Tratamento secundário	Alcafozes	Fossa séptica colectiva
Aldeia de Santa Margarida*	ETAR compacta; 133 m ³ /dia	Cegonhas	2 Fossas sépticas colectivas seguidas de leito percolador
Monsanto	Tratamento secundário; 160 m ³ /dia	Idanha-a-Velha	Fossa séptica colectiva
Penha Garcia	Tratamento secundário; 196 m ³ /dia	Lugar Maria Martins	Fossa séptica colectiva com 2 poços absorventes
S. Miguel D'Acha	Tratamento secundário; 130 m ³ /dia	Medelim	2 Fossas sépticas colectivas
Oledo	Tratamento secundário; 105 m ³ /dia	Proença-a-Velha	2 Fossas sépticas colectivas
Termas de Monfortinho	Tratamento secundário; 859 m ³ /dia	Salvaterra do Extremo	3 Fossas sépticas colectivas
Idanha-a-Nova Norte	Tratamento secundário; 1.000 m ³ /dia	Segura	Fossa séptica colectiva
Parque de Campismo Marechal Carmona	Tratamento secundário; 89 m ³ /dia	Soalheiras	2 Fossas sépticas colectivas
Ladoeiro	Tratamento secundário; 400 m ³ /dia	Torre de Monfortinho	Fossa séptica colectiva
Zebreira	Tratamento secundário; 216 m ³ /dia	Toulões	2 Fossas sépticas colectivas
Rosmanihal	Tratamento secundário; 143 m ³ /dia	-	-

* Em fase de construção

Fonte: Águas do Centro, S.A. (2008)

No ano de 2005 foram tratados 1.100 milhares m³ de águas residuais (INE). Deste volume, 55,3% sofreu tratamento primário e 44,7% tratamento secundário. 90,9% destes efluentes têm origem residencial e nos serviços e 9,1% cariz industrial (gráfico 7). Na sub-região Beira Interior Sul a origem residencial e de serviços tem menor peso, ao contrário da industrial.

Gráfico 7 - Origem das águas residuais drenadas pela rede de saneamento, no concelho (2005)



Fonte: INE, 2005

As lamas resultantes do tratamento de águas nas ETAR são analisadas em laboratório e de acordo com os seus resultados são utilizadas na fertilização de solos agrícolas ou vão para aterro.

3.2.2.2. Resíduos e limpeza urbana

Segundo o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são “resíduos provenientes das habitações bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes das habitações”. Responsável pela recolha e limpeza urbana em todo o Concelho, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova transporta temporariamente os resíduos para uma estação de transferência na Zona Industrial em Idanha-a-Nova, estando o tratamento e destino final a cargo da empresa ZAGOPE - Construções e Engenharia, S.A, responsável pela exploração do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Associação de Municípios de Raia Pinhal, por um período de 10 anos.

Esta exploração consiste num aterro sanitário dotado de sistema de compactação e enfardamento, infra-estruturas gerais, 2 estações de transferência, 7 ecocentros, 144

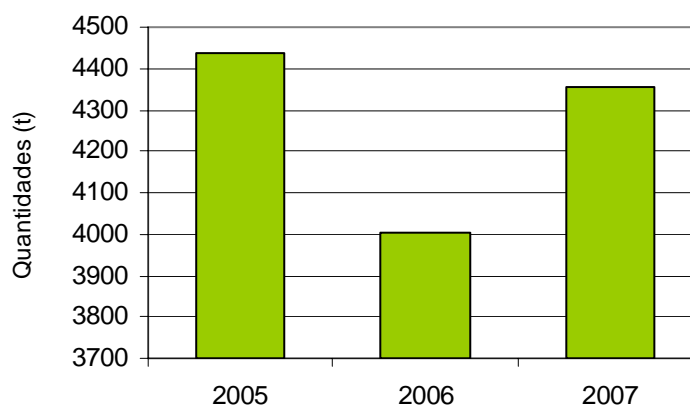
3. Viver em Idanha-a-Nova

ecopontos e estação de tratamento de lixiviados por osmose inversa. O aterro foi construído de acordo com as regras comunitárias relativas a 'Aterros Controlados', sendo que toda a base e partes laterais do aterro foram revestidas por um conjunto de materiais que garantem a sua total impermeabilização. O aterro contém uma rede de drenagem de fundo para conduzir as águas lixiviantes ou lixiviados para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que garante o cumprimento das especificações dos efluentes libertados no curso de água.

Na área do aterro encontra-se um local para armazenagem de sucatas metálicas, pneus e monos, posteriormente enviados para reciclagem. A recolha é assegurada por 3 circuitos, que visitam todas as freguesias em dias alternados, com excepção do Ladoeiro e Idanha-a-Nova, onde a recolha é diária. Os monos são recolhidos com uma frequência semanal ou no próprio dia, quando assim solicitado. A recolha de Resíduos Eléctricos e Electrónicos (REE) é assegurada pela Zagope e a recolha dos Óleos usados, tal como exigido por lei, por empresas licenciadas.

Um total de 705 contentores distribuídos por todo o concelho, asseguram a deposição dos resíduos indiferenciados, existindo em média 1 contentor por cada 16,5 habitantes. O total de resíduos indiferenciados recolhidos entre 2005 e 2007 variou sem uma tendência definida (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução da recolha de RSU no concelho de Idanha-a-Nova (2005 – 2007)



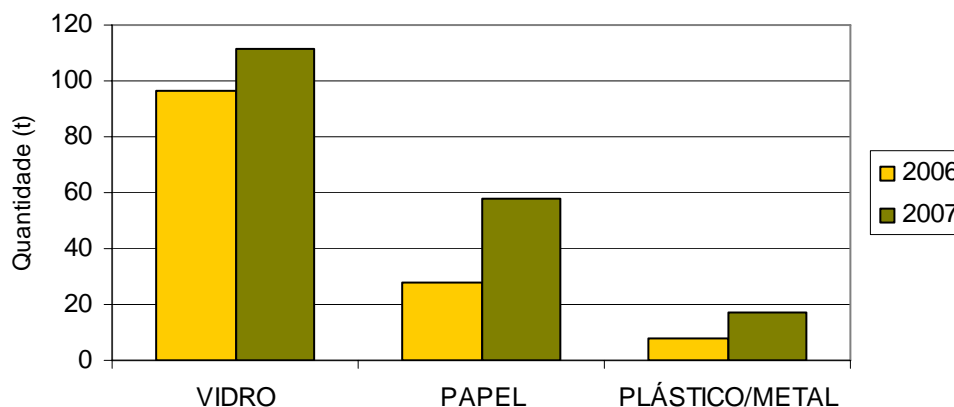
Fonte: Associação Municípios Raia Pinhal, 2007

3. Viver em Idanha-a-Nova

A produção de resíduos indiferenciados ao longo do ano, nestes 3 anos, foi maior no mês de Agosto, facilmente explicável pelos fluxos de emigrantes que visitam o concelho nos meses de férias de Verão. Segundo os dados mais recentes do INE (ano de 2005), a produção de RSU por habitante (kg/hab) é de 445 kg/hab no Concelho de Idanha-a-Nova, valor na mesma ordem de grandeza dos valores de média nacional e ligeiramente superiores aos da Beira Interior Sul.

A Câmara Municipal dispôs em todas as freguesias do concelho, ecopontos para papel, embalagens e vidro, num total de 31 ecopontos e 32 vidrões. A localização destas estruturas de apoio à reciclagem foi estudada pelos seus serviços responsáveis, com especial atenção para a proximidade dos estabelecimentos comerciais. A separação de pilhas ainda é incipiente, sendo necessário apostar na sensibilização das populações: as pilhas são entregues nas juntas de freguesia e nas escolas primárias. A meta nacional e europeia estabelece 1 ecoponto por cada 500 habitantes, tendo o concelho 1 ecoponto por cada 376 habitantes.

Gráfico 9 – Evolução da recolha de resíduos recicláveis no concelho de Idanha-a-Nova (2006 – 2007)



Fonte: Associação de Municípios da Raia Pinhal, 2007

A recolha selectiva de RSU valorizáveis, vidro, papel e plástico/metal no Concelho de Idanha-a-Nova, aumentou de 2006 para 2007, respectiva e aproximadamente 15%,

3. Viver em Idanha-a-Nova

50% e 50%. Em 2007, os valores de resíduos recolhidos selectivamente foram aproximadamente 187 t: 57,96 t de papel, 16,8 t de embalagens e 111,74 t de vidro. Com valores de recolha selectiva de 11 kg/hab (valor bastante inferior à média nacional, de 27 kg/hab, e da Beira Interior Sul, de 15 kg/hab), a taxa de resíduos valorizáveis é de 2,4% em relação ao total de resíduos produzidos, valor inferior à média nacional (6%), sendo importante a sensibilização das populações para a separação.

Os depósitos ilegais de resíduos de construção são uma situação que a Câmara Municipal não conseguiu ainda controlar mas para a qual procura soluções, como reaproveitar algumas fracções dos resíduos em aterros e obras, ou ainda, obrigar a que na fase de aprovação e licenciamento de projectos, os empresários declararem o destino previsto para os seus resíduos. Os despejos ilegais, para além de serem um desperdício de recursos, constituem fontes de contaminação da água e do solo e um atentado à paisagem. Não existindo legislação específica visando uma boa gestão dos resíduos de construção e demolição (entulhos), a organização não governamental QUERCUS num levantamento que realizou das possibilidades de gestão deste fluxo, concluiu que grande parte destes resíduos podem ser facilmente reciclados.

Resíduos Industriais

A indústria não tem grande expressão na produção de resíduos no Concelho de Idanha-a-Nova: 838,2 t de resíduos industriais, em 2005, segundo dados da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C). Os resíduos industriais produzidos por freguesia são apresentados no Quadro 7, sendo de notar que não existem dados para a de Penha Garcia, que tendo a segunda maior zona industrial do Concelho, poderá estar em incumprimento relativamente à declaração obrigatória de produção de resíduos - Mapas de Resíduos.

Os resíduos industriais não perigosos são enviados para um aterro em Castelo Branco, da responsabilidade da companhia privada SolUrbe.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 7 - Resíduos industriais produzidos no concelho de Idanha-a-Nova em 2005

Freguesia	Quantidade (t)
Idanha-a-Nova	755,85
Ladoeiro	11,044
Monsanto	68
São Miguel de Acha	3,3
Total	838,194

Fonte: Resíduos Industriais na Região Centro em 2005 – CCDR-C

3.2.2.3. Energia

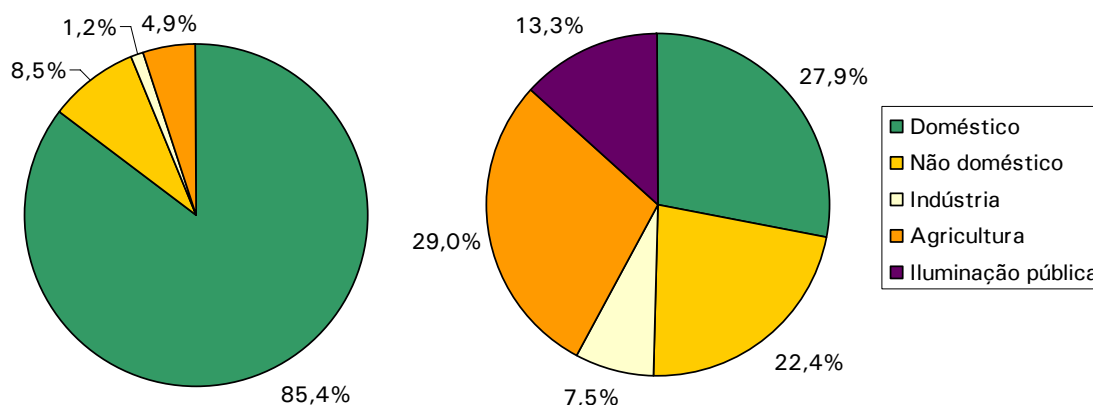
Tema que desperta preocupações tanto a nível internacional e político como a nível individual. Em 2000, a Comissão Europeia promoveu o Livro Verde que define uma estratégia de maior utilização das fontes de energia renováveis internas, contribuindo para reduzir as emissões de gases do efeito de estufa (GEE) e as importações de energia, sem descurar o esforço significativo por parte de todos os consumidores no sentido de contribuírem com a redução do seu consumo. A energia continua, todavia a ser largamente desperdiçada e o seu consumo a aumentar, de ano para ano, o que nos torna cada vez mais dependentes do abastecimento de petróleo e gás do exterior.

A nível regional, as Agências de Energia surgem como agentes dinamizadores da alteração dos comportamentos e padrões de consumo da energia em Portugal, apoiando a concretização de estratégias e políticas - comunitárias, nacionais e municipais - relativas à eficiência energética, às energias renováveis e às respectivas contribuições para a inovação tecnológica, o combate às alterações climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável. Na região da Beira Interior Sul não existe uma Agência de Energia, muito embora estar integrado numa rede facilite a troca de informação, cooperação técnica e científica.

Intensidade do Consumo Energético

Segundo dados do INE, o consumo de energia eléctrica no concelho de Idanha-a-Nova registou um aumento de 6% no ano 2005 relativamente a 2004, sendo o valor de consumo de 41.671.357 kWh. Do consumo total de energia, 29% cabe à agricultura, seguido de 27,9% de consumo doméstico: os consumos não domésticos representam 22,4% e a iluminação pública (das vias e edifícios públicos) 13,3%; com menores consumos aparece a indústria (apenas 7,5% do consumo total).

Gráfico 10 - Consumidores de energia eléctrica (esq.) e consumo (dta.) no concelho de Idanha-a-Nova, por tipo de consumo



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2005

No concelho de Idanha-a-Nova, em 2005, existiam 10.837 consumidores, dos quais 85,4% são consumidores do tipo doméstico, 8,5% não doméstico, 1,2% da indústria e 4,9% da agricultura (INE, 2005). Relativamente ao consumo doméstico de energia eléctrica por consumidor, Idanha-a-Nova apresenta valores de 1,26 milhares de kWh, inferiores à média da Beira Interior Sul (1,8 milhares de kWh) e à média nacional (2,5 milhares de kWh) (INE, 2005).

3. Viver em Idanha-a-Nova

Eficiência Energética

As oportunidades de melhoria da conservação de energia e da eficiência energética devem ser amplamente exploradas numa primeira fase, e só depois complementadas com a produção de energia por fontes renováveis. Entre os vários sectores, os transportes e a indústria aparecem como grandes consumidores de energia. No entanto, na Europa, só os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo energético. A energia gasta com a iluminação, o aquecimento (incluindo água quente) e a refrigeração das casas, locais de trabalho e locais de lazer é superior à consumida por qualquer um dos outros dois sectores. Embora o consumo de energia nas habitações (2/3 do consumo total de energia dos edifícios europeus) seja proporcional ao aumento do nível de vida da população, traduzindo uma maior utilização de sistemas de climatização, este crescimento no consumo poderá ser reduzido entre 30% a 50%, se forem utilizados os sistemas e tecnologias mais eficientes.

No concelho de Idanha-a-Nova, o potencial de poupança energética não está ainda explorado, não existindo um Plano de Eficiência Energética para os edifícios e vias públicas. Está em curso o estudo de optimização na Iluminação Pública na freguesia de Idanha-a-Nova, que prevê a substituição de lâmpadas e luminárias e a instalação de um sistema de gestão de iluminação inteligente, que irá reduzir a iluminação em horas e zonas de menores fluxos. As estimativas de poupança são da ordem dos 50%, prevendo-se que o investimento seja recuperado em 6 anos.

Energias Renováveis

Diz-se que uma fonte de energia é renovável quando não é possível estabelecer um fim temporal para a sua utilização. As principais vantagens da utilização deste tipo de energias consistem no facto de não serem poluentes e poderem ser exploradas localmente. Num horizonte de pouco mais de uma década, 10% dos combustíveis consumidos na União Europeia (UE) deverão ser obrigatoriamente biocombustíveis. No

3. Viver em Idanha-a-Nova

mesmo prazo, deverão ser criadas as condições para que a UE assegure 20% das suas necessidades energéticas através das energias renováveis (face aos 7% actuais). Com um dos objectivos mais ambiciosos da UE, Portugal comprometeu-se a atingir em 2010, 39% de electricidade produzida a partir de fontes renováveis.

Das várias fontes de produção de energia limpas, o estudo realizado no Concelho deu a conhecer alguns projectos, em fase de estudo e desenvolvimento, na área das mini-hídricas e biocombustíveis.

Quanto ao potencial energético do Sol e da Biomassa florestal, ambos estão ainda muito pouco aproveitados no concelho. A disponibilidade solar (radiação e insolação) em Portugal, é uma das maiores na Europa. No concelho, os valores de insolação estão dentro da média nacional (2.500 h/ano), ultrapassando-a nas zonas a Sul (de Norte para Sul, aumentam de 2.500 - 2.600 h/ano para 2.900 - 3.000 h/ano). Ainda de acordo com o Atlas do Ambiente, e no que diz respeito à radiação solar, os valores variam entre 160 e 165 Kcal/cm²/ano. Nesta área identificamos apenas um estudo, da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, para instalação de painéis solares térmicos, com vista ao aquecimento de águas, nas piscinas municipais e no pavilhão desportivo.

O aproveitamento da biomassa florestal pode ser encarado não só como uma prática de prevenção de incêndios e de redução produção de gases de efeito de estufa, um factor de oportunidades de negócio em diversas fileiras e de criação de emprego em áreas rurais, assim como de redução da dependência energética, contribuindo para o mix energético. A Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2003 definiu a meta de 150 MW de potência instalada com origem em biomassa florestal, a atingir até 2010.



Neste concelho, os resíduos são deixados nos terrenos após desbaste, o que aumenta o risco de incêndios, e desaproveita o potencial da biomassa para produção de energia. Este não é muito elevado quando comparado com outras zonas do país: o

3. Viver em Idanha-a-Nova

índice de fitomassa é de 3 ton/ha, o que é considerado um valor mais baixo do que o dos concelhos vizinhos, que chegam a atingir 5 ton/ha, e o seu risco estrutural de incêndio é alto (existem concelhos em que é muito alto). Isto faz com que o concelho de Idanha-a-Nova seja uma zona com prioridade média para ligação à rede eléctrica nacional de centrais de biomassa (de acordo com o estudo “O potencial energético da floresta portuguesa: análise do potencial energético disponível para as centras termoeléctricas a biomassa florestal lançadas a concurso” de T. Mateus, 2006).

Recentemente aprovados, surgem dois projectos para construção de 1 mini-hídrica e 1 barragem no concelho de Idanha-a-Nova. Está previsto, para o segundo trimestre de 2008, o início da construção de uma mini-hídrica na freguesia de Olêdo, com uma potência de 2 MW, que serão introduzidos na Rede Eléctrica Nacional, com início de produção prevista para o Inverno. Está também prevista a construção de uma albufeira em Rio Torto com capacidade de 70 milhões de metros cúbicos, num prazo de três anos, que inclui aproveitamento hidroeléctrico com potência máxima de 6 MW. A potência mínima de produção de energia eléctrica dos dois projectos previstos é de 8 MW, sendo que o município vai receber parte do valor da facturação anual da produção de energia.

Por último, é de referir o projecto de produção de Bioetanol, a partir da cana-de-açúcar (a primeira fábrica do género na Europa, prevista para o Concelho de Idanha-a-Nova): investimento da multinacional Global Green a ser candidatado à Agência Portuguesa de Investimento (API) como Projecto de Interesse Nacional (PIN). O projecto tem acoplada uma central de biomassa para produção de energia a partir dos resíduos da fábrica e a criação de um centro de investigação científica e tecnológica de agricultura, para aplicações daquele combustível alternativo (por exemplo, produção de plástico 100 por cento reciclável). O investimento ascende a 140 milhões de euros e poderá gerar cinco mil empregos. A fábrica instalar-se-á fora do perímetro do regadio da Campina de Idanha. Numa primeira fase, de experimentação, foram feitos ensaios, numa área de 4 ha, em parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e uma comunidade

3. Viver em Idanha-a-Nova

científica da Índia: foi concluído que a cana-de-açúcar se dá bem na região, e constitui uma possível alternativa às plantações de tabaco, em declínio. A Câmara de Idanha-a-Nova apoia a instalação do projecto no concelho com a disponibilização de terrenos.

A Global Green estima produzir anualmente 80 mil toneladas de bioetanol, o equivalente a 100 milhões de litros. Para atingir esses valores, é necessário plantar cana-de-açúcar “pelo menos em 7.000 ha”, valor que “fica abaixo da capacidade existente” em termos da disponibilidade de terrenos, estimada em mais de 10.000 ha, entre regadios públicos e privados dos concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão e dos que integram o Regadio da Cova da Beira, onde estarão disponíveis, quando concluído em 2010, 14.000 ha (segundo o www.diarioXXI.com).

3.2.2.4. Qualidade do ar

A qualidade do ar é medida pelas concentrações de poluentes na atmosfera. Estas dependem da proximidade de fontes emissoras, por exemplo, transportes e indústrias, mas também da dispersão dos poluentes na atmosfera, factor que varia de acordo com as condições meteorológicas.

Na Zona Centro Interior, da qual o município de Idanha-a-Nova faz parte, o acompanhamento da qualidade do ar é realizado a partir de uma estação localizada em Salgueiro, no Fundão (concelho adjacente ao de Idanha-a-Nova). Nesta estação são medidos os poluentes: Monóxido de Azoto (NO); Dióxido de Azoto (NO₂); Óxidos de Azoto (NO_x); Ozono (O₃); Dióxido de Enxofre (SO₂); Partículas <10 µm (PM₁₀); Partículas <2.5 µm (PM_{2.5}). De referir que esta estação está situada num local muito distante de fontes industriais, vias de tráfego e outras fontes emissoras, o que resulta numa baixa representatividade. Os resultados apresentados no Quadro 8 reportam-se à qualidade do ar na estação de Salgueiro que tem influência no concelho de Idanha-a-Nova, em 2006.

3. Viver em Idanha-a-Nova

No mesmo ano, o índice de qualidade do ar (IQar) para a região Centro Interior, segundo o Instituto do Ambiente, foi Muito bom em 18 dias do ano, Bom em 282 dias, Médio em 53 dias, Fraco em 10 dias e Mau apenas 2 dias.

Quadro 8 - Conclusões sobre a qualidade do ar medida na estação de Salgueiro, em 2006.

Parâmetro	Conclusões
SO ₂	Não houve ultrapassagem ao valor limite para protecção da saúde humana nem para protecção dos ecossistemas
NO ₂	Não houve ultrapassagem ao valor limite para protecção da saúde humana nem para protecção dos ecossistemas
Ozono	2 ultrapassagens ao valor limiar de informação ao público; <u>Objectivos a longo prazo:</u> Ultrapassagem ao valor alvo para protecção da saúde humana; Não houve ultrapassagem ao valor alvo para protecção da vegetação; Necessidade de realização de Planos de Acção de curto prazo
CO	Não monitorizado
PM ₁₀	Não há dados válidos suficientes para concluir; Necessidade de monitorização em contínuo
Benzeno	Não monitorizado

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar na Região Centro 2006 (CCDR-C)

3.2.2.5. Ruído

O Ruído é um factor que interfere na qualidade ambiental das localidades. O sossego contribui para a qualidade de vida e bem-estar da população e funciona como um atractivo turístico. Os Mapas de Ruído têm como objectivo traduzir a exposição da população ao ruído, causado por actividades, existentes ou previstas, representativas das condições das áreas a que respeita, para aplicação de medidas de minimização. O Mapa de ruído do concelho de Idanha-a-Nova (elaborado pela Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco) permite uma análise quantitativa e deverá respeitar o disposto no Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro.

3. Viver em Idanha-a-Nova

O RGR define três períodos para medição dos valores limites de exposição: período diurno (das 7 às 20h), período do entardecer (das 20h às 23h) e período nocturno (das 23h às 7h). Assim: as zonas mistas¹¹ não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador Lden (indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador Ln (indicador de ruído nocturno); as zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador Lden, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador Ln. Neste regulamento é também imposta a obrigatoriedade de elaboração de Planos Municipais de redução de ruído para as zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados, cuja elaboração é da responsabilidade das câmaras municipais.

Relativamente a este descritor ambiental, considera-se que o tráfego automóvel e as actividades industriais como as que provocam maiores impactes ao nível do ruído. Ainda assim, segundo o Projecto de Mobilidade Sustentável (2007) do concelho, a carta de ruído não apresenta zonas com níveis de ruído de intensidade significativa que excedam os limites previstos no regime legal do ruído.

3.2.2.6. Conservação da Natureza

Parque Natural do Tejo Internacional

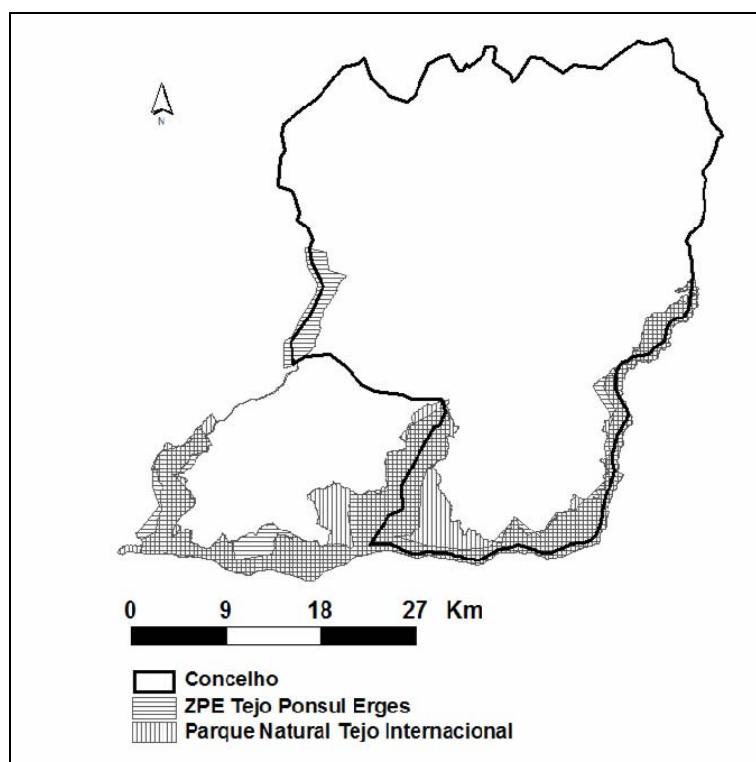
No município de Idanha-a-Nova, e nos municípios vizinhos de Castelo Branco e de Vila Velha de Ródão situa-se o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI). Este Parque abrange o troço fronteiro do vale do Tejo e estende-se por uma superfície de 26.490 ha (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade - ICNB, 2007), um

¹¹ **Zona mista:** área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afectada a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível; **Zona sensível:** área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período nocturno.

3. Viver em Idanha-a-Nova

planalto levemente ondulado com paisagem predominantemente mediterrânea e uma rede hidrográfica densa, embora com linhas de água com descontinuidade de regime, ou seja, com caudal quase nulo durante o Estio. O Parque Natural foi criado a 18 de Agosto de 2000, embora já existisse como Zona de Protecção Especial (ZPE)¹² desde 1999, pela sua importância no que respeita à avifauna. A Sede do PNTI localiza-se em Castelo Branco. Não existe actualmente nenhuma outra infra-estrutura local de apoio ao visitante dentro da área do parque (Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas, ex-Instituto de Conservação da Natureza – ICN).

Figura 5 - Mapa de localização do Parque Natural do Tejo Internacional e ZPE



¹² Zona de Protecção Especial para Aves (Directiva 79/409/CEE) publicada no Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2002 de 2 de Maio.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Segundo informação do actual Coordenador da Região Centro e Alto Alentejo do ICNB, que assumiu funções em 2007, após reestruturação do antigo ICN, existe um novo modelo de gestão alargada e de estratégia territorial. Assim sendo, a estratégia do PNTI para o futuro está integrada numa estratégia conjunta a mais 4 áreas protegidas: Parque Natural da Serra de São Mamede, Parque Natural da Serra da Estrela, Reserva Natural da Serra da Malcata e Paisagem Protegida da Serra do Açor. De acordo com a mesma fonte, esta estratégia privilegiará 3 linhas de orientação:

- 1) **Gestão de espécies e habitats.** Sendo que toda a área do Parque pertence a proprietários privados, e cerca de 50% aos grupos económicos Monfortur e Ferpinta, revela-se necessário estabelecer protocolos com os proprietários de forma a sensibilizá-los e envolvê-los numa mesma estratégia de conservação da natureza. A iniciativa “Business and Biodiversity” vai nesse sentido, ao promover a adesão dos privados a um compromisso com a conservação da natureza e biodiversidade.
- 2) **Educação ambiental – cidadania para a conservação da natureza.** Pretende-se aumentar a sensibilização da população para as questões da conservação da natureza e implementar um centro de interpretação e informação do Parque dotado de tecnologias da informação adequadas aos tempos modernos.
- 3) **Turismo de Natureza.** Implementação de um modelo inovador, associando práticas turísticas “soft” a determinadas áreas ambientais. Incluirá o desenvolvimento de infraestruturas para observação da vida selvagem, renovação de outras, intervenção arquitectónica nas localidades mais próximas mas principalmente o envolvimento privado no conceito de sustentabilidade.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 9 - Caracterização do Parque Natural do Tejo Internacional

Clima	Elevadas temperaturas nos meses de Julho e Agosto (podem atingir 40°C); Invernos frios Reduzidas precipitações médias anuais (<500 mm/ano no vale do Tejo, 700 mm nas colinas mais elevadas da região) Pouca frequência de formação de geadas, verificando-se também a formação de nevoeiro que se expande para as zonas adjacentes ao vale do Tejo.
Geologia	Complexo xisto-grauváquico Ante-Ordovício Granito nas zonas de Salvaterra do Extremo e Segura Crista quartzítica Ordovícica (na denominada zona do Castelo) Filões de quartzo leitoso e xistos mosqueados (com estaurolite) Depósitos detríticos Terciários (Arcoses da Beira Baixa) que cobrem discordantemente as restantes formações e ocupam uma vasta área Escarpas fluviais.
Solo	Solos esqueléticos, com teores de matéria orgânica muito baixos, elevada percentagem de elementos grosseiros, considerável número de afloramentos rochosos e pobres em nutrientes minerais.
Motivos de interesse	Fauna (sobretudo avifauna), Flora, Paisagem, Património construído e Património humano
Recepção e acompanhamento de visitantes	Sede do Parque em Castelo Branco Apoio a visitas reduzido, limitado a grupos e com marcação prévia. Além do PNTI, assegurado pela QUERCUS e pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
Actividades	Oferecidas pela QUERCUS e Câmara Municipal Percurso pedestres e BTT Observação de aves em Salvaterra do Extremo As empresas preferem desenvolver as suas actividades fora do Parque, em Penha Garcia, Idanha-a-Nova e albufeiras próximas
Infraestruturas de apoio	Não existem apoios à visitação Alojamento dentro do Parque: alojamento das herdades de caça e 2 casas de turismo de natureza da QUERCUS Restauração: estabelecimentos nas localidades em redor do Parque
Acesso e Sinalização	Praticamente inexistente Facilidade externa de acesso, dificuldades de acesso ao rio
Informação e promoção	Inexistente nos Postos de Turismo da região Apenas disponível na sede do PNTI
Capacidade de carga	50 pessoas/dia – considerada baixa.

Fonte: Informação do Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas (ICN), da QUERCUS e informação recolhida no trabalho de campo (Jan. 2008)

Cerca de 44% da ZPE Tejo Internacional, Erges e Pônsul coincide com território do concelho de Idanha-a-Nova, estando 8% deste classificado (Plano Sectorial da Rede

3. Viver em Idanha-a-Nova

Natura 2000). As principais espécies de aves identificadas na ZPE encontram-se no quadro 10.

Quadro 10 - Espécies de aves mais relevantes na ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul

Espécies Alvo de orientações de Gestão - Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I ¹³		
<i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus migrans</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Gyps fulvus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circaetus gallicus</i>	<i>Aquila chrysaetos</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus pennatus</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pterocles alchata</i> <i>Bubo bubo</i> <i>Caprimulgus ruficollis</i>	<i>Melanocorypha calandra</i> <i>Calandrella brachydactyla</i> <i>Oenanthe leucura</i> <i>Elanus caeruleus</i> Passeriformes migradores de matos e bosques
Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I		
<i>Ciconia ciconia</i> <i>Falco naumanni</i> <i>Falco subbuteo</i> <i>Coturnix coturnix</i> <i>Apus apus</i> <i>Apus pallidus</i> <i>Alcedo atthis</i> <i>Merops apiaster</i> <i>Jynx torquilla</i> <i>Galerida theklae</i>	<i>Lullula arborea</i> Sim <i>Hirundo daurica</i> <i>Anthus pratensis</i> <i>Cercotrichas galactotes</i> <i>Luscinia megarhynchos</i> <i>Oenanthe hispanica</i> <i>Turdus philomelos</i> <i>Turdus iliacus</i> <i>Hippolais polyglotta</i>	<i>Sylvia undata</i> Sim <i>Sylvia conspicillata</i> <i>Sylvia cantillans</i> <i>Sylvia hortensis</i> <i>Ficedula hypoleuca</i> <i>Oriolus oriolus</i> <i>Lanius senator</i> <i>Passer hispaniolensis</i> <i>Carduelis spinus</i>

Fonte: Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ICN, 2006)

Segundo a QUERCUS, nos diversos ecossistemas desta área foram já inventariadas 154 espécies de aves, 44 de mamíferos, 15 de anfíbios (existem 17 em Portugal), 20 de répteis (existem 27 no território nacional), 12 de peixes e 153 espécies de insectos (pertencentes a 9 ordens e 52 famílias), aracnídeos, entre outras.

De acordo com a mesma fonte, das 298 espécies de plantas até ao momento inventariadas no Tejo Internacional, pertencentes a 76 famílias, cerca de 27% são árvores e arbustos e as restantes 73% são herbáceas, figurando duas delas no Livro das Plantas a Proteger em Portugal Continental (DRAY, 1985), uma considerada

¹³ As espécies mencionadas no Anexo I são objecto de medidas de conservação especial respeitantes ao seu habitat, de modo a garantir a sua sobrevivência e a sua reprodução na sua área de distribuição.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Vulnerável (*Loevingia hispanica* L.) e outra Rara (*Cytinus ruber* (Fourr.) Komarov). Do total, 17 espécies (5,7%) são consideradas endémicas e 21 (7%) exóticas. Estão também identificadas 24 espécies de fungos, pertencentes a 4 classes.



Segundo o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, as orientações de gestão para a ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul são dirigidas prioritariamente para a conservação das aves rupícolas, para espécies típicas do bosque mediterrâneo muito ameaçadas, e para algumas espécies estepárias. Neste âmbito, é encarada como fundamental a manutenção da tranquilidade dos locais de nidificação ou alimentação destas espécies, a manutenção e incremento de manchas florestais de montado de sobro e azinho, a manutenção das áreas de matagal mediterrâneo e a substituição das áreas de eucaliptal por montados. É também essencial a manutenção das práticas agrícolas e pecuárias tradicionais de carácter extensivo e uma correcta gestão cinegética. Consequentemente, deverão ser implementadas restrições de uso e normas de utilização que salvaguardem a tranquilidade dos locais de nidificação, mas que permitam o usufruto da natureza e a observação das espécies em causa, de modo a permitir o desenvolvimento da competitividade económica e social das regiões que as sustentam.

Plano de Ordenamento do PNTI

O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI) encontra-se em revisão. De acordo com o Resumo Não Técnico da proposta de POPNTI para discussão pública, a distribuição dos regimes de protecção previstos encontram-se no Quadro 11. De referir que além destes regimes de protecção existem ainda áreas de intervenção específica.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 11 - Distribuição dos regimes de protecção na área do PNTI

Regime de Protecção	Área (ha)	Área (%)
Espaço de Protecção Total	514	1,94%
Espaço de Protecção Parcial I	4.762	17,96%
Espaço de Protecção Parcial II	10.720	40,46%
Espaço de Protecção Complementar I	4.788	18,10%
Espaço de Protecção Complementar II	5.706	21,54%
TOTAL	26.490	100%

Fonte: [Resumo não técnico do Plano de Ordenamento do PNTI \(2007\)](#)

Os [principais usos e actividades](#) no PNTI correspondem a actividades agrícolas, pecuárias e florestais. É objectivo do plano de ordenamento manter o mosaico agrícola e agro-silvo-pastoril na área de intervenção, fortemente interligado aos valores naturais, contrariando o despovoamento e o abandono agrícola, bem como incentivar modos de produção sustentáveis, incluindo a produção integrada e a produção biológica, para todas as culturas e produções vegetais e animais.

Cerca de 20% da área do Parque é ocupada com florestas de eucalipo e pinheiro bravo, contribuindo para a presença de zonas ambientalmente degradadas e com valor faunístico muito reduzido. No POPNTI propõe-se que as actividades florestais sejam desenvolvidas de acordo com os objectivos de conservação da natureza e com as orientações estratégicas do plano regional de ordenamento florestal (PROF), privilegiando-se a floresta de espécies autóctones e a exploração sustentável em regime de uso múltiplo. Segundo a Estratégia de Gestão Agrícola e Florestal para a Rede Natura 2000, em 90% da superfície total da Rede Natura 2000 em Portugal, existe um elevado grau de associação entre os valores naturais a conservar e o tipo de gestão agrícola e florestal praticado. Relativamente a actividades cinegéticas, mais de 90% da área do PNTI é área coutada (40% da área do concelho de Idanha-a-Nova é também área coutada) onde é permitido o exercício da caça. Os objectivos dos POPNTI referem a valorização dos recursos cinegéticos, compatibilizando a sua exploração com os de conservação da natureza.

3. Viver em Idanha-a-Nova

A área de intervenção do PNTI abrange os rios Tejo, Pônsul, Erges e a ribeira de Aravil. A pesca é considerada uma actividade importante no Tejo e no Pônsul, no entanto em algumas zonas existem limitações legais a esta actividade, que não podem ser alteradas pelo plano de ordenamento. Relativamente à navegação, dos troços existentes, 55% são navegáveis. Devido à sensibilidade ecológica nalgumas zonas dos rios, pretende-se adaptar a prática da pesca e da navegação recreativa ao grau de vulnerabilidade e significado para a conservação dos sectores fluviais e dos troços terrestres adjacentes, no sentido de valorizar os recursos aquícolas, compatibilizando a sua exploração com os objectivos de conservação da natureza.

Assim, em:

- 60,5% dos troços navegáveis é permitida a prática da pesca e navegação;
- 48,3% é possível a prática de pesca desportiva e navegação de recreio;
- 60,5% é possível a pesca profissional e a navegação turística.

O POPNTI identifica a necessidade de criar um regulamento para o desporto de natureza, incluindo informação detalhada para cada modalidade, local e épocas do ano e condições em que pode ser praticada. No que concerne ao Turismo, o plano propõe a recuperação e readaptação de património arquitectónico tradicional para turismo da natureza, interligando com divulgação de produtos tradicionais. É também objectivo do plano a requalificação do património cultural construído, quer para a manutenção da população, quer para a promoção de iniciativas e projectos com interesse para o desenvolvimento do Turismo de Natureza e para a actividade agrícola. A edificabilidade está, portanto, dependente do regime de protecção de cada área.

Parcerias para a Conservação da Natureza

Um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável é encontrar modelos que compatibilizem a conservação da natureza com as actividades económicas, presentes

3. Viver em Idanha-a-Nova

no território. No concelho de Idanha-a-Nova existem alguns bons exemplos que podem constituir referências tanto ao nível regional como nacional. Uma das maiores Organizações Não Governamentais de Ambiente nacionais, a QUERCUS, está presente e desenvolve acções no distrito de Castelo Branco e particularmente no Parque Natural do Tejo Internacional, contando com mais de uma década de consciencialização de autarcas e população local, para a importância da conservação das riquezas naturais e na procura de um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Desde a década de 80, que a QUERCUS desenvolve no concelho projectos de conservação da natureza, educação ambiental e turismo de natureza. Em 1993 esta organização não governamental de ambiente é distinguida com o Galardão de Prata Ford European Conservation Awards, como reconhecimento internacional da importância do projecto "Protecção do Rio Tejo Internacional e Barragem de Alcántara", desenvolvido conjuntamente com a congénere espanhola ADENEX (visava essencialmente a conservação de ecossistemas de grande valor ecológico, nomeadamente extensas manchas de matagal mediterrâneo e respectiva fauna que lhe está intrinsecamente associada).



A agricultura biológica, o montado de azinho e o olival tradicional, formas de cultivo favoráveis à conservação das espécies, foram também áreas de projectos da QUERCUS, no concelho. De referir igualmente a classificação da área como Parque Natural e Zona de Protecção Especial para a avifauna que teve lugar no ano 2000, ao

3. Viver em Idanha-a-Nova

fim de 13 anos de campanha por parte da associação. Através do Fundo QUERCUS para a Conservação da Natureza (FCN), instrumento de angariação de fundos para projectos específicos de conservação de habitats e espécies prioritárias, foram adquiridos no concelho de Idanha-a-Nova - Tejo Internacional, algumas parcelas de terreno privado, onde subsistem amostras reliquiais de antigos ecossistemas, ou habitats de grande biodiversidade. A QUERCUS foi ainda responsável pela criação do alimentador de abutres de Idanha-a-Nova, estrutura essencial como resposta a uma nova ameaça que resulta de nova legislação sanitária e que obriga à remoção de todos os cadáveres de animais dos campos.

O envolvimento de entidades privadas, localizadas no concelho de Idanha-a-Nova, em acções de conservação da natureza, foi alvo de reconhecimento internacional, nomeadamente algumas herdades que exploram actividades do turismo e da caça. O Grupo Espírito Santo, com uma importante presença no concelho (Termas de Monfortinho, Herdade de Vale Feitoso e Herdade da Poupa), foi das primeiras empresas nacionais a aderir à iniciativa "Business and Biodiversity", lançada no segundo semestre de 2007 e que promove parcerias entre as entidades privadas, organizações não governamentais e administração, em acções para a conservação da Biodiversidade, como é o caso de acções concretas de parceria para a gestão de áreas de especial interesse para a conservação, compensando os seus impactes negativos. No memorando de entendimento entre o Banco Espírito Santo, o ICNB e o



CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto), lê-se: "Entende que é dever permanente contribuir de forma cada vez mais aprofundada e proactiva para o desenvolvimento social, cultural e ambiental do País."

Situada no Rosmaninhal, em pleno Parque Natural do Tejo Internacional e integrada na Rede Natura 2000, a Herdade Rural da Poupa foi distinguida pela Fundação Anders Wall e pela organização Friends of the Countryside (organização de proprietários rurais europeus) e com o alto patrocínio da Direcção Geral do Ambiente

3. Viver em Idanha-a-Nova

da Comissão Europeia, como a “Melhor Propriedade Rural Europeia de 2007”, uma iniciativa que distingue e premeia, todos os anos, uma propriedade rural da União Europeia que se destaque pelo seu papel na conservação dos recursos naturais e desenvolvimento regional. Numa área de 5.500 ha, o projecto concilia a caça e o turismo de alta qualidade, com a preservação das espécies e dos habitats de fauna e flora autóctones, tendo sido reflorestada com azinheiras e sobreiros, e beneficiado de acções concretas de apoio à conservação da Águia Imperial, Cegonha Negra e Lontra. Várias outras acções de conservação e restauração de habitats, alimentação de aves necrófagas, percursos fotográficos, assim como a reconstrução do património construído, contribuem para o conceito deste projecto.

A Birdlife International, no âmbito da iniciativa “Conheça as Aves da sua Propriedade”, distinguiu a Granja de São Pedro, em Alcafozes, e a Herdade do Cabeço Mouro no Rosmaninhal, pelas suas riquezas avifaunísticas, onde se podem encontrar a cegonha negra, o chasco preto, o grifo, a águia cobreira, o picanço barreteiro. Esta iniciativa tem entre outros objectivos, o de divulgar junto dos agricultores, as práticas agrícolas mais favoráveis à conservação das aves e biodiversidade.

Cinegética

O concelho de Idanha-a-Nova detém a maior área de reserva de caça do país (50.223 ha), num total de 35 zonas de caça, sendo 24 associativas e 11 turísticas. De forma lenta mas gradual, tem vindo a ocorrer um progressivo ordenamento do espaço cinegético, uma formação cívica mais consciente nos novos caçadores e algumas alterações legislativas fundamentais, nomeadamente a implementação do direito à não caça. De forma regular, a QUERCUS foi-se manifestando sobre estas situações, seja através de notas de imprensa e de acções de rua, seja através da participação em debates e reuniões sobre esta temática. Também tem sido possível melhorar o relacionamento entre as associações ambientalistas e os representantes

3. Viver em Idanha-a-Nova

do sector cinegético. Nestas últimas décadas aprofundaram-se relações e concretizaram-se projectos, em parcerias muito dinâmicas.

Agricultura Sustentável

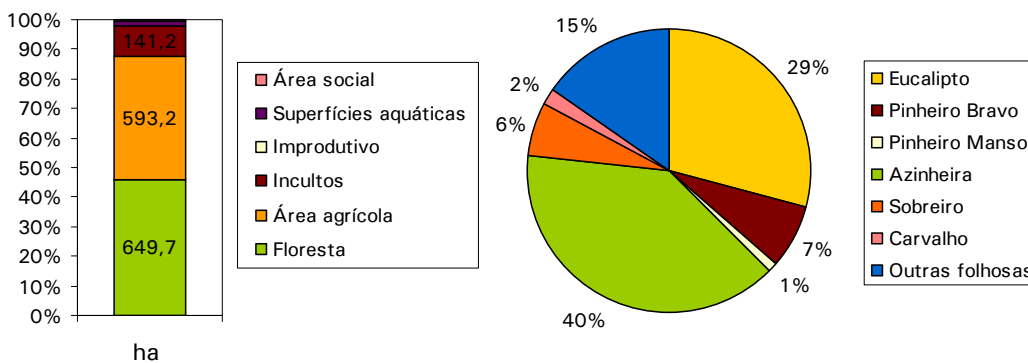
A agricultura tem um papel muito importante na conservação da natureza, sendo que a utilização de modelos sustentáveis de agricultura ajuda à manutenção de sistemas ecológicos saudáveis e diversos. As formas de agricultura sustentável em Portugal derivam dos sistemas agrícolas tradicionais, localmente adaptados e da conversão de sistemas existentes para formas sustentáveis, nomeadamente para o modo de produção biológico. Os primeiros sistemas ocupam cerca de 35% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em Portugal, ou seja 2,74 milhões de hectares (Pretty, 1998), e correspondem sobretudo a áreas de montado e de pastoreio livre nas montanhas. Em 2005, existiam em Portugal 1.577 operadores de produção vegetal em modo biológico, ocupando uma área total de 233.458 ha. No concelho de Idanha-a-Nova, a agricultura biológica tem uma expressão relevante, existindo mais de 80 produtores biológicos (número de associados da BioRaia – Associação de produtores biológicos da Raia, 2008), desenvolvendo a sua actividades sobretudo em produção animal de ovinos, bovinos e caprinos.

No concelho de Idanha-a-Nova a principal cultura foi, durante bastante tempo, a do tabaco. Esta tem graves implicações ambientais, visto ser uma cultura intensiva, que exige uma grande utilização de produtos fitossanitários, adubos químicos, bem como uma grande quantidade de água para rega. Com o fim dos apoios a esta cultura as explorações têm vindo a ser convertidas, o que poderá ser positivo já que o impacte dos adubos e fitossanitários diminuiu, reduzindo a contaminação dos solos. A conversão em alguns casos ocorreu no sentido da pecuária e está em estudo a possibilidade da cultura da cana-de-açúcar para produção de bioetanol, que terá de ser estudada apurando os seus impactes ao nível local.

3.2.2.7. Floresta

Segundo dados do Gabinete Técnico Florestal, a floresta ocupa 46% da área total do município de Idanha-a-Nova (cerca de 650 ha), sendo 64% relativos a povoamentos florestais. Destes destacam-se como povoamentos de produção: eucalipto (120,6 ha; representando 29% dos povoamentos) e pinheiro bravo (29,1 ha e 7%). Nos povoamentos florestais de conservação as principais espécies são a azinheira (162,2 ha, representando 39% dos povoamentos) e o sobreiro (25 ha e 6%). A estrutura minifundiária não facilita a gestão da floresta, existindo algum abandono de parcelas, falta de limpeza (sobretudo na zona de pinheiro bravo) e dificuldades de escoamento de resíduos. Por outro lado, existem algumas propriedades de grande dimensão, com boa gestão florestal, pertença de grupos económicos ligados à produção de pasta de papel e a herdades de caça.

Gráfico 11 - Ocupação do solo (esq.) e Povoamentos florestais (dta.) existentes no concelho de Idanha-a-Nova (2007)



Fonte: Gabinete Técnico Florestal, 2008

Segundo o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul (PROF-BIS), os espaços florestais deverão desenvolver-se *“numa perspectiva sustentável e multifuncional, integrados no aproveitamento turístico da região, e em que a*

3. Viver em Idanha-a-Nova

actividade cinegética, a pesca nas águas interiores e a exploração dos produtos florestais não-lenhosos são, a par da produção de madeira e cortiça, pilares geradores de riqueza e emprego”.

No mesmo documento é referida a forte vocação para a **actividade cinegética**, possuindo uma abundante oferta de caça e um elevado número de concessões de caça com gestão efectiva. A **silvopastorícia e a pesca**, pelo potencial que apresentam, são igualmente actividades com grande interesse na região. O **elevado valor paisagístico** dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para lazer constitui também uma importante mais valia na região, reforçada pela existência de várias **áreas com especial interesse para a conservação da natureza**. Entre as condicionantes mais significativas da Beira Interior Sul, estão o **alto risco de incêndio** e a **elevada susceptibilidade à desertificação**, devendo ser tomadas medidas de **protecção do solo**. Segundo o Gabinete Técnico Florestal de Idanha-a-Nova, acresce a **proliferação da monocultura** florestal.

O concelho de Idanha-a-Nova, no que diz respeito ao ordenamento florestal, integra a sub-região homogénea da Raia Sul e a sub-região homogénea do Tejo Internacional. Na sub-região Raia Sul, a hierarquização das principais funções encontra-se ordenada da seguinte forma:

1ª função: silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

2ª função: protecção

3ª função: recreio, enquadramento e estética da paisagem

Na sub-região Tejo Internacional a ordenação das principais funções segue outra hierarquia, devido à presença do Parque Natural do Tejo Internacional:

1ª função: conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos

2ª função: protecção

3ª função: silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

3. Viver em Idanha-a-Nova

As espécies florestais e os modelos de silvicultura a desenvolver nas duas sub-regiões encontram-se no Quadro 12.

Quadro 12 - Espécies florestais e modelos de silvicultura a privilegiar na sub-região Raia Sul e Tejo Internacional

Espécie	Sub-região	Modelo de silvicultura	Localização
Sobreiro	Raia Sul e Tejo Internacional	Povoamento puro de sobreiro, para produção de cortiça e lenho Povoamento puro de sobreiro, para produção de cortiça e silvopastorícia	Na generalidade da sub-região
Azinheira	Raia Sul e Tejo Internacional	Povoamento puro de azinheira em alto fuste, para produção de fruto, lenha e/ou lenho Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e silvopastorícia	Zonas Centro e Sul
Carvalho-negral	Raia Sul	Povoamento puro de carvalho-negral, para a produção de lenho	Na generalidade da sub-região, com excepção da zona Sudoeste
Medronheiro	Raia Sul e Tejo Internacional	Povoamento puro de medronheiro, para produção de fruto	Na generalidade da sub-região

Fonte: PROF-BIS

Além das espécies florestais indicadas, são ainda a considerar nesta sub-região as seguintes: amieiro (*Alnus glutinosa*), choupo-branco (*Populus alba*), choupo-negro (*Populus nigra*), cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*), cipreste-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), plátano (*Platanus hispanica*), plátano-bastardo (*Acer pseudoplatanus*), salgueiro-branco (*Salix alba*), Salgueiro-frágil (*Salix fragilis*).

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 13 - Metas do PROF-BIS para as sub-regiões homogéneas Raia Sul e Tejo Internacional (2006)

	Sub- Região	Estimativa actual	Meta em 2025	Meta em 2045
Espaços florestais na região (%)	Raia Sul	70	70	70
	Tejo Internacional	89	89	89
Espaços florestais arborizados na Região (%)	Raia Sul	43	45	45
	Tejo Internacional	55	55	55
Composição dos espaços arborizados (%)	Raia Sul	pinheiro-bravo: 15 sobreiro: 23 eucalipto: 36 azinheira: 24 carvalhos: 1 outras folhosas: 1	pinheiro-bravo: 13 sobreiro: 34 eucalipto: 14 azinheira: 33 carvalho-negral: 3 outras folhosas: 3	pinheiro-bravo: 10 sobreiro: 38 eucalipto: 5 azinheira: 37 carvalho-negral: 5 outras folhosas: 5
	Tejo Internacional	sobreiro: 10 eucalipto: 47 azinheira: 41 outras folhosas: 2	sobreiro: 30 eucalipto: 15 azinheira: 50 outras folhosas: 5	sobreiro: 35 eucalipto: 5 azinheira: 55 outras folhosas: 5
Povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva (%)	Raia Sul	36	14	5
	Tejo Internacional	47	0	0
Área queimada anualmente (%)	Raia Sul	2	< 1	< 0,5
	Tejo Internacional	0,5	< 0,5	< 0,5

Fonte: Adaptado do PROF-BIS

Relativamente às metas definidas no PROF-BIS para os espaços florestais, verifica-se que em ambas as sub-regiões os espaços florestais existentes são adequados, devendo manter-se (Quadro 13). É desejável um ligeiro incremento dos espaços arborizados e uma forte redução dos povoamentos sujeitos a culturas intensivas, na sub-região Raia Sul. No Tejo Internacional os espaços arborizados deverão manter-se e as culturas florestais intensivas não deverão existir. No que respeita à composição dos espaços arborizados, o pinheiro bravo e o eucalipto tenderão preferencialmente a diminuir e o sobreiro, a azinheira, os carvalhos e outras folhosas a aumentar, por

3. Viver em Idanha-a-Nova

serem espécies endémicas e de maior valor para a conservação da natureza (Quadro 13).

No PROF é também proposta a criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Em Idanha-a-Nova existem duas: a ZIF do Aravil com 21.000 ha, ocupando área das freguesias de Idanha-a-Nova, Zebreira e Toulões; e a ZIF de Penha Garcia com 11.000 ha, ocupando área das freguesias de Penha Garcia, Monfortinho e do concelho de Penamacor. Existe a possibilidade de surgir mais uma zona, em Monfortinho. As ZIF surgem para facilitar a constituição de explorações florestais com dimensão suficiente de forma a melhorar a eficiência na sua gestão, por agrupamento de explorações ou emparcelamento de propriedades. Por definição, as ZIF são áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade.

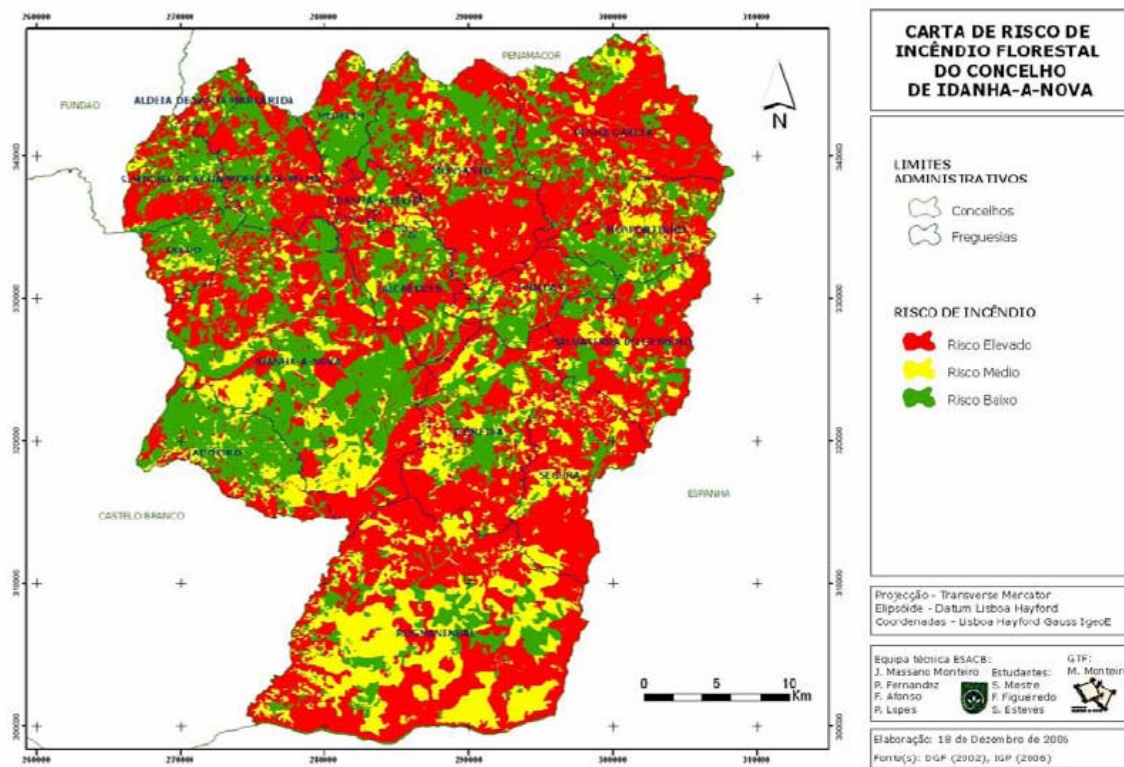
Incêndios Florestais

O concelho apresenta um alto risco de incêndio em grande parte da sua área (Figura 6).

Entre 1980 e 2006 registaram-se 1.235 ocorrências (segundo dados da Direcção Geral de Recursos Florestais - DGRF), o que representa cerca de 47,5 incêndios por ano. A área total ardida nestes 26 anos foi de 28.338 ha, sendo 62% relativos a povoamentos e 38% a matos. Os piores anos foram 2001 e 2003, com um total de área ardida de 17.567 ha, em 199 ocorrências (67% povoamentos e 33% matos). O número total de incêndios (1980-2006) correspondeu a quase 8% das ocorrências no distrito e quase 9% da área ardida.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Figura 6 – Carta de Risco de Incêndio

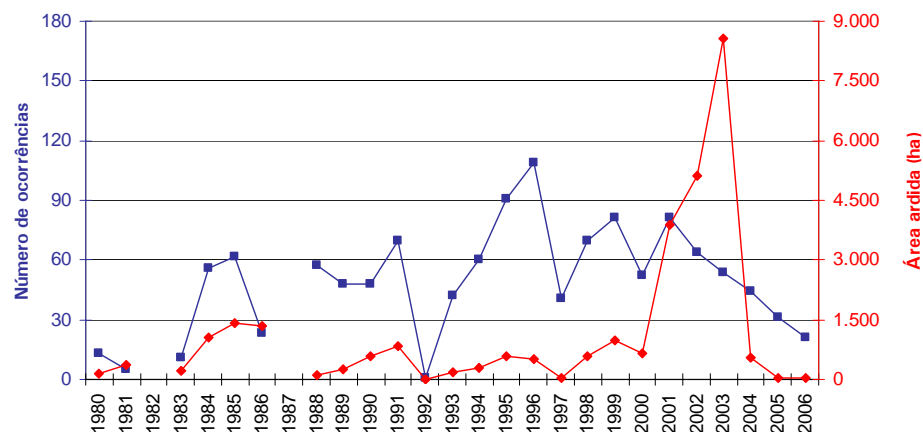


Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2007

De acordo com o gabinete técnico florestal de Idanha-a-Nova, os dados da DGRF são subestimados, já que apenas são contabilizados incêndios em floresta, e excluídos os incêndios em área agrícola e com área inferior a 10 ha: Entre 1993 e 2006 terão ocorrido 1.461 incêndios (105 incêndios por ano), com uma área ardida de 25.000 ha. De referir que existem zonas de reincidências, por exemplo em S. Miguel D’Acha, com área ardida de 123%.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 12 - Incêndios florestais (1980 a 2006): número de ocorrências e área ardida



Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais – 2008

Para o combate a incêndios foram definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 6 sectores de intervenção dotados de equipamentos. Em cada sector existe uma entidade responsável pela primeira intervenção. O município está bem dotado de meios, equipamentos, pontos de água (suficientes e bem localizados) e uma rede de faixas de gestão de combustíveis, segundo o Comandante dos Bombeiros locais. A existência de 4 equipas de Sapadores, com um total de 12 efectivos, permite a realização de silvicultura preventiva, bem como a limpeza de linhas de água. Para a vigilância são utilizados 5 postos de vigia, que cobrem a quase totalidade do concelho, excepto a sul, na zona do PNTI. Aí, a orografia impossibilita a vigilância a partir das torres, realizada por uma das carrinhas de intervenção localizada no Rosmanihal.

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.2.2.8. Gestão Sustentável da Autarquia e das Empresas Locais

Retiveram-se as práticas e o desempenho ambiental e de responsabilidade social, nos serviços e edifícios geridos pela autarquia e nas empresas.

Autarquia

A incorporação dos valores sociais e ambientais nas práticas administrativas da autarquia é um indicador do seu envolvimento activo para a sustentabilidade, e principalmente do seu papel “educador” e incentivador de procedimentos sustentáveis tanto para os cidadãos como para outras entidades. Para além da redução de



consumos e logo de custos com a incorporação destes valores, a autarquia garante uma gestão mais eficiente dos processos e uma maior credibilidade e confiança perante os cidadãos.

Relembre-se que as autarquias ao assinar a Carta da Aalborg, comprometem-se a adoptar as melhores práticas ambientais.

“Comprometemo-nos a adoptar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis. Por isso vamos:

4.1 Evitar e reduzir os resíduos, e aumentar a reutilização e a reciclagem.

4.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.

4.3 Evitar os desperdícios de energia, e melhorar a eficiência energética.

4.4 Adoptar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.

4.5 Promover activamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de Comércio Justo.”

3. Viver em Idanha-a-Nova

(Compromisso nº 4 da Carta de Aalborg – Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida)

Sendo a participação nos sistemas de certificação internacional, ISO 14001 e EMAS (*Ecomanagement and Audit Scheme*) voluntária, não se conhece até ao momento, nenhuma entidade pública portuguesa certificada. No entanto são exemplos a referenciar, o projecto em curso na Câmara Municipal de Almada (<http://www.m-almada.pt/emas-lab/>) e na Escola Superior Agrária de Coimbra (www.esac.pt/emas@school).

Não tendo a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova iniciado um processo de gestão ambiental, o estudo explorou práticas não integradas de ecoeficiência no uso de água e energia, gestão de resíduos, e no incentivo à produção e consumo sustentáveis, através de critérios ambientais nos processos de aquisição.

Deste estudo destaca-se:

Água. Não existe uma política de redução dos consumos de água por parte da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Existem, no entanto, medidas pontualmente implementadas, como sistemas alternativos de abastecimento de água para rega dos espaços públicos e dos campos de futebol e torneiras com temporizadores nos pavilhões desportivos.

Energia. Nos edifícios públicos não são conhecidas quaisquer medidas de redução energética, estando em fase de desenvolvimento um estudo para optimização da Iluminação Pública na freguesia de Idanha-a-Nova, que prevê a substituição de lâmpadas e luminárias e a instalação de um sistema de gestão de iluminação inteligente, que irá reduzir a iluminação em horas e zonas de menores fluxos.

Quanto à utilização de combustíveis alternativos na frota automóvel da autarquia, está prevista a conversão desta para utilização de óleos alimentares. A tecnologia a ser utilizada resulta de uma parceria entre a organização do festival Boom e a Câmara Municipal: após o festival deste ano aquela organização irá ceder as tecnologias desenvolvidas para a concretização deste objectivo.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Resíduos. Relativamente à redução, reutilização e reciclagem de resíduos, tivemos conhecimento de separação para reciclagem, e observamos a existência de ecopontos e de pilhões dentro do edifício da Câmara Municipal.



Compras Públicas Ecológicas para uma Produção e Consumo Sustentável. O Consumo Responsável é “aquele em que a decisão de compra de um produto ou serviço assenta não só em critérios de qualidade e preço, mas também nas condições humanas e ambientais em que foram produzidos e comercializados, assim como nas consequências humanas e ambientais dessa compra”. As autoridades públicas são um dos maiores consumidores na Europa, estimando-se que a compra pública total da União Europeia (UE) tenha atingido os 1.500 biliões de Euros em 2002, representando 16,3% do PIB da União Europeia. Com estes números, podemos entender a dimensão do impacto das decisões de compra pública na vida de milhões de produtores, e como podem direccionar os mercados.

A recente *Resolução do Conselho de Ministros para o Sistema de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010* estabelece como objectivo global que, em 2010, 50% dos concursos públicos para aquisição de produtos ou serviços abrangidos pelo novo sistema devem incluir critérios ambientais. Embora sem conhecimento desta Resolução, os serviços de aprovisionamento da Câmara Municipal têm algumas preocupações neste sentido, fazendo exigências ambientais na aquisição de produtos fitoquímicos e de limpeza.

Empresas. Foi feito um estudo junto de 24 empresas das zonas industriais de Penha Garcia e Idanha-a-Nova, que procurou aferir a percentagem de empresas que têm ou estão em processo de certificação ambiental e/ou de qualidade. De um total de 24 empresas inquiridas, apenas 3 afirmaram ter sistema de gestão ambiental e um sistema de gestão da qualidade. Quando inquiridas sobre práticas individuais de gestão ambiental, nos domínios do ruído, emissões atmosféricas, efluentes, resíduos

3. Viver em Idanha-a-Nova

e energias renováveis, 16 afirmaram praticar a separação de resíduos, 7 ter sistemas de tratamento de efluentes líquidos, 4 possuir equipamentos de protecção para ruído, 4 controlar as emissões gasosas; nenhuma empresa inquirida utiliza energias provenientes de fontes renováveis.

3.2.2.9. Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade

Em plena Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), das Nações Unidas, é reconhecida e reclamada a importância da educação para alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Presente no capítulo 36 da Agenda 21, a educação é transversal a todos os outros capítulos, sendo referida no Plano de Implementação de Johannesburgo, a importância de integrar o desenvolvimento sustentável tanto na educação formal como na educação não



formal, tidas ambas como fundamentais no processo de crescimento dos indivíduos e na criação de uma atitude positiva face ao desenvolvimento sustentável.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é fundamentalmente centrada nos valores de respeito: pelos outros, pelas gerações presentes e futuras, pela diferença e diversidade, pelo ambiente e pelo planeta em que habitamos. Estes princípios e valores podem ser integrados em várias formas de acção e educação, e as autarquias na sua missão de promover a qualidade de vida e prosperidade dos seus munícipes, deverão fazê-lo como uma forma de encorajar atitudes para um futuro mais sustentável, para a integridade do ambiente, para uma prosperidade económica e para uma sociedade mais justa no presente e futuro. As oportunidades de acção ao nível da sensibilização são inúmeras, e a criatividade é essencial para encontrar as formas de melhor transmitir estas mensagens. As parcerias com diversos actores da

3. Viver em Idanha-a-Nova

sociedade (jovens, escolas, empresas, etc.) são também muito proveitosas e aconselhadas.

No Concelho de Idanha-a-Nova, destacamos 3 iniciativas públicas e privadas atraindo pessoas de várias nacionalidades: o Encontro Nacional de Escuteiros - ACANAC, a constituição do GEOPARK e o Festival Boom. Estas iniciativas têm em comum, o carácter educativo e de promoção do respeito pela natureza.

- Na propriedade Monte de Trigo, em tempos devastada por incêndios e cedida ao Corpo Nacional de Escutas, realizou-se em 2007 o ACANAC, com cerca de 10.000 jovens de todo o mundo, tendo ocorrido com a colaboração deste jovens, uma intervenção de movimentação de terras e reflorestação da área. Cada escuteiro ficou responsável por uma árvore e periodicamente deverá voltar para ver a sua evolução. As árvores foram oferecidas pela Bayer e pela Silvapor, uma empresa local. Foram também feitas acções de sensibilização com a população, limpeza de fontes e das ruas.
- Um território com cerca de 4.600 Km² e que inclui vários concelhos, entre os quais o de Idanha-a-Nova, constitui o primeiro Geoparque português, integrado na Rede Europeia e Global de Geoparques da UNESCO, que inclui 52 geoparques mundiais. Para além do objectivo da conservação do património geológico e da promoção do turismo de natureza, o Geopark tem como objectivo, a educação. Para tal são dinamizadas diferentes iniciativas, tais como a criação de centros interpretativos, materiais de divulgação, visitas guiadas e organização de aulas no campo, com alunos do 3º Ciclo do Ensino. Foram criados 5 percursos educativos e interdisciplinares, para alunos das disciplinas de Ciências Naturais, História e Educação Física.
- Por último destaca-se o evento bianual - festival BOOM, o maior no género de música electrónica, que ocorrerá pela terceira vez no Concelho de Idanha-a-Nova, trazendo mais de 20.000 pessoas, 80% das quais de origem estrangeira. A organização do festival tem vindo a evoluir no modelo de

3. Viver em Idanha-a-Nova

gestão, com o desafio de como Criar um Modelo Sustentável num Evento de Grande Dimensão? Como juntar tantas pessoas num mega evento sem que este seja um desastre ecológico e pelo contrário tenha impactes positivos no local?

O Boom Festival começou a desenvolver projectos para se tornar totalmente auto-sustentável, de forma a não contaminar a natureza e educar para a consciência ecológica: o desenvolvimento de casas de banho que não usam químicos, tratamento das águas do festival através de biotecnologias, utilização de energias solar e eólica, reciclagem, organização do espaço do Boom segundo princípios da Permacultura¹⁴ (agricultura permanente) e o fornecimento gratuito de kits de limpeza. As práticas deste festival são referência para muitos festivais que ocorrem no Verão no país, e que durante poucos dias “inundam” regiões pouco povoadas e sem estruturas para tão elevado número de visitantes.

Na edição de 2008, e em parceria com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a organização lança a iniciativa inovadora “O TEU ÓLEO É MÚSICA”. Os óleos alimentares usados recolhidos nas freguesias de Idanha-a-Nova irão servir de combustível para alimentar os geradores eléctricos do Festival. Os benefícios desta iniciativa serão não só económicos como ambientais, uma vez que por cada litro de óleo despejado nos esgotos domésticos são necessários 1 milhão de litros de água para diluição. Uma ideia exemplar que necessitará da colaboração da população e dos visitantes, e que através de uma participação activa, visa despertar uma nova consciência energética e de desenvolvimento sustentável. Esta pretende ser uma iniciativa de intervenção comunitária, que englobará também campanhas de educação das populações e acções de formação nas escolas.

¹⁴ A **permacultura** é um método holístico para planear, actualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis. A ênfase está na aplicação criativa dos princípios básicos da natureza, integrando plantas, animais, construções, e pessoas em um ambiente produtivo e com estética e harmonia. Permacultura é uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com ideias inovadoras. Unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Por fim, e como forma de se manterem informadas e promoverem a sua própria acção, as Autarquias têm oportunidade de aderir a diversas Redes nacionais e internacionais para a Sustentabilidade, que permitem a partilha de experiências, intercâmbios e parcerias, muito enriquecedoras. A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova pertence à Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade, à Rede Europeia de Geoparks e à Aliança de Cidades Europeias para a Cultura.

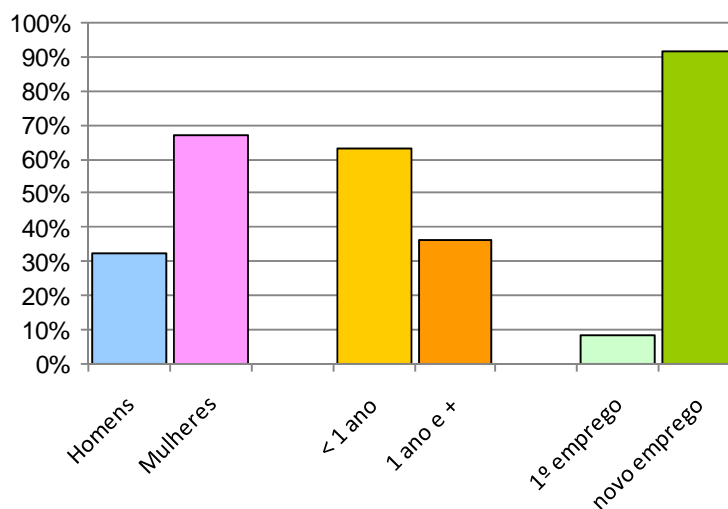
3.3. Economia

3.3.1. Indicadores de enquadramento económico

Entre 1991 e 2001, Idanha-a-Nova teve, em simultâneo, um aumento das [taxas de actividade](#)¹⁵ de 25,7% para 31,9%, mais acentuado para as mulheres (de 14,9% para 22,6%), e um aumento das [taxas de desemprego](#)¹⁶, de 6,7% para 8,3% (o equivalente a 307 desempregados, segundo os Censos de 2001).

O desemprego em Idanha-a-Nova é variável devido a um forte peso de trabalho agrícola sazonal: na Primavera e no Verão há menos desemprego, mas em Dezembro de 2007 estavam inscritos no [Centro de Emprego](#) 333 desempregados de Idanha-a-Nova¹⁷.

Gráfico 13 – Desempregados inscritos no Centro de Emprego, por sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego (Dezembro 2007)



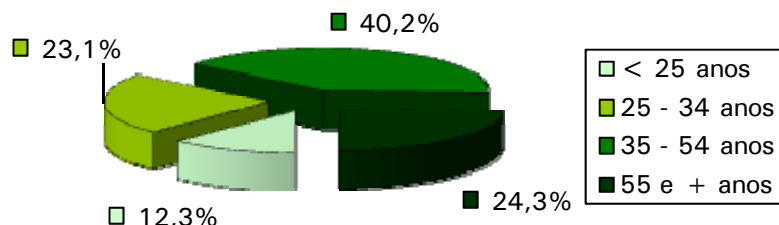
Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais - Concelho – Janeiro 2008

¹⁵ Taxa de Actividade: número de activos por cada 100 habitantes.

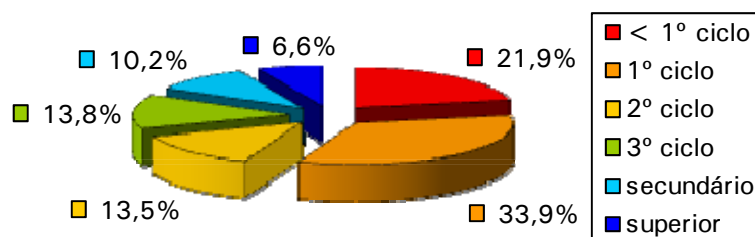
¹⁶ Taxa de Desemprego: peso da população desempregada no total da população activa, i.e. número de desempregados por 100 activos.

¹⁷ Em Março de 2006, estavam inscritos 514 desempregados.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 14 – [Desempregados inscritos no Centro de Emprego, por idades \(Dezembro 2007\)](#)

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais - Concelho – Janeiro 2008

Gráfico 15 – [Desempregados inscritos no centro de emprego, por níveis de escolaridade \(Dezembro 2007\)](#)

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais - Concelho – Janeiro 2008

Ao longo do ano mantêm-se as características dos desempregados inscritos: essencialmente mulheres, inscritos há menos de um ano, que procuram novo emprego, com baixa instrução e com idades entre os 35 e 54 anos.

Idanha-a-Nova tinha, em 2001, uma [taxa de emprego](#)¹⁸ de 52,5%, mais baixa que a nacional. A população do concelho contava 3.714 activos (31,9% da população total), dos quais 3.407 estavam empregados. Nessa altura, o [emprego](#) na agricultura, produção animal e silvicultura representava 31,2% do emprego total, na indústria transformadora e na construção civil 18,7% e no comércio, alojamento e restauração 19,6%.

¹⁸ Taxa de Emprego: número de empregados entre os 15 e 64 anos por cada 100 habitantes com a mesma idade.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Actualmente estão identificados como maiores empregadores do concelho a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova¹⁹, o grupo Monfortur na área da hotelaria e termalismo e os diferentes serviços de acção social. Os restantes serviços públicos (órgãos autárquicos, repartição de finanças, cartório notarial e conservatórias de registo civil e predial, GNR, corporação de bombeiros) e os serviços de saúde (centro de saúde e respectivas extensões) completam o emprego local.

As Zonas Industriais do Município dinamizam algumas actividades económicas sobretudo ligadas à indústria agro-alimentar, ao comércio e à construção civil.

As empresas situadas nas zonas industriais de Idanha-a-Nova e Penha Garcia, em geral empregam até 9 postos de trabalho. As restantes empresas, de carácter mais familiar, contam poucos trabalhadores. O comércio e os serviços absorvem a maior parte da população activa, muito ligada ao turismo. Alguns restaurantes, actividades relacionadas com a construção civil, bem como as empresas agrícolas poderão empregar entre 3 a 7 pessoas, mas temporariamente.

Embora se reconheça alguma capacidade de investimento, aliada a alguma propensão ao risco e a algum empreendedorismo, estes não são suficientes para contrariar a baixa actividade económica e, conseqüentemente, a baixa criação de emprego duradouro no Município.

O [índice de poder de compra per capita](#)²⁰ de Idanha-a-Nova tem vindo a aumentar (acompanhando a tendência da região da Beira Interior Sul), mas, em 2005, equivalia a cerca de 55,7% da média nacional. No mesmo ano, o poder de compra na região Centro era 1,5 vezes superior. Isto pode traduzir-se numa fraca atractividade para investimentos em produção de bens ou prestação de serviços, vocacionados apenas para consumo local.

¹⁹ Segundo os dados mais recentes do Centro de Emprego de Castelo Branco.

²⁰ Este índice compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

3. Viver em Idanha-a-Nova

O [Produto Interno Bruto Regional per capita](#)²¹, PIBR *per capita*, medido apenas para a região Beira Interior Sul (não existe informação ao nível concelhio) era 11.500€ em 2004, o que representa cerca de 84,0% do PIB *per capita* nacional e 98,5% do PIB *per capita* da Região Centro.

3.3.2. Actividades económicas empresariais²²

Idanha-a-Nova tinha, em 2005, 232 estabelecimentos dos quais 25,9% na actividade agrícola, produção animal, caça e silvicultura (60 empresas), 18,1% no comércio (42 empresas) e 14,2% no alojamento e restauração (33 empresas).

O tecido empresarial de Idanha-a-Nova é constituído quase exclusivamente por empresários em nome individual, que em regra geram pouco emprego, (nessas empresas trabalham apenas o empresário e eventualmente algum empregado ou um familiar, normalmente o cônjuge).

²¹ Indica a fatia média de Produto Interno Bruto (PIB) ou do Rendimento que cabe a cada habitante durante o período de um ano. O PIB *per capita* é um indicador frequentemente usado para medir o nível de desenvolvimento de um país ou de uma região.

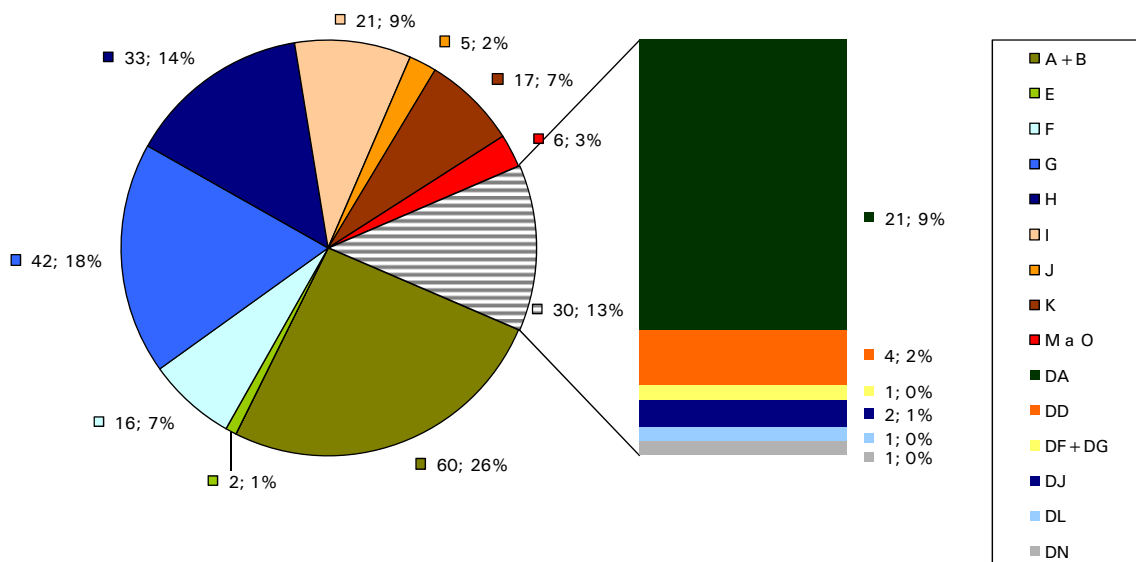
²² Na análise das actividades económicas de natureza empresarial incluem-se as empresas (sociedades e empresários em nome individual) e não se consideram os serviços públicos. Trabalha-se com 17 grandes grupos de actividades, segundo a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE).

Por força da disponibilidade estatística, na primeira etapa da Agenda 21 Local foram consideradas as empresas juridicamente sedeadas no Município. Contudo, estas podem não exercer a sua actividade no local da sua sede. Com a criação de um novo indicador estatístico por parte do INE é possível considerar agora as empresas estabelecidas no Município, que são aquelas que efectivamente geram dinamismo económico local.

No quadro que dá origem ao Gráfico 16 (disponível em [hiperlink](#)) estão também contabilizados os valores absolutos e respectivos pesos relativos referentes aos dados do pessoal ao serviço nos estabelecimentos do Município e do volume de vendas para as sociedades sedeadas no Município. Os valores destes dois parâmetros devem ser tomados como meros indicadores pois têm como base realidades distintas, não sendo comparáveis.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 16 – Estabelecimentos no Município (número e peso relativo) e desagregação dos estabelecimentos indústria transformadora, segundo a CAE



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro - 2006

Quadro 14 - Classificação das Actividades Económicas (CAE)

A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
B - Pesca
D - Indústrias Transformadoras
E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
F - Construção
G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
J - Actividades Financeiras
K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
M - Educação
N - Saúde e Acção Social
O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
P - Famílias com Empregados Domésticos
Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

Fonte: INE, Nomenclatura das Actividades Económicas – 2006

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 15 - Classificação das Actividades Económicas (CAE) - Indústria Transformadora

DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras
DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear
DG - Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais
DJ- Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
DL- Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica
DN- Indústrias Transformadoras, N.E.

Fonte: INE, Nomenclatura das Actividades Económicas – 2006

De modo a incentivar o empreendedorismo, está a funcionar na Zona Industrial de Idanha-a-Nova a Incubadora de Empresas desde de Outubro de 2006. Com capacidade para instalação imediata de 12 empresas, o espaço disponível, desde que adaptado, permite acolher um número superior. Tem também um espaço chamado “escritórios à medida” e serve para empresas que não necessitando de um espaço fixo permanente podem marcar horários de utilização do mesmo durante alguns dias por semana.

Contam-se 5 empresas²³ em funcionamento (8 postos de trabalho – contando com o pessoal da incubadora, 11 postos de trabalho), e prevê-se a instalação de mais 3. A falta de empreendedorismo, a conjuntura económica e a demora no processo de criação da Incubadora justificam o espaço ainda disponível. São as salas de dimensão mais reduzida as mais atractivas do ponto de vista do empresário.

Os empresários podem contar ainda com o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, no encaminhamento dos promotores de ideias para as instituições que elaboram projectos de candidaturas a programas comunitários.

²³ As áreas das empresas instaladas são Contabilidade, Consultoria de Engenharia Civil, Certificação e Consultoria em qualidade alimentar, Informática e Subcontratação de serviços na construção civil. As empresas pertencem a pessoas de Idanha-a-Nova ou arredores (3 das empresas foram criadas por ex-alunos do Instituto Politécnico de Castelo Branco).

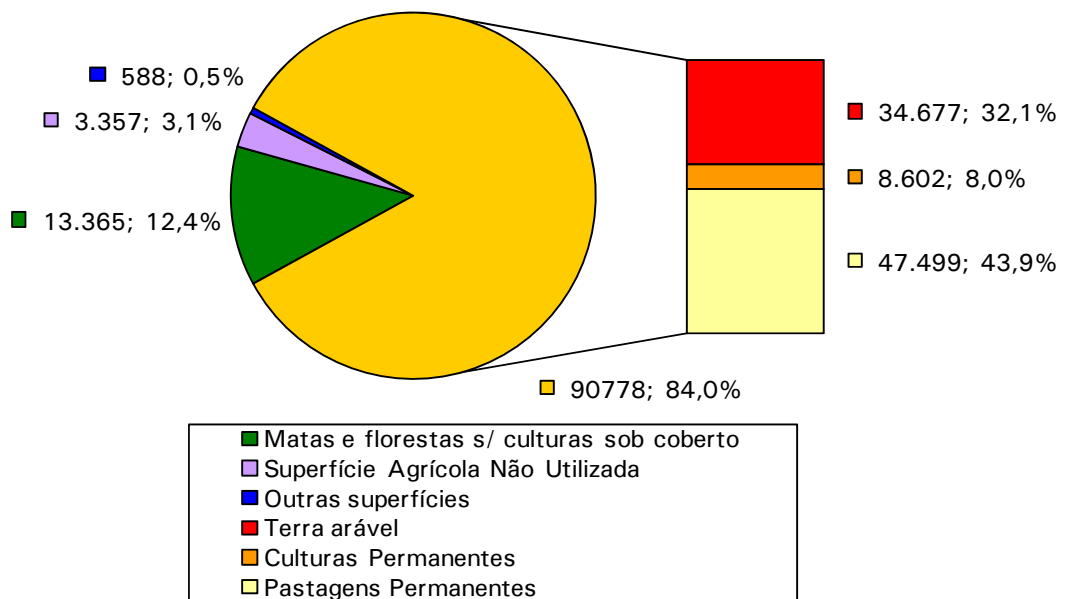
3.3.3. Agricultura e produção animal²⁴

A ocupação do solo do Município tem como dominantes a agricultura, a pecuária e a silvicultura. A área agrícola ocupa cerca de 76,5% (1.080 km²) da área total do concelho (1.412,7 km²).

As 2.143 [explorações agrícolas](#) existentes, em 1999 (Recenseamento Geral Agrícola – RGA), tinham uma superfície total de 108.088 ha. Destes:

- 12,4% (13.365 ha) eram matas e florestas sem culturas sob coberto, pertencentes a 34,5% das explorações (740 explorações);
- 84,0% (90.778 ha) eram superfície agrícola utilizada (SAU), repartida pela quase totalidade das explorações.

Gráfico 17 – [Utilização das terras](#) – área (ha) e peso relativo



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura – Beira Interior – 1999

²⁴ A pesca, somente de carácter desportivo, não tem significado como actividade económica.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Cerca de dois terços da [SAU era explorada](#) por conta própria, cabendo ao arrendamento 27,2%.

As explorações agrícolas tinham uma [dimensão média](#) de 42,4 ha. Em termos numéricos, dominam as pequenas explorações, inferiores a 2 ha de SAU e exploradas por produtores singulares. Inversamente, 81,1% da SAU (73.657 ha) era concentrada em explorações de grande dimensão (área \geq a 100 ha).

A dedicação dos [produtores singulares](#) à actividade agrícola é a tempo parcial: 24,5% destes (516 agricultores) exercem uma outra actividade principal remunerada, sobretudo nos sectores terciário (53,5% - 276 agricultores) e secundário (27,9% - 144 agricultores). A população agrícola é envelhecida, tem baixo nível de instrução e uma formação para actividade agrícola quase exclusivamente prática, adquirida ao longo dos anos. São excepção alguns empresários com explorações de regadio. A falta de formação técnica, de empenhamento e também o sentimento de que o trabalho agrícola é socialmente degradante entravam o desenvolvimento e expansão do sector, na opinião dos próprios produtores. Existem todavia algumas explorações modernizadas e orientadas para o mercado, nomeadamente ao nível da produção do leite de ovelha e cabra para queijos.

Note-se que a SAU aumentou 64,5% de 1989 para 1999, essencialmente destinada a pastagens. A substituição/ocupação de culturas por floresta ou por matos também se verificou, mas em menor escala.

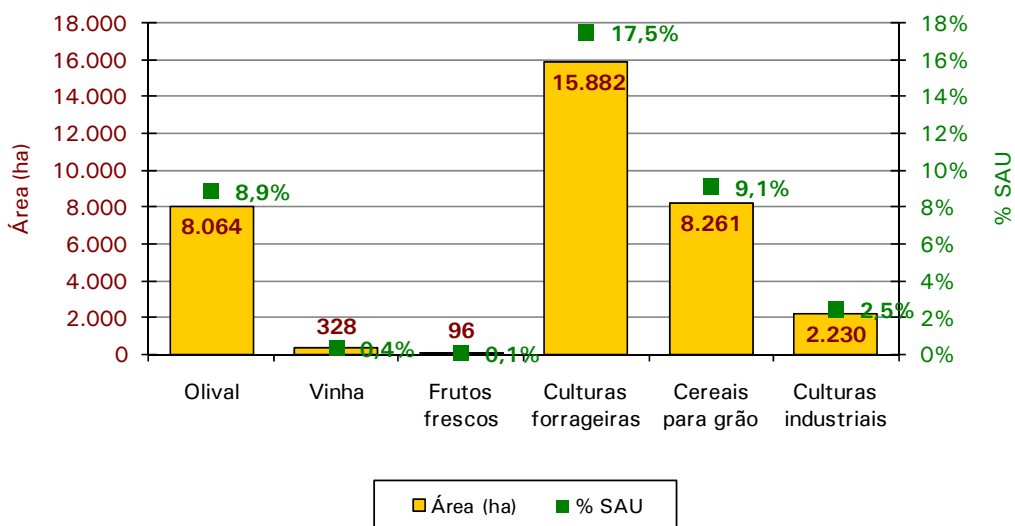
Em 1999, os cereais para grão, o olival, as culturas forrageiras, e as culturas industriais (tabaco) constituíam as [principais culturas](#) de Idanha-a-Nova em área ocupada. As primeiras eram comuns à quase totalidade das explorações, ao contrário das culturas industriais asseguradas apenas por alguns agricultores.

A [produção animal](#) é dominada pelos ovinos. Nos últimos anos registou um acréscimo significativo dos efectivos, com especial destaque para os equinos, bovinos, ao contrário dos suínos que diminuíram. O acréscimo dos ovinos foi por certo estimulado

3. Viver em Idanha-a-Nova

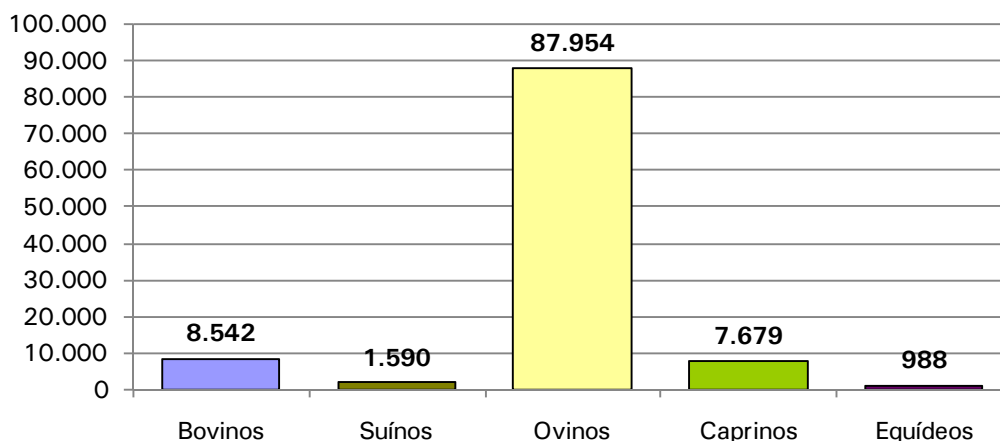
pela produção de queijos tradicionais (produto com denominação de origem protegida), que tem vindo a aumentar.

Gráfico 18 – Principais culturas permanentes e culturas temporárias - área (ha) e peso relativo



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura – Beira Interior - 1999

Gráfico 19 – Produção animal (número de efectivos e peso relativo)



Nota: O gráfico ilustra o nº de cabeças e não o seu significado económico, pois não foram convertidas em cabeças normais (CN)

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura – Beira Interior – 1999

3. Viver em Idanha-a-Nova

A venda dos produtos agrícolas é feita: no mercado local, ou a familiares e amigos, para os produtos hortícolas e frutícolas; a produtores de gado no que respeita a culturas forrageiras; à Cooperativa de Queijos da Beira Baixa e outros produtores de queijo no caso do leite; e a grandes indústrias transformadoras no que respeita ao tabaco.

Algumas explorações distinguem-se pela especificidade das práticas agrícolas. Segundo o RGA, em 1999, existiam 25 explorações com **agricultura biológica**²⁵ (nenhuma com protecção integrada) e 16 explorações com **tratamento de resíduos**²⁶ (resultante da forte actividade pecuária). Havia, também, 25 **explorações com actividades lucrativas não agrícolas**²⁷: turismo rural, transformação de produtos agrícolas alimentares e criação de espécies cinegéticas.

A adesão dos produtores às medidas agro-ambientais justifica a existência da BioRaia (Associação de Produtores Biológicos da Raia); mudanças provocadas pela revisão da PAC têm deixado os agricultores expectantes e pouco activos, não só relativamente a estas temáticas mas também em relação à actividade agrícola em geral.

Revele-se o sistema regadio da Campina de Idanha e Aravil, com um perímetro de rega é 8.194 hectares e que abrange também a freguesia de Malpica do Tejo (Castelo

²⁵ A agricultura biológica é um sistema de produção que se baseia na interacção dinâmica entre o solo, as plantas, os animais e os seres humanos, considerados como uma cadeia indissociável, em que cada elo afecta os restantes, e que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica dos solos; é conseguido através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.

²⁶ Exemplos de tratamentos de resíduos, segundo a nomenclatura do Instituto Nacional de Estatística: Fossa séptica; Estação de tratamento de águas residuais (ETAR), Lagunagem, Digestor anaeróbio (*produção de biogás*) e Outros tratamentos de resíduos.

²⁷ As actividades lucrativas não agrícolas são aquelas que não sendo agricultura estejam directamente relacionadas com a actividade agrícola e que utilizam os recursos da exploração. Assim, têm-se como exemplos: turismo rural e actividades directamente relacionadas; artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares; transformação de produtos agrícolas alimentares; transformação de madeira; aquacultura; produção de energias renováveis; aluguer de equipamento; outras actividades como por exemplo helicicultura (*caracóis*), lombricultura (*minhocas*), criação de espécies cinegéticas (*caça*), columbofilia (*pombos*).

3. Viver em Idanha-a-Nova

Branco): a superfície regada estendeu-se a 50% da área irrigável, em 1995, em função do interesse pelo tabaco, mas em 2003 não ultrapassava 30%²⁸.

A reconversão da cultura do tabaco é hoje uma questão central. As soluções apontadas²⁹ pela generalidade das associações locais ligadas ao sector apostam nos produtos tradicionais locais (azeite, hortícolas e frutícolas), na produção forrageira e animal (essencialmente ovinos e caprinos de leite e também de carne) e ainda nas culturas energéticas. As pastagens para o gado ovino e caprino, essencial à produção de queijo tradicional, têm sido a resposta imediata a esta necessidade de reconversão.

Nos últimos dois anos decorrem experiências com a plantação de cana do açúcar para bioetanol, transformação da cana, produção de energia eléctrica para a rede e granulado para caldeiras domésticas.

O futuro da agricultura depende da interiorização da necessidade de melhores práticas agrícolas: incentivando e formando os agricultores mais jovens; desenvolvendo novos sistemas de produção, nomeadamente a produção em modo biológico tirando partido associativismo local, capaz de dar respostas às exigências do mercado. Apesar de se tratar de um espaço rural de baixa densidade, existem, todavia alguns jovens empresários agricultores com capacidade técnica e de investimento.

3.3.4. Silvicultura

A floresta ocupa cerca 46% da área do Município³⁰ e é essencialmente constituída por montado de sobro e azinho, eucalipto e pinheiro bravo. A actividade silvícola é

²⁸ Cfr. Artigo "Rural, agricultura e agricultores da raia centro sul" de Joaquim Cabral Rolo – Investigador da Estação Agronómica Nacional – Junho 2007.

²⁹ Cfr. também AGROGÉS, Sociedade de Estudos e Projectos, Lda - «Oportunidades de reconversão das explorações agrícolas produtoras de tabaco no concelho de Idanha-a-Nova», ARBI – Associação de Regantes de Idanha-a-Nova e APT - Associação de Produtores de Tabaco (sem data, mas posterior a 2004).

³⁰ Ver subcapítulo da Floresta, no capítulo de Ambiente.

3. Viver em Idanha-a-Nova

uma das fontes de rendimento da população local. Os povoamentos florestais de produção ocupam 36% da área florestal.

A estrutura minifundiária dispersa não facilita a produção economicamente rentável, nem a conservação da floresta, não se tirando partido económico relevante do escoamento de resíduos florestais. Em propriedades de grande dimensão, das quais se destaca a Herdade de Vale Feitoso, a produção está orientada para o mercado nas suas diferentes vertentes: produção de material lenhoso e não lenhoso, escoamento de resíduos florestais, aproveitamento cinegético, e usos turísticos.

A constituição das ZIFs do Município, com a perspectiva de melhoria da gestão florestal, permitirá dilatar os ganhos provenientes da silvicultura. As actividades ligadas ao sector foram desenvolvidas: exploração de lenha e cortiça, madeira para serração e para produção de pasta de papel.

3.3.5. Indústria transformadora

A indústria transformadora³¹ tem pouco peso no conjunto das actividades económicas, revelando que:

- Em 2001, estavam empregados na indústria transformadora 182 pessoas, das quais 52,2% nas indústrias alimentares, bebidas e tabaco (essencialmente nos lacticínios e outros produtos alimentares), 12,1% nas indústrias metalúrgicas e 6,0% noutras indústrias;
- Em 2005 apenas 13% das empresas com estabelecimentos em Idanha-a-Nova (30 empresas) estavam ligadas à indústria transformadora, das quais 9% nas indústrias alimentares, de bebidas e tabacos (21 empresas) e 4% nas indústrias da madeira e da cortiça (4 empresas).

³¹ A desagregação da indústria transformadora por diferentes tipos de indústria – 14 subgrupos da CAE – revela muitos dados indisponíveis, no pessoal ao serviço e no volume de vendas, que resultam do baixo número de ocorrências estatísticas, o que obriga à confidencialidade dos dados.

3. Viver em Idanha-a-Nova

O tecido empresarial é dominado por empresários em nome individual e algumas sociedades de pequena/média dimensão, dispersos pelo Município. São microempresas que empregam poucos trabalhadores (até 9 pessoas). Os empresários industriais têm idades dominantes entre 40 a 45 anos e um grau de instrução pouco acima da escolaridade mínima obrigatória.

As Zonas Industriais³² estão bem situadas e as empresas que nelas se instalam são desse modo apoiadas pela autarquia: infra-estruturas básicas, conjunto de facilidades e incentivos, venda de terreno a preço simbólico, apoio a candidaturas e no recrutamento de pessoal.

As empresas nelas instaladas³³ têm actividades agro-alimentares e comerciais ou que concorrem para a construção civil: na sua maioria exercem a sua actividade há mais de 5 anos e têm uma atitude optimista face ao futuro. Os seus recursos humanos não têm formação profissional na área e é mais difícil contratar pessoas para as empresas instaladas em Penha Garcia. Os empresários têm conhecimento da existência de escolas profissionais mas sem cursos relevantes para a sua actividade. As empresas têm alguma apetência para as tecnologias da comunicação. Geridas pelos proprietários (mais envelhecidos em Penha Garcia e genericamente com baixa formação), estas empresas encontram no concelho os seus principais clientes, havendo poucos casos com exportações.

Para além das zonas industriais, considera-se a área de implantação da SAIPOL (antiga fábrica do tomate) como um local de reserva para actividades agro-industriais, nomeadamente ligadas à gestão e escoamento de produtos.

³² A Zona Industrial de Idanha-a-Nova tem 80 lotes dos quais 64 estão ocupados, com 15 empresas (apenas 23% estão activos), (11 lotes não estão disponíveis) e a Zona Industrial de Penha Garcia tem 23 lotes totalmente ocupados.

³³ Foram inquiridas 13 empresas na Zona Industrial de Idanha-a-Nova e 11 empresas na Zona Industrial de Penha Garcia (o primeiro trabalho de campo – Março de 2006).

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.3.6. Construção civil

A construção civil tem um papel importante no Município pelo emprego criado (uma boa parte dele sob a forma de empresários em nome individual). Tem sido dinamizada através de elevados investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais e de construção, reconstrução e reabilitação de núcleos históricos e de habitações particulares. Trabalham neste ramo, além dos portugueses, alguns emigrantes de leste. Os principais clientes encontram-se nos mercados locais e regionais.

O controle desta actividade tem aumentado, garantindo a qualidade das obras e o cumprimento das normas legalmente exigidas.

3.3.7. Serviços privados e de natureza pública³⁴

Nos serviços privados dominam os empresários em nome individual, sobretudo nas empresas de comércio a retalho, restauração e alguns serviços.

As actividades terciárias estão na sua maioria concentradas na sede de concelho, com excepção dos pequenos comércios, alguns de artesanato local, restaurantes e pequenos cafés.

As características do comércio levam muitos consumidores a realizarem as suas compras nos grandes centros urbanos e nas grandes superfícies, em especial em Castelo Branco.

Existe algum dinamismo económico (capacidade de investimento, propensão ao risco e empreendedorismo), concentrado num número reduzido de empresários ou médias/grandes empresas., o que leva a uma atractividade económica do Município. Segundo as entidades bancárias, algumas empresas apenas condições subsistem: aguentam os seus negócios porque são empresas familiares sem grandes encargos, com poucos trabalhadores, rendas baixas e poucas despesas, até pela falta de

³⁴ Destaca-se o turismo e o conjunto das actividades a ele ligado no ponto seguinte.

3. Viver em Idanha-a-Nova

modernização. As empresas com melhores perspectivas de viabilidade serão empresas de serviços vocacionadas para o turismo. Inversamente, muitas empresas agrícolas enfrentam problemas de adaptação a novas produções.

Quadro 16 – Actividades de serviços e principais características

Área	Características
Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação Viaturas e Bens	Estabelecimentos de dimensão reduzida
	Actividades variadas direccionadas para comércio alimentar
	Pouco modernizado e atractivo
	Baixa qualificação
	Feiras e mercados regulares
Actividades Financeiras	Alguns mediadores de seguros
	3 Entidades bancárias – Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Espírito Santo
	Cliente bancário tipo: de meia-idade ou idoso, a trabalhar ou reformado, com baixa instrução, com propensão à poupança e com uma pequena parcela agrícola e florestal
	Alguma capacidade de investimento empresarial, algum empreendedorismo e alguma propensão ao risco
	Concessão de crédito a todo o tipo de cliente – empresas recorrem mais com fins de fundo-maneio e investimento agrícola
Outros serviços privados	Actividades imobiliárias e informáticas
	Serviços prestados a empresas e particulares: Contabilistas, Advogados, Gestão...
	Medicina privada (clínica geral e outras especialidades) praticada por médicos individuais ou por clínicas médicas
	Qualificações médias/altas
Serviços de natureza pública/social	Administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia)
	Administração Central localizados no Concelho (Repartição de Finanças, Segurança Social, Conservatórias e Tribunal)
	Outros serviços (Centro de Saúde, GNR, Instituições Particulares de Solidariedade Social, GAD.)

Fonte: Trabalho de campo – 2006

Os clientes bancários (sobretudo os mais jovens) têm aderido bastante bem aos novos serviços (Multibanco, serviços on-line, seguros e cartão de crédito), mas alguns comerciantes locais mostram-se ainda reticentes quanto à utilização dos terminais de pagamento automático.

3. Viver em Idanha-a-Nova

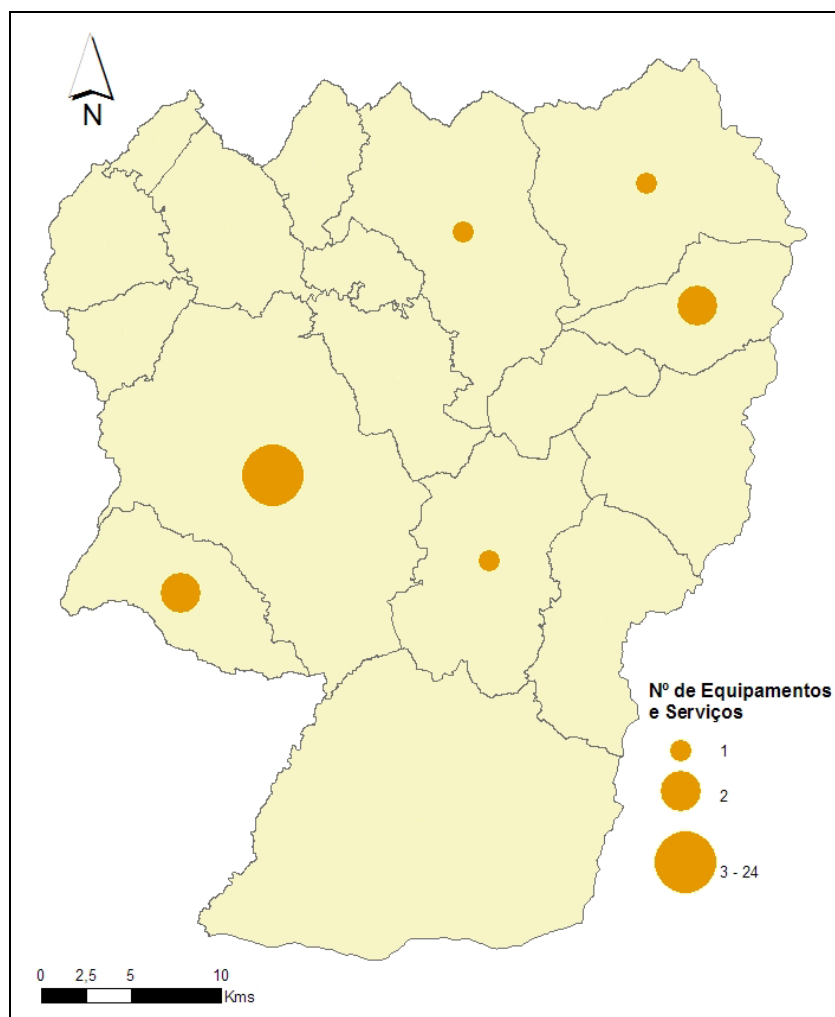
Os profissionais dos serviços privados residem no concelho ou em Castelo Branco e deslocam-se a outras freguesias para prestarem os seus serviços. São empresários com idades muito diversas e um grau de instrução elevado.

Os serviços públicos e/ou de natureza social mobilizam uma grande parte do emprego local, sobretudo através da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Em 2001, 21,9% do emprego total estava concentrado nas actividades da administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e acção social, onde se incluem, para além das actividades empresariais, os serviços da administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), os serviços da administração central localizados no Concelho (Repartição de Finanças, Segurança Social, Conservatórias e Tribunal), o ensino público e as actividades de saúde não privadas. Trata-se de um valor acima dos verificados a nível nacional (21%), da região Beira Interior Sul (20,6%) e da região Centro (21%).

O bem-estar e conforto de uma população e, por conseguinte, as suas condições de vida, podem ser avaliados pelas facilidades de acesso a equipamentos e serviços.

O Município tem uma boa cobertura de equipamentos e serviços, grande parte deles concentrados na sede de concelho.

Figura 7 – [Freguesias servidas por serviços públicos e privados](#)



Fonte: Trabalho de campo – Março de 2006

Os serviços públicos encontram-se todos localizados na vila de Idanha-a-Nova: verifica-se a inexistência de Conservatória de Registo Comercial (a mais próxima está localizada em Castelo Branco). Também os serviços privados se concentram em Idanha-a-Nova, à excepção das agências bancárias e posto de Multibanco que existem noutras freguesias.

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.3.8. Turismo

3.3.8.1. Oferta e procura turística

Na oferta turística revelamos o alojamento e restauração.

Quadro 17 – Oferta turística: alojamento, restauração, artes e ofícios tradicionais e serviços de informação

Oferta turística	
Alojamento	Suficiente número de camas para a procura actual
	Algum alojamento temporário (Termas de Monfortinho)
	Qualidade diversificada
	Melhores qualificações dos recursos humanos nos hotéis
	Alojamento não classificado
	Turismo em espaço rural
	Parque de campismo
	Termas de Monfortinho abertas 11 meses por ano
Restauração	Grande número de estabelecimentos (restaurantes e similares)
	Dinamismo
	Divulgação da gastronomia local e regional
	Qualificações variáveis
	Qualidade gastronómica variável
Artes e Ofícios Tradicionais	Artesanato múltiplo e com características locais
	Divulgado nos Postos de Turismo
	Venda encaminhada para os artesãos
	Centro de artes tradicionais
	Pequenos comerciantes com e sem estabelecimento próprio
Postos de Turismo	5 Postos de Turismo (Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Segura e Penha Garcia)
	Junta de Turismo (Termas de Monfortinho)
	Bem situados e abertos todos os dias
	Posto de turismo de Monsanto mal sinalizado
	Produtos promocionais (Panfletos e flyers) locais mas pouco "merchandising"

Fontes: Trabalho de campo – Janeiro de 2008

3. Viver em Idanha-a-Nova

Alguma diferenciação na restauração, aliada ao tipo alojamento, permite a atracção de públicos diferenciados e com alto poder de compra.

Quadro 18 – Procura turística e principais características

Procura turística	
Visitantes	Sazonalidade – Verão, festas, romarias e fins-de-semana
	Grande número de portugueses e estrangeiros (espanhóis)
	Estadas curtas e visitas
	Estadias mais prolongadas nas Termas de Monfortinho
Postos de Turismo	Muito visitados
	Controle das visitas em todos os postos de turismo e nos núcleos museológicos
	Visitantes – 95% portugueses; 5% estrangeiros (sobretudo espanhóis e japoneses/apanha de cogumelos em Toulões)

Fontes: Trabalho de campo – Janeiro de 2008

As [estatísticas oficiais](#) de turismo do INE contabilizam apenas o alojamento hoteleiro classificado (hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens)³⁵. O apuramento da [capacidade de alojamento](#)³⁶, do nº de hóspedes, e do nº de dormidas tem, por isso, algumas limitações³⁷. Os únicos indicadores conhecidos revelam que, em 2006, a capacidade de alojamento por 1000 habitantes é de 61,3 (a média nacional é de 24,9) e a estada média (pensões) é de 3,2 noites (a média nacional é de 2,2 noites)³⁸.

³⁵ Parece existir um número razoável de alojamentos que não estão classificados pela Direcção Geral do Turismo, desconhecendo-se a capacidade de alojamento, o nº de hóspedes, e o nº de dormidas. Este tipo de alojamento a ser regulamentado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova insere-se no conjunto das «Casas da Raia» e no conjunto das Casas da Naturtejo. Estima-se que cerca de 90% dos seus hóspedes são portugueses. Admitem, que fruto da conjuntura económica, a procura de alojamento possa baixar.

³⁶ A capacidade de alojamento das diferentes unidades existentes foi apurada durante o trabalho de campo e encontra-se em "hyperlink". Para os restantes indicadores não foi possível apurar valores.

³⁷ Estes cálculos são efectuados apenas para os estabelecimentos classificados pela Direcção Geral do Turismo, mas muitos dados são confidenciais.

³⁸ Os dados relativos às unidades hoteleiras classificadas como hotéis gozam de segredo estatístico, não sendo revelados.

3. Viver em Idanha-a-Nova

No Município existem 5 hotéis (2 nas Termas de Monfortinho, 1 na Vila de Idanha-a-Nova, 1 na freguesia do Ladoeiro e 1 na freguesia do Rosmanihal) e 9 pensões situadas nas termas de Monfortinho. Existem ainda 2 unidades de Turismo em Espaço Rural, 1 Estalagem, em Monsanto e 1 Parque de Campismo, em Idanha-a-Nova. Os alojamentos têm uma grande concentração junto das Termas de Monfortinho, onde a oferta de camas estava estimada em 770, em 2006³⁹. Pretende-se ainda certificar o conjunto das Casas Naturtejo através da ISO 9000, onde se inclui o alojamento particular inserido nas aldeias e nos núcleos históricos⁴⁰. O parque de campismo tem maior frequência de pessoas no Verão: portugueses e alguns campistas de países europeus. A procura tem vindo a diminuir, sobretudo desde a mudança de gestão e o aumento de preços.

A oferta total de alojamento tem dado resposta à procura, salvo na Páscoa (festas com grande tradição local), no pico do Verão, e nas festas da Senhora do Almurtão.

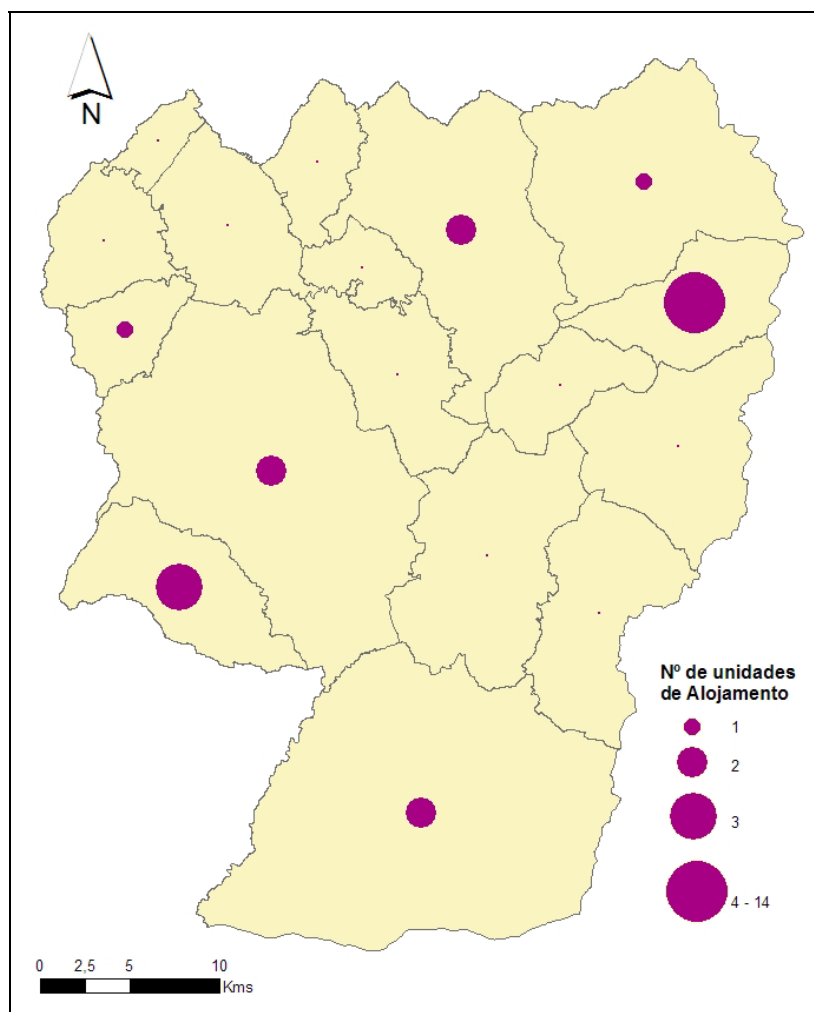
Na oferta turística do Município sobressai: um número considerável de alojamentos não classificados e a falta de formação no atendimento, nomeadamente de estrangeiros (a maioria dos empregados não domina uma única língua estrangeira, salvo nos hotéis).

Completam a oferta: as empresas de equipamentos turísticos de aluguer de embarcações, prática de actividades desportivas e de lazer, ligadas aos grupos hoteleiros.

³⁹ Cfr. Turismo de Saúde e Bem-estar, IPI – Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda, Dezembro de 2006.

⁴⁰ Para este efeito pretende-se criar no Município condições de apoio aos interessados em explorar uma Casa Naturtejo, capacitando pessoal técnico da Câmara Municipal, através do Programa Foral, para o desenvolvimento dos processos de licenciamento necessários.

Figura 8 – Unidades hoteleiras por freguesia



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Em todo o Município, e em especial nas Termas, as taxas de ocupação são muito variáveis ao longo do ano, e não são conhecidas, porque com excepção do Grupo Monfortur, os restantes empresários não sabem em regra avaliar este tipo de indicadores. No entanto, segundo informações recolhidas junto das unidades hoteleiras, a taxa de ocupação varia entre os 5% e 60% (é expectável que nos hotéis

3. Viver em Idanha-a-Nova

das Termas de Monfortinho, tenha valores altos⁴¹). Recebem sobretudo pessoas provenientes de Portugal e Espanha. Os visitantes permanecem algum tempo no concelho, especialmente os que ficarem nas Termas, embora essa estadia seja maior entre os que optam por alojamento de menor qualidade. Muitos outros visitantes ficam pouco tempo no Município, e pernoitam apenas uma a duas noites. Muitos outros têm aqui a sua segunda habitação.

O turista encontra nos 5 Postos de Turismo e na Junta de Turismo bastante informação sobre o Município (falta material em língua estrangeira) mas pouca sobre os concelhos limítrofes ou a vizinha Espanha. No atendimento ao público, o pessoal dos Postos de Turismo tem formação adequada e procura dar resposta a todas as questões colocadas pelos visitantes que normalmente se prendem com o alojamento, a gastronomia e os locais a visitar.

3.3.8.2. Promoção turística

Idanha-a-Nova tem os adufes como elemento de “identidade” do Município, e uma das principais imagens turísticas que lhe está associada, muito embora disponha de vários recursos que explora na sua promoção turística.

O Município vê o Turismo como o principal factor de dinamização económica e social, como se verifica pelo tipo de iniciativas que desenvolve. A forte aposta na melhoria das acessibilidades, das áreas urbanísticas e na conservação do património local tem sido o mote de sustentação. Não tendo estado inserido em nenhuma Região de Turismo, até 2007, tem cabido ao Município cobrir todas as despesas de promoção associadas. Socorrendo-se da Naturtejo⁴² como principal motor de promoção,

⁴¹ Não foi possível apurar estes dados nas questões colocadas aos empresários durante o trabalho de campo.

⁴² A Naturtejo, Empresa de Turismo, E.I.M. (empresa intermunicipal) é a entidade que promove o turismo na região que integra os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Com 5000 Km² de território de elevado potencial turístico e com inúmeros factores de atracção, trata-se de uma região heterogénea, com uma grande variedade de produtos turísticos, tendo como mais-valia comum a natureza e as infra-estruturas.

3. Viver em Idanha-a-Nova

desenvolvimento e notoriedade do território onde está inserido, esta funciona como agência promocional. Apesar da recente alteração do mapa das Regiões de Turismo (coincidentes com as NUT II), não se sabe qual a importância que será dada a este território raiano, pelo que o papel activo da Naturtejo se irá manter.

A oferta de lazeres é complementada pelo Município e por outros organismos locais com actividades recreativas e culturais, como música, folclore, feiras de artesanato, exposições, concursos e outras realizações, proporcionando uma visão mais ampla do concelho, onde se destaca o Centro Cultural Raiano.

A caracterização estatística dos visitantes dos postos de turismo e núcleos museológicos, bem como do número de visitas guiadas efectuadas no Município são utilizadas pelo Gabinete de Turismo local para repetir e melhorar experiências positivas, direccionar novas estratégias de promoção e medir o grau de satisfação do visitante.

Recentemente o território abrangido pelo GeoPark da Naturtejo será alargado a alguns Municípios do Norte Alentejano.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 19 – Recursos e promoção turística

Aldeias históricas	Monsanto, Idanha-a-Velha
Património Arquitectónico, Arqueológico, Geológico e Iconológico	Vasto e razoavelmente conservado
	Penha Garcia e Parque Iconológico, Salvaterra, Segura e Termas de Monfortinho
	Arquitectura religiosa
	Arquitectura tradicional
	Requalificação urbana dos centros históricos
	Núcleos museológicos integrados
	Geopark Naturtejo da Meseta Meridional
Inventário do património arquitectónico (DGEMN)	Vestígios arqueológicos
	83 Elementos patrimoniais – Monumentos (DGEMN)
Etnologia	24 Elementos classificados como: Imóvel de Interesse Público (IIP) Monumento Nacional (MN) Em vias de classificação (categorias de arqueologia e arquitectura religiosa, civil e militar - IPPAR)
	Festividades populares e feiras
	Gastronomia divulgada Museologia – etnografia
Recursos naturais e seu aproveitamento	Paisagem
	Ribeiras, rio Erges, rio Pônsul e rio Tejo
	Praias fluviais não classificadas
	Miradouros
	Parque Natural do Tejo Internacional “Bird area” e fauna e flora protegida
Termalismo	Termas de Monfortinho
	Turismo de saúde e bem-estar
Desporto	Caça grossa e miúda
	Desportos de Natureza e desportos radicais
	Provas desportivas
Sinalética	Insuficiente
Meios de promoção turística	Efeito Bola de Neve – experiência positiva dos visitantes
	Postos de Turismo e Junta de Turismo
	Comunicação social nacional e regional (imprensa e rádio)
	Sites institucionais da Câmara Municipal e da Naturtejo
	Candidatura do Geopark Naturtejo à Rede Internacional da UNESCO
	Integração do Município na Candidatura ao PITER Corpo e Alma
Alguns operadores turísticos e Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa	
Proximidade a Espanha	

Fontes: Trabalho de campo – Janeiro 2008; Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) – 2006; Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) – 2006

3. Viver em Idanha-a-Nova

A generalidade dos interlocutores é de opinião que um melhor aproveitamento dos recursos (sobretudo da paisagem e da caça) e uma oferta turística integrada, abrangendo os concelhos circundantes e os ayuntamientos na Raia, poderá atrair visitantes ao Município. A promoção conjunta permite criar pacotes com uma oferta diversificada, aliando uma característica comum (tradições beirãs) a elementos de diferenciação (termalismo, albufeiras, património e história, gastronomia...) e a culturas diferentes pela ligação a Espanha.

As parcerias público-privadas com os respectivos investimentos potenciarão uma procura do Município no âmbito de uma oferta integrada.

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.4. Sociedade

3.4.1. Saúde

O sistema de saúde do Município compreende um Centro de Saúde em Idanha-a-Nova, 16 extensões de saúde e 3 sub-extensões (abrangem todas as freguesias), farmácias e postos de medicamentos (8) e 2 laboratórios de análises clínicas localizados na vila de Idanha-a-Nova e exclusivamente para recolhas.

No Centro de Saúde os utentes têm ao seu dispor um Serviço de Atendimento Permanente (SAP). No âmbito da medicina preventiva são abrangidas as áreas de Saúde Infanto-Juvenil, Saúde Materna, Saúde do Adulto, Vacinação, Planeamento Familiar e Tabagismo.

O Centro de Saúde e as suas extensões têm o sistema de atendimento dos doentes razoavelmente bem organizado e satisfaz suficientemente as necessidades. Estão previstas consultas com marcação presencial, com pré-marcação e por indicação médica. Na marcação não presencial de consultas o tempo de espera não excede uma semana, no entanto, os utentes preferem recorrer à marcação presencial (apenas 7% das consultas efectuadas têm marcação prévia). Esta situação leva a uma maior dificuldade de gestão dos períodos de consulta e a algumas sobrecargas do serviço.

O Centro de Saúde debate-se com algumas dificuldades de funcionamento:

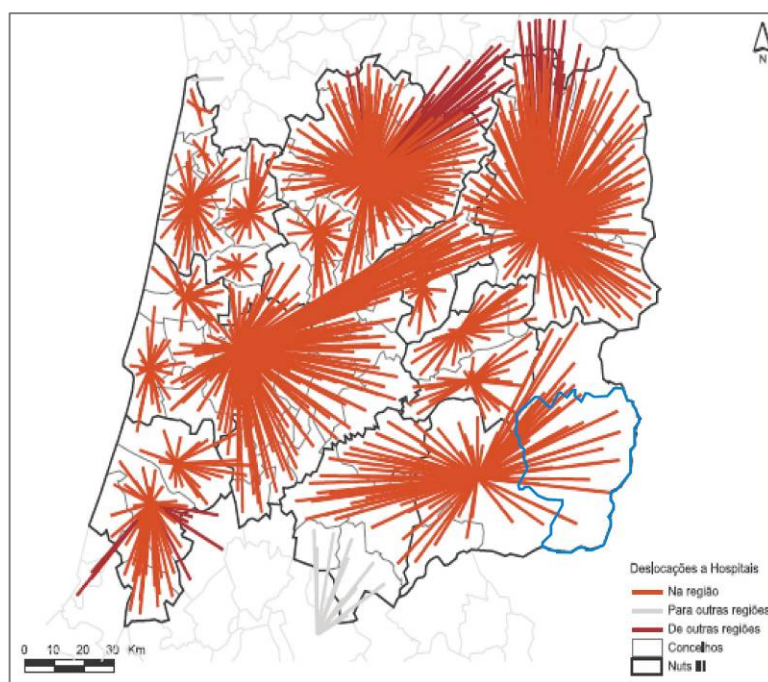
- a deslocação dos seus funcionários às diversas freguesias, ao nível de tempo dispendido, meios de transporte existentes e investimento envolvido;
- a insuficiente qualificação do pessoal administrativo;
- a aplicação informática desactualizada;
- a falta de meios auxiliares de diagnóstico, de laboratório de análises e de alguns técnicos de determinadas especialidades.

3. Viver em Idanha-a-Nova

As queixas dos utentes relativamente ao funcionamento do Sistema de Saúde do Concelho dizem respeito à alegada dificuldade de marcação de consultas, o que se deve à resistência por parte dos utentes em realizarem a pré-marcação da consulta.

Os doentes de Idanha-a-Nova, caso necessitem de realizar algum exame complementar de diagnóstico ou alguma consulta de especialidade têm de se dirigir ao hospital de Castelo Branco, a 30 Km e a 25 minutos de distância. No transporte recorrem a ambulâncias do corpo de bombeiros, táxi, transportes públicos ou viatura própria.

Figura 9 – Deslocações dos utentes entre as freguesias de residência e os hospitais



Fonte: INE, Carta dos Equipamentos e Serviços da Região Centro - 2004

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova dispõe de um novo hospital na vila (Hospital Dr. Aprígio Meireles) vocacionado para a medicina física e de reabilitação,

3. Viver em Idanha-a-Nova

funcionando como complemento dos serviços de saúde, nomeadamente na área da fisioterapia, pequena cirurgia e doentes acamados em estado terminal.

O doente tipo do concelho é idoso e sofre das doenças da idade: doenças cardiovasculares, nomeadamente hipertensão, obesidade e diabetes, doenças do foro respiratório e osteoarticulares degenerativas. Verifica-se também alguma incidência de doenças oncológicas.

Em Idanha-a-Nova, através do Centro de Saúde, estão identificados alguns comportamentos de risco, casos de tóxico-dependência, prostituição e doentes seropositivos que estão devidamente controlados.

3.4.2. Acção social

No âmbito da acção social a autarquia de Idanha-a-Nova criou, em 2003, o Gabinete de Acção Social e Saúde, composto por técnicos da área da sociologia, psicologia, assistência social e gestão financeira e de recursos humanos. Este Gabinete implementou o Programa da Rede Social, que permitiu a realização do diagnóstico social, identificando os principais problemas sociais do concelho e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social.

Segundo o referido diagnóstico social, os principais problemas do concelho de Idanha-a-Nova estão relacionados com o acentuado envelhecimento da população, a degradação das habitações, o acesso à saúde. Este foi o problema mais vezes apontado nos fóruns participativos realizados nas diversas freguesias do concelho. Também foram referidas as acessibilidades, a desertificação e a falta de emprego.

Como potencial problema social, refere-se o abandono da produção de tabaco, tanto para os produtores de tabaco como para os trabalhadores agrícolas, mesmo os sazonais.

No concelho existem alguns casos pontuais de pobreza extrema e de exclusão social, pela existência de uma grande comunidade cigana, aproximadamente 20% da

3. Viver em Idanha-a-Nova

população da freguesia de Zebreira, muito embora grande parte dos seus membros estejam completamente integrados na comunidade.

O plano de desenvolvimento local compreende três eixos principais de actuação, cada um deles incidindo sob diversas áreas complementares:

Eixo A – Qualificação escolar e sócio-profissional;

- a) Abandono escolar;
- b) Requalificação de activos;
- c) Empregabilidade e Inserção Social;

Eixo B – Intervenção dirigida a grupos específicos em situação de exclusão social;

- a) Toxicodependência e Alcoolismo;
- b) Pessoas portadoras de deficiência;

Eixo C – Rede de serviços e equipamentos de Apoio à Comunidade;

- a) Insuficiente cobertura de serviços e cuidados de saúde;
- b) Necessidade de adequação/qualificação dos equipamentos de apoio a idosos;
- c) Ampliação do tempo e locais de atendimento integrado.

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, na qualidade de entidade promotora, em conjunto com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CMCD), procedeu a uma candidatura ao Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE). Neste âmbito está a decorrer no concelho o Projecto “Viver Mais Idanha”. Este projecto pretende ser mais uma resposta aos problemas sociais existentes no concelho, e nesse sentido encontra-se a trabalhar em estreita articulação com a Rede Social.

As acções previstas para este projecto são:

- i) Biblioteca Multimédia Itinerante;

3. Viver em Idanha-a-Nova

- ii) Unidade Móvel de Saúde;
- iii) Espaço Sénior;
- iv) Cyber Espaço Jovem;
- v) Dinamização do banco de Voluntariado;
- vi) Diagnóstico de Necessidades das pessoas com deficiência;
- vii) Levantamento e Intervenção nas Habitações Degradadas das freguesias;
- viii) Oficina domiciliária;
- ix) Acções no domínio do combate ao analfabetismo;
- x) Salas de Estudo;
- xi) Programa de Prevenção das toxicodependências “Mais Horizontes”;
- xii) Reactivação de actividades tradicionais e articulação com a incubadora de empresas;
- xiii) Levantamento e diagnóstico do movimento associativo com identificação e difusão de boas práticas.

O Município de Idanha-a-Nova dispõe de um conjunto alargado de instituições de apoio social, dispersas pelo concelho. Todas as freguesias dispõem de algum tipo de apoio aos idosos, seja em Centros de dia e/ou Apoio domiciliário. Apenas as de Idanha-a-Nova, Monsanto, Zebreira, Ladoeiro dispõem de lar de idosos: encontram-se em construção um lar na freguesias de Penha Garcia e um Centro de Vida Assistida em São Miguel de Acha. Estes novos equipamentos ajudam a responder à procura, embora não suprimam as necessidades das extensas listas de espera.

No que se refere ao apoio a crianças, apenas na Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova e na freguesia do Ladoeiro existem creches e apenas nesta última existem Actividades de Tempos Livres (ATL).

3. Viver em Idanha-a-Nova

De uma forma geral, a maioria dos funcionários que trabalham nas diferentes valências de acção social estão pouco habilitados para as funções que desempenham: a formação é uma das principais carências das instituições, a par de alguns meios materiais e financeiros.

O Cartão Raiano +65 é uma iniciativa de sucesso, levada a cabo pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Este cartão, com cerca de 4.000 aderentes, destina-se à população do concelho com 65 e mais anos e assegura uma série de vantagens ao nível de descontos em estabelecimentos comerciais do concelho, e principalmente uma rede de transportes gratuitos entre freguesias. Estes transportes permitiram aumentar a mobilidade da população mais idosa, em particular a sua deslocação mais frequente à sede de concelho. O mesmo tipo de iniciativa está pensado para a população mais jovem do concelho, o Cartão Jovidanha⁴³, incluindo um conjunto de vantagens para a fixação de jovens no concelho.

3.4.3. Cultura

Em termos gerais, assinala-se que a adesão a diferentes actividades culturais é distinta e intimamente ligada com a idade e a qualificação das pessoas: as actividades relacionadas com as gentes e tradições locais, uma cultura “mais popular”, atraem mais pessoas, residentes em Idanha-a-Nova e não só; as actividades de uma cultura “mais urbana” atraem mais os jovens. A adesão às actividades culturais tem vindo a aumentar.

Para além das tradicionais manifestações culturais que desde há muito existem no concelho, muitas iniciativas culturais são promovidas pela Câmara Municipal, nomeadamente através do Centro Cultural Raiano, realizadas nos equipamentos disponíveis: sessões de cinema, teatro (grupo de teatro amador local Ajidanha e

⁴³ Está em revisão o regulamento do Cartão Jovidanha, não se encontrando em funcionamento.

3. Viver em Idanha-a-Nova

companhias de teatro convidadas), espectáculos musicais, conferências, colóquios, seminários, exposições temáticas, exposições temporárias...

Realizam-se regularmente em Idanha-a-Nova feiras e festas de cariz religioso (em honra dos Santos Padroeiros de cada capelania), não religioso e romarias. Pelo número de pessoas que atraem ao Município destacam-se a Páscoa, a Romaria da Sra. do Almurtão e a feira de actividades económicas e cooperação transfronteiriça denominada "Feira Raiana".

De entre todas as actividades culturais realizadas é o cinema que atrai mais pessoas. Eventos relacionados com a música, teatro e dança atraem mais população de fora do concelho, nomeadamente de Castelo Branco, Fundão e Guarda. A falta de meios próprios de mobilidade de pessoas mais velhas ou a residir fora da sede de concelho não permite uma maior apetência pelas actividades culturais, apesar de a Câmara disponibilizar meio de transporte quando solicitado.

O património edificado (em alguns casos a necessitar de melhoramentos), os elementos patrimoniais naturais, bem como os eventos de escala concelhia constituem factores de identidade cultural a preservar.

Idanha-a-Nova conta com um grande número de colectividades e associações culturais e recreativas. Existe estreita colaboração entre a autarquia e as associações, fornecendo aquela o apoio financeiro, apoio técnico nas publicações e ainda na deslocação de algumas exposições do Centro Cultural.

Para fazer face às suas dificuldades económicas, a Câmara Municipal criou em 2002 o Programa de Apoio ao Município de Idanha-a-Nova (PAMIN), que garante o financiamento das associações que se candidatem a fundos camarários.

O comércio e serviços locais dão algum apoio à cultura através de patrocínios e facilidades no alojamento.

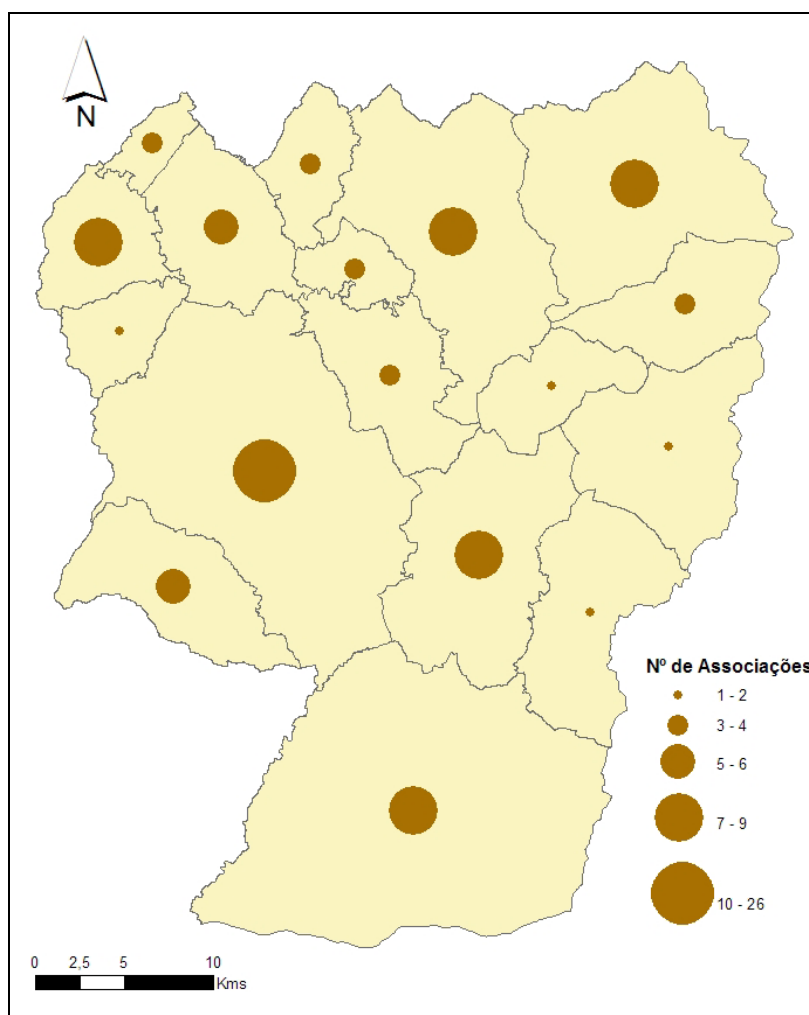
O Centro de Artes Tradicionais, criado no final de 2007, é um espaço onde os artesãos mostram os seus trabalhos de modo a criar uma oficina colectiva de preservação do artesanato local. O Centro disponibiliza gratuitamente o espaço e

3. Viver em Idanha-a-Nova

todos os equipamentos mais comuns, desde a roda de oleiro, ao torno para peças de madeira, passando por um tear e inúmeras ferramentas de carpintaria.

O Fórum Cultural vem complementar a oferta de actividades do Centro Cultural Raiano, com exposições e salas de conferências, para um número de espectadores mais reduzido.

Figura 10 – Associações Culturais, Desportivas, Recreativas e de Desenvolvimento Local, por freguesia

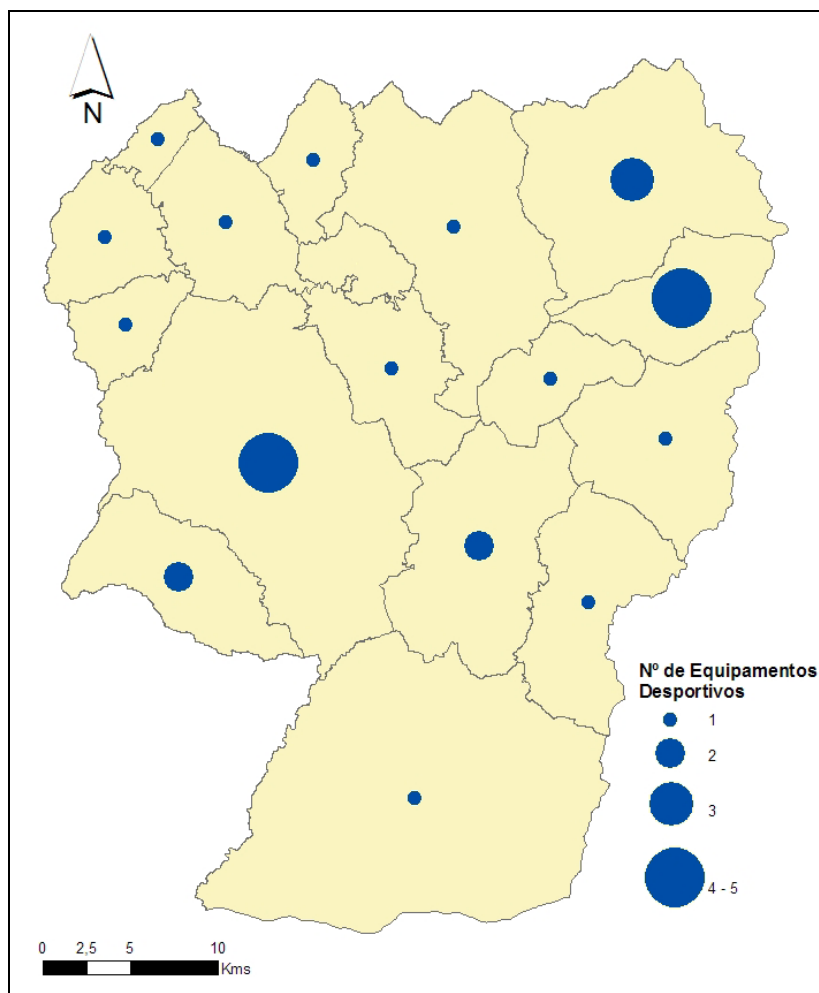


Fonte: Trabalho de Campo - Março de 2006

3.4.4. Desporto

O desporto é uma aposta do Município de Idanha-a-Nova, havendo prática de diversas modalidades: futebol; futebol de sala; ginástica; natação; ténis; pentatlo; caça, entre outros. O conjunto de equipamentos desportivos abrange polidesportivos, piscinas municipais, campos de ténis, pavilhões gimnodesportivos, circuito de manutenção e campos de futebol relvado. As infra-estruturas desportivas existentes estão espalhadas por todas as freguesias, encontrando-se, em regra, em razoável estado de conservação. Estes equipamentos satisfazem as necessidades da população local.

Figura 11 – Cobertura de equipamentos desportivos por freguesia



Fonte: Trabalho de Campo - Março de 2006

3. Viver em Idanha-a-Nova

A freguesia de Idanha-a-Velha não dispõe de nenhuma infra-estrutura mas também não carece dela uma vez que os jovens poucos e recorrem a outras freguesias do concelho para a prática do desporto.

Todas as modalidades são procuradas, havendo uma grande apetência para o futebol.

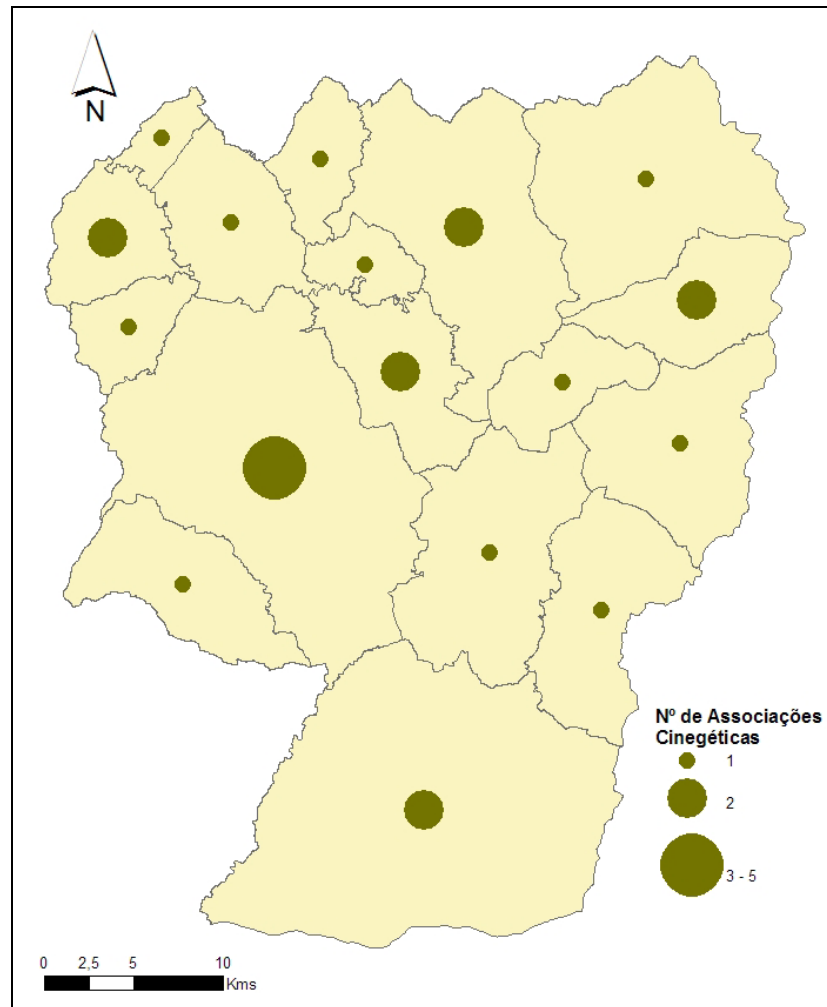
As actividades desenvolvidas no âmbito do desporto têm como principais intervenientes a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e as associações desportivas locais. A intervenção da Câmara Municipal tem-se prendido com o apoio às associações e colectividades e na criação de infra-estruturas para a prática desportiva.

O Município tem vindo a valorizar o desporto, com a realização periódica de eventos desportivos, com uma forte aposta em torneios de futebol e andebol, provas de pentatlo moderno e atletismo, a realização de um raid equestre, torneios de caça, entre outros.

A procura crescente da caça é uma aposta do concelho, na continuação das reservas associativas, municipais e turísticas que dispõem de condições ideais à prática desta modalidade. As reservas de caça associativas atraem essencialmente caçadores oriundos do concelho. As reservas turísticas são as que envolvem mais recursos financeiros, atraem caçadores de fora do concelho com algum poder de compra e em maior número.

Uma outra aposta tem sido a divulgação dos percursos pedestres implementados no concelho, pelo Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, tendo estes também uma procura crescente, acompanhado pelo aumento da própria oferta.

Figura 12 – Associações cinegéticas por freguesia



Fonte: Trabalho de Campo - Março de 2006

3.4.5. Segurança

O desenvolvimento de Idanha-a-Nova é indissociável da segurança das pessoas e bens: o Município é considerado seguro, pelas autoridades locais e pela população em geral. As instituições que garantem a segurança dos seus cidadãos são a Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) e os Bombeiros Voluntários.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Aos bombeiros locais cabe-lhes as tarefas de combate a incêndios urbanos e florestais, o socorro a sinistros e naufragos e o transporte de doentes. Estes serviços estão bem organizados na resposta às situações de emergência, estão bem equipados mas registam algumas carências ao nível do número de voluntários, que tem vindo a diminuir.

A GNR dispõe de postos nas freguesias de Idanha-a-Nova, Zebreira, Monsanto, Termas de Monfortinho, Rosmanihal e Ladoeiro. O concelho não apresenta grande índice de criminalidade: pequenos furtos, ofensas à integridade física e alguns casos de violência doméstica.

A Câmara Municipal, com o recentemente constituído Gabinete Municipal de Protecção Civil, completa a rede de prevenção e segurança do concelho. Este Gabinete tem como objectivos a prevenção de acidentes, o planeamento de emergências e o socorro aos cidadãos. Na sua fase inicial, foi prioridade a actualização do Plano Municipal de Emergência.

A Protecção Civil tem como objectivos fundamentais a informação, o apoio técnico e a coordenação de meios. Tem ainda um forte papel na sensibilização para a segurança e para as formas de actuação em caso de acidente (segurança ao nível familiar na utilização de gás, ocorrências de tempestades, incêndios...).

Na área do urbanismo destacam-se as dificuldades de mobilidade automóvel e de estacionamento nos núcleos mais antigos de algumas aldeias e as de circulação pedonal no centro histórico de Idanha-a-Nova e noutros lugares com passeios estreitos ou inexistentes.

3.4.6. Governação

O bom relacionamento entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e os munícipes permitiu a evolução gradual da participação e do interesse manifestados pela população nas actividades desenvolvidas, com especial incidência nas de lazer.

3. Viver em Idanha-a-Nova

A autarquia dispõe de uma equipa técnica activa que tem conseguido promover projectos em áreas críticas da sociedade, tirando partido dos fundos comunitários disponíveis para cada área.

Segundo informação cedida pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no município de Idanha-a-Nova foram apresentadas candidaturas a protocolos de modernização administrativa pelas Juntas de Freguesias de Alcafozes e Proença-a-Velha. Estas candidaturas ainda se encontram em fase de avaliação.

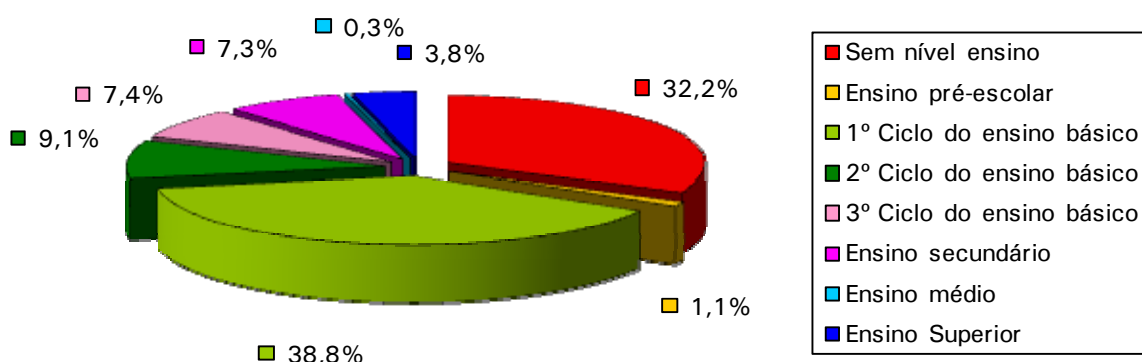
No âmbito do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento (GAD) da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, verifica-se uma grande cooperação entre o Município de Idanha-a-Nova e os congéneres espanhóis. Desenvolveram-se vários projectos com a região da Extremadura, nomeadamente na área da animação e turismo, com especial destaque para a Feira Raiana.

3.5. Conhecimento e inovação

3.5.1. Educação⁴⁴

Em 2001, o Município de Idanha-a-Nova apresentava uma taxa de analfabetismo⁴⁵ de 32,1%, muito superior à taxa nacional (9,0%) e às taxas das regiões Centro (10,9%) e Beira Interior Sul (17,4%). O nível de instrução denotava uma população com baixas habilitações literárias: 32,2% dos indivíduos nunca frequentaram qualquer grau de ensino; 38,8% possuíam apenas o 1º ciclo do ensino básico; apenas 3,8% da população possuía o nível de licenciado e 0,3% o nível médio⁴⁶.

Gráfico 20 – População residente em Idanha-a-Nova segundo o nível de instrução



Fonte: INE, Censos – 2001

⁴⁴ Por impossibilidade de agenda do Agrupamento de escolas de Idanha-a-Nova, não foi possível realizar uma entrevista com o objectivo de actualizar a informação respeitante a este capítulo, pelo que alguns dos dados reportam ao trabalho de campo realizado em Março de 2006.

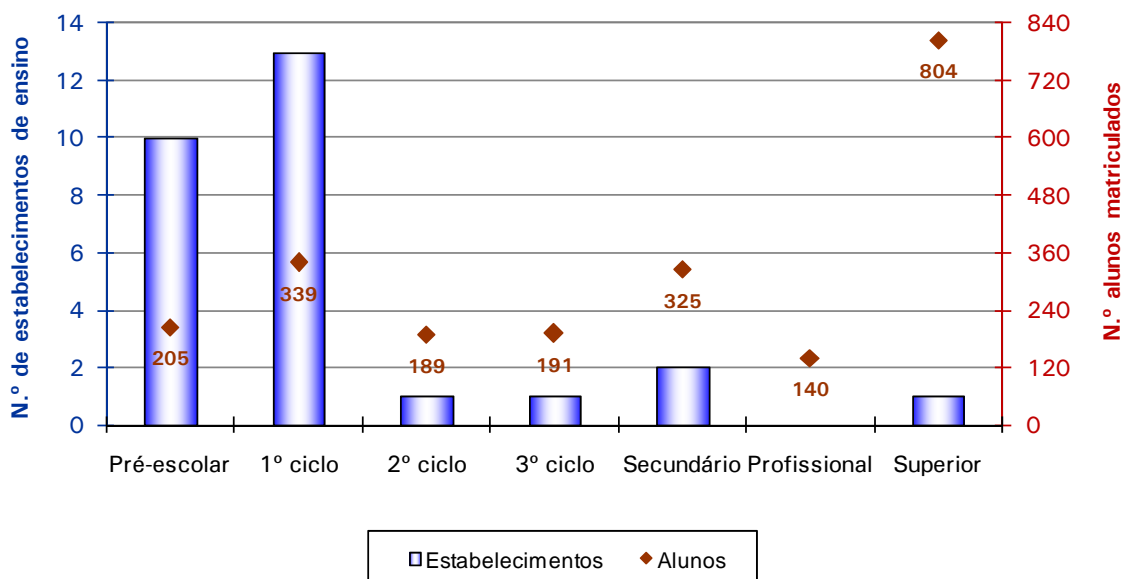
⁴⁵ A taxa de analfabetismo – número de pessoas com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever por cada 100 pessoas com 10 ou mais anos de idade (a idade a partir da qual um indivíduo deve saber ler e escrever, quando acompanha o percurso normal do sistema de ensino).

⁴⁶ Valores que incluem indivíduos com o grau de instrução incompleto ou a frequentar.

3. Viver em Idanha-a-Nova

O Município tem disponíveis estabelecimentos de ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário, ensino profissional e ensino superior.

Gráfico 21 – Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados no ano lectivo de 2005/2006 em Idanha-a-Nova



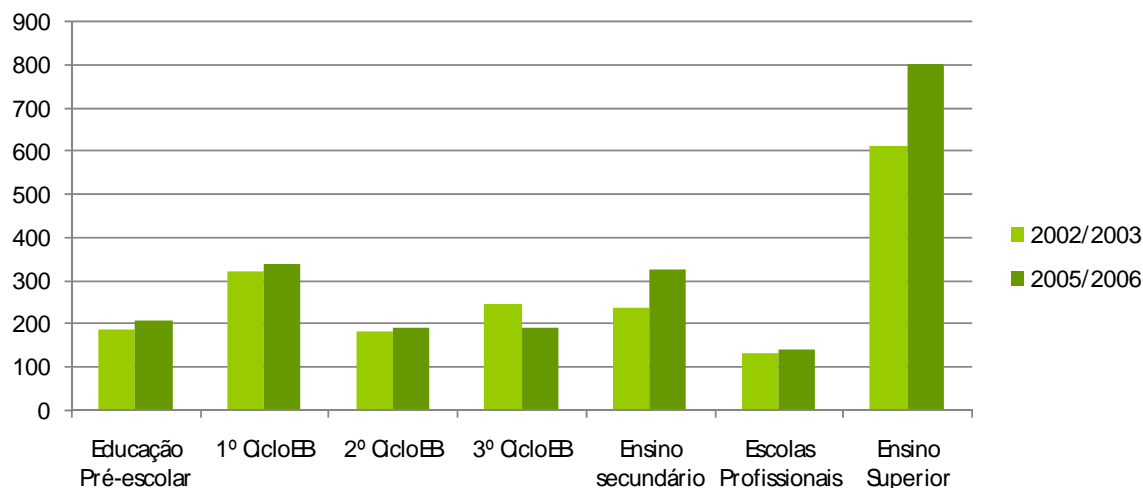
Fonte: INE, Anuário Estatísticos da Região Centro - 2006

Entre 2002 e 2005⁴⁷, o número de estabelecimentos de educação e ensino manteve-se, mas o número de alunos inscritos aumentou, muito à custa do ensino superior.

Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, a autarquia está a reorganizar a rede escolar no sentido de combater o abandono e o insucesso escolar através de: melhoria das condições dos alunos; generalização do acesso aos meios pedagógicos e equipamentos que não estão disponíveis em todas as freguesias do concelho; melhoria das condições de trabalho dos professores.

⁴⁷ Esta comparação refere-se à actualização de dados entre a primeira etapa da Agenda 21 Local e a conclusão deste processo.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 22 – Evolução do número de alunos inscritos por nível de ensino, entre os anos lectivos de 2002/2003 e 2005/2006, em Idanha-a-Nova

Fonte: INE, Anuário Estatísticos da Região Centro – 2004 e 2006

Nem todas as freguesias têm escolas do 1º ciclo do ensino básico: nas freguesias de Proença-a-Velha, Idanha-a-Velha, Segura e Toulões não existe qualquer estabelecimento de ensino. As poucas crianças destes locais deslocam-se a outras freguesias do concelho, sendo o seu transporte da responsabilidade da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

A escola EB 2/3/S José Silvestre Ribeiro recebe apenas alunos do concelho e actualmente conta com cerca de 550 estudantes. Inversamente, alguns dos alunos do concelho frequentam outras escolas fora do mesmo, pela procura de melhor ensino ou de áreas de ensino não disponíveis (apenas as áreas científico-natural e humanidades, esta última pouco procurada).

Na quase totalidade das freguesias do Município de Idanha-a-Nova, decorreram cursos de ensino recorrente em variadas áreas. Na escola EB2/3/S José Silvestre Ribeiro este tipo de ensino funcionou sob a forma de unidades capitalizáveis, tendo sido procurado por indivíduos com idades e ocupações profissionais diversas.

3. Viver em Idanha-a-Nova

A autarquia de Idanha-a-Nova constituiu o **Conselho Municipal de Educação**, um órgão consultivo e coordenador, promotor da política educativa ao nível concelhio, articulando a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema educativo e propondo acções que promovam a sua melhoria.

Foi elaborada a **Carta Educativa** Municipal, um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo dos edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as procuras de educação e formação a satisfazer, tendo em conta a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico do município.

As escolas de Idanha-a-Nova desempenham ainda um papel importante na sociedade local, porque são em muitos casos o único meio de transmissão de formação e informação.

O número de alunos que prossegue os estudos para além da escolaridade obrigatória é baixo (pouco mais de metade) e destes cerca de metade ingressa no ensino superior. Tanto os alunos que concretizam o 12º ano como os que realizam um curso superior não se instalam no concelho por falta de oportunidades de emprego, antes procuram outros centros urbanos mais dinâmicos.

Os [indicadores de educação](#) referem que Idanha-a-Nova tem uma taxa de escolarização⁴⁸ no pré-escolar de 110,2%, no ensino básico de 128,2% e no ensino secundário de 128,5% (valores superiores às médias nacionais – 78,6%; 116,6% e 99,5%, respectivamente). A taxa de retenção e desistência no ensino básico foi de 9,2% (a nacional foi de 10,7%) e a taxa de transição/conclusão no ensino secundário foi de 63% (a nacional foi de 68,9%).

O Agrupamento de Escolas, composto por todos os estabelecimentos de ensino do concelho, do pré-escolar ao secundário, dispõe de algumas actividades extra-

⁴⁸ Taxa de escolarização: relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

3. Viver em Idanha-a-Nova

curriculares, oferecendo aos seus alunos alternativas na ocupação dos tempos livres, nas áreas da leitura e das tecnologias de informação e comunicação (Centro de Recursos), das ciências (Ensino experimental das ciências) e do desporto (Clube de pentatlo moderno).

Na sede de Concelho existe ainda um estabelecimento público de ensino superior, a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN). Esta escola tem vindo a crescer em número de alunos: conta actualmente cerca de 700 alunos, distribuídos pelos cursos de Marketing, Solicitadoria, Recursos Humanos, Gestão Hoteleira (decorre no pólo da escola no Fundão) e Contabilidade e Gestão Financeira.

A existência desta escola superior no concelho veio dinamizar a economia local, ao nível do comércio e do aluguer de quartos em casas particulares, apesar de existir uma residência de estudantes na vila, muito próxima da escola.

No ano lectivo de 2004/2005 verificaram-se bons resultados (a taxa de sucesso mais baixa foi de 92,5% no curso de Contabilidade e Gestão Financeira) e a taxa de abandono é residual. Segundo o director da ESGIN, a taxa de empregabilidade é boa, especialmente no curso de Contabilidade e Gestão Financeira, embora fora do concelho de Idanha-a-Nova.

A ESGIN tem vindo a colaborar com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova em diversos projectos. O projecto camarário da incubadora de empresas contou com a sua colaboração, na definição dos aspectos administrativos, bem como na avaliação dos projectos e prestações de apoio técnico na implementação das empresas. Colabora ainda ao nível da gestão e a nível técnico, de forma a aproveitar o "Know-How" que detém. Esta parceria passa também pela possibilidade de estágio proporcionada aos alunos da ESGIN.

O contributo da Escola Superior estende-se para além do concelho de Idanha-a-Nova: encontra-se a desenvolver um projecto conjunto com a Naturtejo, para a definição de um plano de comunicação e divulgação do território da Naturtejo e dos respectivos recursos e produtos turísticos.

3. Viver em Idanha-a-Nova

As bibliotecas escolares são bastante frequentadas pelos alunos, sobretudo para consulta a livros de estudo, aceder a computadores com ligação à Internet e como sala de estudo; têm um acervo que satisfaz as necessidades locais, e são complementadas pela Biblioteca Municipal.

A Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova completa as infra-estruturas educativas do Concelho. Está integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e tem um papel importante nas áreas da educação e cultura, através do programa de animação que dispõe e das suas funcionalidades, destacando-se as tecnologias de informação e comunicação⁴⁹.

O perfil do utilizador da biblioteca é variável, no entanto caracteriza-se por ser estudante, sendo o período escolar a altura em que a biblioteca é mais procurada.

3.5.2. Formação profissional

Idanha-a-Nova possui um estabelecimento de ensino profissional: a Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova (EPRIN). Esta escola dá equivalência ao 12º ano e dispõe dos cursos de: Técnico de Informática de Gestão; Técnico de Multimédia; Hotelaria, Restauração, Organização e Controlo; Técnico Auxiliar de Infância; Turismo Ambiental e Rural. Os cursos de Hotelaria e Turismo vão ao encontro das necessidades do concelho. A taxa de empregabilidade é elevada, em especial no curso de Hotelaria, contudo os cursos mais procurados são o de Informática de Gestão e o de Multimédia. O número de candidatos a frequentar esta escola profissional tem vindo a aumentar, compreendendo alunos tanto do concelho como de concelhos vizinhos. O número de vagas procura acompanhar essa procura crescente, pelo que vai passar para 180 alunos.

Existe uma grande interacção entre os alunos da EPRIN e a comunidade, através da participação dos alunos em diversas actividades realizadas no concelho,

⁴⁹ Nas instalações da Biblioteca Municipal funciona um espaço Internet com 5 computadores com ligação à Internet.

3. Viver em Idanha-a-Nova

nomeadamente com os alunos de hotelaria e multimédia. Esta cooperação acontece também com a Câmara Municipal, entidade que faculta alguns estágios aos alunos da escola profissional, permitindo a fixação de alguns dos jovens no concelho. Apesar de se tratarem de cursos profissionais, cerca de 15% dos alunos concorrem ao ensino superior, sendo que cerca de 80% destes entram em cursos superiores relacionados com a área que frequentaram. Esta situação é mais visível nos alunos que frequentaram o curso de técnico auxiliar de infância.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) também oferece alguns cursos de formação profissional, nomeadamente nas áreas da electricidade, geriatria e artesanato. Este tipo de formação profissional não parece, contudo, ter reais resultados na formação e orientação profissional dos seus formandos, pois são poucos os casos de efectivo prosseguimento de uma profissão em consequência da frequência de um curso de formação.

O Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CMCD) realiza no concelho de Idanha-a-Nova acções de formação nas áreas de auxiliar de lar, ajudante de lar e animadores de desenvolvimento local. No corrente ano esta associação de desenvolvimento local já formou aproximadamente 60 indivíduos.

A escola EB2/3/S José Silvestre Ribeiro dispõe de um Centro de Reconhecimento e Validação de Competências, que tem intervenção para além do concelho de Idanha-a-Nova: concelhos de Penamacor, Fundão, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão. Desde o seu início de funcionamento certificaram-se cerca de 750 indivíduos.

A incubadora de empresas é também uma entidade acreditada para formação profissional. A actividade de formação foi iniciada em 2007 com cursos não financiados por fundos comunitários (cursos: Formação de formadores; Inglês inicial, médio e avançado; Primeiros socorros; Técnicas de procura de emprego), que apesar disso tiveram boa aceitação (132 pessoas inscritas). Em 2008, estão a decorrer candidaturas a formação financiada.

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.5.3. Sociedade da informação e do conhecimento⁵⁰

O uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação são o meio privilegiado de difundir o conhecimento e a inovação.

Em Idanha-a-Nova a utilização do computador está largamente difundida:

- A generalidade das instituições (autarquia, empresas, escolas, serviços públicos e privados...) possui computadores;
- A generalidade das empresas entrevistadas possui computadores, maioritariamente para controlo de facturação;
- A utilização dos computadores nas escolas e em casa por parte dos jovens é notória, incluindo a utilização da Internet. As escolas possuem computadores disponíveis para utilização dos alunos;
- O comércio mais tradicional não aderiu às TIC.

Uma das vertentes do POS-Conhecimento é a criação de Espaços Internet⁵¹ de acesso público. O Município possui um Espaço Internet, localizado na biblioteca municipal (com 5 computadores, impressora e scanner) e um Cyber-Espaço na sede de concelho, com cerca de 10 computadores.

De entre as freguesias do concelho, destacam-se o Ladoeiro, onde a Junta de Freguesia dispõe de um espaço de acesso gratuito à Internet, e ainda as de Monfortinho e Medelim onde já existem quiosques de acesso à Internet. Estes quiosques de Internet foram estendidos às restantes freguesias do Município com

⁵⁰ O Governo Português definiu, em matéria de política relativa à sociedade da informação e do conhecimento, um conjunto de objectivos ambiciosos: massificação do Acesso em Banda Larga, melhoria do serviço do Estado aos Cidadãos e Empresas através do Governo Electrónico, desenvolvimento de Competências TIC e de uma Cultura Digital, aposta na Inovação Integrada em TIC e consolidação da Sociedade do Conhecimento como um instrumento de apoio à qualificação da descentralização do território.

⁵¹ Nos Espaços Internet o acesso deve ser inteiramente gratuito. O grande objectivo é proporcionar acesso à Internet de banda larga a toda a população.

3. Viver em Idanha-a-Nova

excepção das freguesias de Idanha-a-Nova e Ladoeiro, uma vez que estas já dispõem de outros serviços de acesso à Internet. Existem também alguns postos de Internet nos Postos de Turismo.

Em Idanha-a-Nova o acesso à Internet tem-se difundido pelos mais diversos meios e com este, o acesso à informação:

- Nem todas as empresas têm ligação à internet e destas são poucas as que possuem site. Só uma das empresas entrevistadas afirmou utilizar a Internet para compra ou venda de produtos;
- As principais instituições estão ligadas à Internet, quase todas possuem correio electrónico e algumas dispõem de página na Internet;
- A quase totalidade das escolas do 1º ciclo do ensino básico possui computador com ligação à Internet;
- A Escola do 2º e 3º ciclo e ensino secundário tem em média 1 computador para cada 7 alunos;
- A Escola Superior de Gestão possui 70 computadores (aproximadamente 1 computador por cada 10 alunos) disponíveis para utilização dos alunos, a funcionar em rede e com ligação à Internet;
- A Escola Profissional da Raia dispõe de 1 computador por cada 4 alunos, em média (40 computadores), todos com ligação à Internet. O sistema de Internet sem fios permite ainda a utilização da Internet a partir dos computadores portáteis dos alunos. A escola possui Site na Internet com diversa informação disponível acerca da escola e dos alunos;
- Os alunos usam os computadores e a Internet nas escolas para actividades lúdicas e para pesquisas;
- As bibliotecas escolares têm computadores disponíveis para os alunos e serviço informatizado;

3. Viver em Idanha-a-Nova

- A Biblioteca Municipal está informatizada e dispõe de página na Internet;
- A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem o seu site oficial disponível apenas em português de carácter predominantemente informativo, encontrando-se em estudo a construção de um novo site. A autarquia dispõe de um serviço de Newsletter, exclusivamente na área do turismo, que permite ao utilizador, para além de tomar conhecimento das actividades que se vão realizar, proceder à sua inscrição;
- As juntas de freguesias possuem computador com ligação à Internet;
- O Centro de Saúde tem acesso à Internet, restrito para os serviços internos, possui correio electrónico mas não dispõe de página na Internet;
- A G.N.R. local ainda não tem acesso à Internet;
- As entidades Junta de Turismo e Naturtejo dispõem de Sites na Internet, de carácter informativo.

3.5.4. Inovação

A utilização estruturada da informação retida através da educação e formação das pessoas e da informação disponível nos meios de comunicação e informação, amplamente difundida pelas tecnologias de informação e comunicação, gera conhecimento. A aplicação de novos conhecimentos a situações novas pode gerar inovação.

A generalidade dos entrevistados, nas suas actividades (produção de bens ou prestação de serviços), não tem implementado estratégias de inovação, nos produtos ou serviços, em novas utilizações ou funcionalidades, em novas embalagens, no design, na utilização de novos materiais ou na mistura de materiais, nos novos processos de produção, na comercialização, na qualidade, no atendimento... Destacamos no entanto o caso do Geo-restaurante Petisco & Granitos (Monsanto),

3. Viver em Idanha-a-Nova

que alia a oferta de produtos regionais e da gastronomia tradicional portuguesa a uma estratégia pedagógica que promove o património geológico português (exposições p.e.). Há alguns restaurantes que procuram também desenvolver algumas inovações ao nível gastronómico, introduzindo modificações na forma de confecção de alguns produtos regionais.

Na agricultura também verificámos a existência de alguns casos de inovação, principalmente ao nível da tecnologia utilizada. Esta inovação tecnológica verificou-se na produção de leite e derivados e irá surgir provavelmente com a necessidade de reconversão de alguns equipamentos existentes que se destinavam à produção de tabaco e que agora estão sem utilização.

O Festival Boom é outro caso onde se verifica a implementação de inovação em práticas ligadas à preservação do ambiente.

3. Viver em Idanha-a-Nova

3.6. Inquérito à população

Realizou-se um breve inquérito à população no sentido de auscultar qual a opinião dos cidadãos acerca do seu concelho. Este inquérito pretendeu avaliar:

- o nível de satisfação relativamente aos serviços de saúde, serviços sociais e de comunicações, bem como às actividades desenvolvidas pela autarquia (só a jovens);
- a opinião acerca do sistema educativo e das actividades culturais desenvolvidas no concelho;
- o sentimento de segurança;
- o acesso a computadores e Internet.

O apuramento das respostas foi sumariado nos gráficos seguintes.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Quadro 20 – Caracterização da amostra

Caracterização da amostra		nº	%
Sexo	Masculino	130	53,9%
	Feminino	111	46,1%
Idade	até 20	40	16,6%
	21 - 35	74	30,7%
	36 - 50	19	7,9%
	51 - 65	2	0,8%
	mais de 65	105	43,6%
Grau de instrução	sem escolaridade	69	28,6%
	ensino básico	56	23,2%
	ensino secundário	65	27,0%
	Ensino superior	48	19,9%
Ocupação da população	Trabalho	84	34,9%
	Desempregado	2	0,8%
	Estudante	62	25,7%
	Reformado	102	42,3%
	Doméstico	0	0,0%
	Alcafozes	0	0,0%
	Aldeia de Santa Margarida	5	2,1%
	Idanha-a-Nova	169	70,1%
	Idanha-a-Velha	5	2,1%
	Ladoeiro	7	2,9%
	Medelim	4	1,7%
	Monfortinho	11	4,6%
	Monsanto	6	2,5%
	Oledo	5	2,1%
	Penha Garcia	10	4,1%
	Proença-a-velha	1	0,4%
	Rosmanihal	2	0,8%
	Salvaterra do Extremo	5	2,1%
	São Miguel de Acha	2	0,8%
	Segura	0	0,0%
Toulões	1	0,4%	
Zebreira	5	2,1%	

3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 23 – Satisfação com os serviços de saúde

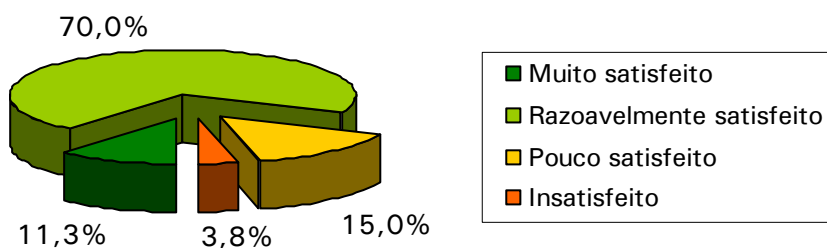


Gráfico 24 – Satisfação com os serviços sociais

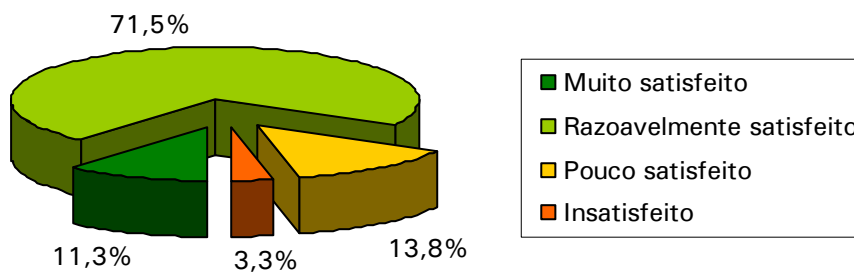


Gráfico 25 – Satisfação com os serviços de telecomunicações

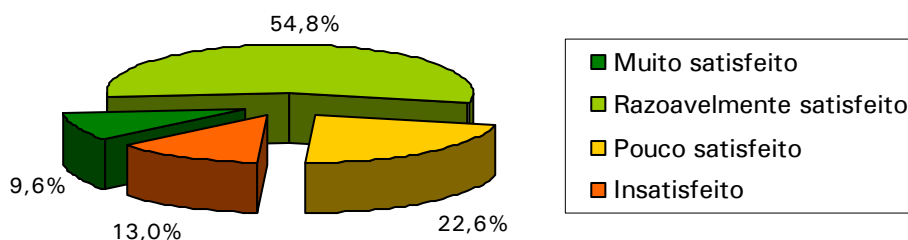
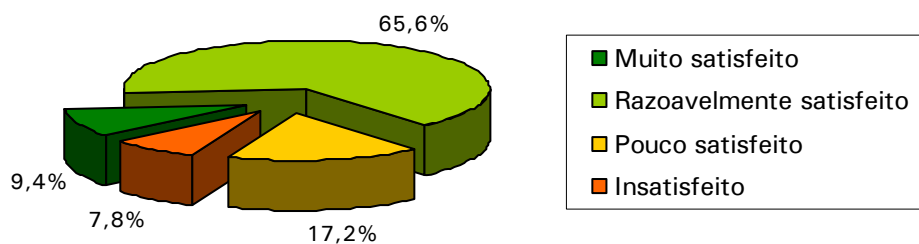


Gráfico 26 – Satisfação com as actividades desenvolvidas pela autarquia



3. Viver em Idanha-a-Nova

Gráfico 27 – Opinião sobre o sistema educativo

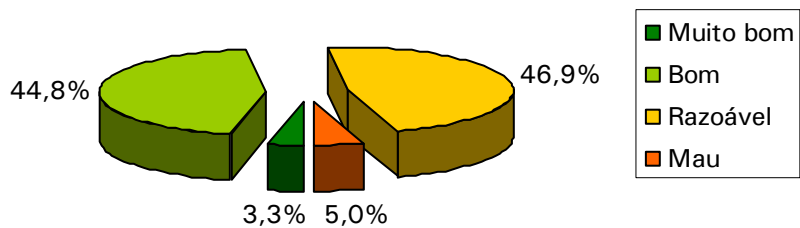


Gráfico 28 – Opinião sobre as actividades culturais desenvolvidas

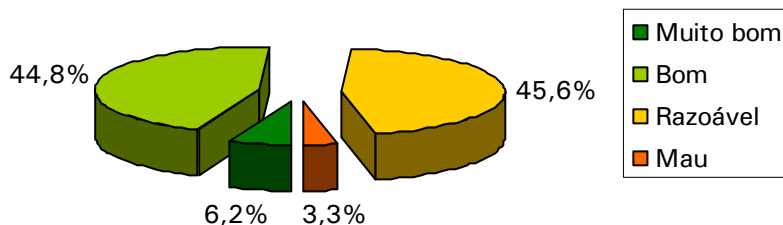
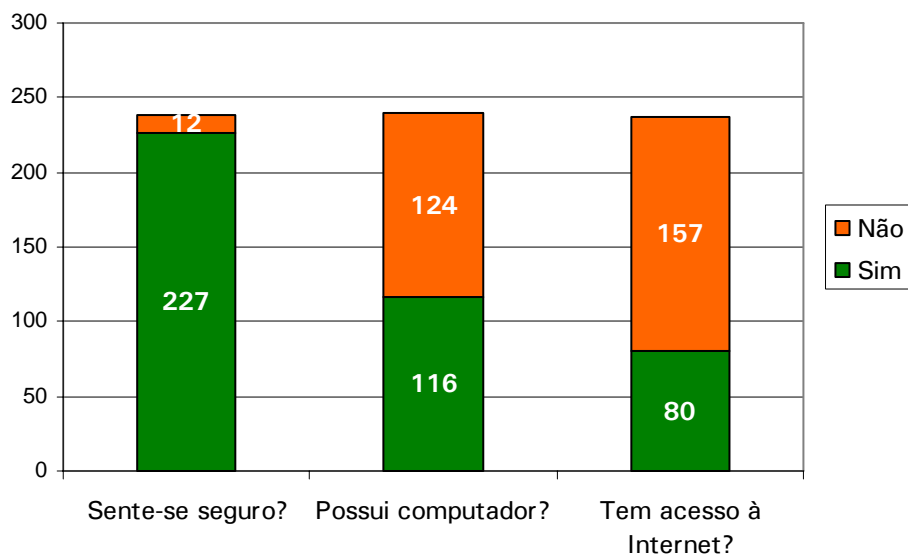


Gráfico 29 – Segurança e meios informáticos



3. Viver em Idanha-a-Nova

3.7. Priorização das necessidades de intervenção

3.7.1. Metodologia do diagnóstico das relações inter-sectoriais e das tendências de mudança

A análise multidisciplinar dos recursos e actividades existentes permite identificar os elementos caracterizadores do retrato do Município. O diagnóstico do Município de Idanha-a-Nova tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objectivos operacionais e nos planos de acção a definir.

A análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério constituída por:

1. Definição de critérios de significância;
2. Identificação dos elementos caracterizadores do retrato actual de Idanha-a-Nova no âmbito dos quatro pilares da Agenda 21 Local;
3. Atribuição de uma pontuação a cada elemento caracterizador do retrato actual, de acordo com o seu efeito em cada critério de significância;
4. Atribuição de uma ponderação específica a cada critério de significância, em função do retrato actual do Município.

O resultado destas operações traduz-se numa matriz de diagnóstico e avaliação, de que decorre a priorização quantificada das necessidades de intervenção.

1. Critérios de significância

A definição dos critérios de significância visa permitir avaliar os elementos caracterizadores do retrato actualizado do Município de Idanha-a-Nova na perspectiva dos 4 pilares do desenvolvimento sustentável. Consiste na enunciação do conjunto de

3. Viver em Idanha-a-Nova

critérios coerentes, universais, compreensíveis, fáceis de implementar e quantificáveis, com base nos quais é avaliada a realidade.

Os critérios de significância têm em atenção as orientações definidas a nível europeu e nacional em matéria de desenvolvimento sustentável e estão referenciados à escala de valores que se encontra subjacente às políticas de sustentabilidade.

Em Portugal e actualmente, os critérios de significância seleccionados são os seguintes:

- a) **Saúde Pública** adoptando a definição consagrada na 4.^a Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (OMS) e no Health Impact Assessment (Gothenburg Consensus Paper, Dezembro, 1999), nos termos da qual a saúde baseia-se nos recursos pessoais e sociais, bem como nas capacidades físicas dos indivíduos.
- b) **Impactes Ambientais**, no sentido de possíveis perturbações sobre o ambiente e a qualidade ambiental, abrangendo a preservação do ecossistema e a defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida (ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, biodiversidade...);
- c) **Impactes Económicos** entendidos como implicações e consequências prováveis no incremento do nível de vida da população do território, sentido ao nível do bem-estar económico individual (satisfação de necessidades de consumo) e ao nível do bem-estar material global (actividades produtivas criadoras de riqueza, emprego, postos de trabalho e bens de consumo);
- d) **Impactes Sociais** considerados como efeitos nas condições de vida da população do território, expressa na existência de condições sociais (segurança, prestações sociais e cuidados de saúde, integração de grupos sociais desfavorecidos, participação social, comunitária e política, funcionamento das instituições locais, públicas e privadas...) e de condições culturais (acesso a actividades de cultura, lazer e desporto);

3. Viver em Idanha-a-Nova

- e) **Impactes no Conhecimento e Inovação** entendidos como as implicações e consequências prováveis no incremento da qualificação, promoção e valorização das pessoas e da potenciação da criatividade, ao nível da informação, formação, comunicação e tecnologias;
- f) **Recursos Municipais** entendidos como recursos humanos e/ou meios financeiros necessários, a mobilizar pelos poderes públicos, seja pela disponibilização de meios próprios ou pela capacidade de mobilização de meios encontrados junto da comunidade local (indivíduos, empresas, associações... com vontade e capacidade de intervenção física e monetária).

Acrescem a estes critérios de significância, na etapa seguinte do programa de implementação da Agenda 21 Local, os **impactes ambientais**, no sentido de possíveis perturbações sobre o ambiente e a qualidade ambiental, abrangendo a preservação do ecossistema e a defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida (ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, biodiversidade...).

2. Identificação dos elementos caracterizadores do retrato actual do Município

Os elementos caracterizadores do retrato actual do Município de Idanha-a-Nova são identificados com base no tratamento e análise da informação recolhida nas fontes primárias e secundárias e visam destacar as situações ambientais, económicas, sociais e de conhecimento e inovação.

3. Pontuação de efeitos

A atribuição de uma pontuação de efeitos visa exprimir quantitativamente a importância que cada elemento caracterizador do retrato actualizado do Município de

3. Viver em Idanha-a-Nova

Idanha-a-Nova tem em cada um dos critérios de significância considerados e evidenciar quantitativamente as áreas de maior potencialidade e de maior fragilidade.

A cada elemento caracterizador do retrato actualizado do território ou comunidade é atribuída uma pontuação no âmbito de cada critério de significância, em função do seu efeito nesse critério, de acordo com a seguinte escala:

Pontuação	1	0	- 1	- 2
Impactes na saúde pública	Positivo	Nem positivo, Nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes ambientais	Positivo	Nem positivo, Nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes económicos	Muito positivo	Moderado positivo	Nem positivo, Nem negativo	Negativo
Impactes sociais	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes no conhecimento e inovação	Muito positivo	Moderado positivo	Nem positivo, Nem negativo	Negativo
Recursos municipais	Não exige recursos financeiros e/ou humanos	Exige recursos financeiros e/ou humanos reduzidos	Exige recursos financeiros e/ou humanos moderados	Exige recursos financeiros e/ou humanos elevados

- Positivo (1)** = Efeitos positivos sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.
- = Efeitos muito positivos sobre a economia e o conhecimento e inovação.
- = Não exige recursos.

3. Viver em Idanha-a-Nova

- Neutro (0)**
- = Ausência de efeitos sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.
 - = Efeitos positivos moderados sobre a economia e o conhecimento e a inovação.
 - = Reduzida exigência de recursos.
- Negativo (- 1)**
- = Efeitos negativos moderados na saúde pública, no ambiente e na sociedade.
 - = Ausência de efeitos na economia e no conhecimento e inovação.
 - = Moderada exigência de recursos
- Muito negativo (- 2)**
- = Efeitos negativos significativos na saúde pública, no ambiente e na sociedade
 - = Efeito negativo na economia e no conhecimento e inovação.
 - = Significativa exigência de recursos.

4. Ponderação dos critérios de significância

O grau de importância relativa dos critérios de significância é determinado pela realidade concreta do Município, conjugada com os princípios de referência do desenvolvimento sustentável e resulta da atribuição a cada um deles de uma ponderação.

Esta ponderação atribuída aos critérios de significância visa fazer reflectir os interesses e objectivos do Município na priorização das intervenções, tendo em conta os seus valores fundamentais e a responsabilidade individual e social.

No Município de Idanha-a-Nova e tendo presente o retrato actualizado delineado foram atribuídas as seguintes ponderações aos critérios de significância:

3. Viver em Idanha-a-Nova

- 1 “Impactes na Saúde Pública” ⇨ 3;
- 2 “Impactes Ambientais” ⇨ 2;
- 3 “Impactes Económicos” ⇨ 3;
- 4 “Impactes Sociais” ⇨ 2;
- 5 “Impactes no Conhecimento e na Inovação” ⇨ 1;
- 6 “Recursos municipais” ⇨ 1.

5. Leitura da matriz de diagnóstico e avaliação

O cruzamento dos critérios de significância com os elementos caracterizadores do retrato actualizado do Município de Idanha-a-Nova permite obter para cada um destes elementos uma classificação final global, devidamente ponderada, a partir da qual podem ser identificadas de forma hierarquizada as necessidades de intervenção.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Assim:

Matriz			Pontuação			
			1	0	-1	-2
Impactes na saúde pública	Ponderação	3	Positivo 3	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -3	Negativo significativo -6
		2	Positivo 2	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -2	Negativo significativo -4
		3	Muito positivo 3	Moderado positivo 0	Nem positivo, nem negativo -3	Negativo -6
		2	Positivo 2	Nem positivo, nem negativo 0	Negativo moderado -2	Negativo significativo -4
		1	Muito positivo 1	Moderado positivo 0	Nem positivo, nem negativo -1	Negativo -2
		1	Não exige recursos financeiros e/ou humanos 1	Exige recursos financeiros e/ou humanos reduzidos 0	Exige recursos financeiros e/ou humanos moderados -1	Exige recursos financeiros e/ou humanos elevados -2
Impactes ambientais						
Impactes económicos						
Impactes sociais						
Impactes no conhecimento e inovação						
Recursos municipais						

Essa classificação permite uma avaliação qualitativa em 5 níveis – Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente e Mau –, reflectida numa priorização das necessidades de intervenção.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Numa leitura global do contexto do Município, as pontuações obtidas situam-se numa escala de 12 a -24, com a seguinte interpretação:

Muito Bom = 9, 10, 11 e 12;

Bom = 5, 6, 7 e 8;

Suficiente = 0, 1, 2, 3 e 4;

Insuficiente = -1, -2, -3, -4, -5, -6, -7, -8, -9, -10, -11 e -12;

Mau = -13, -14, -15, -16, -17, -18, 19, -20, -21, -22, -23 e -24.

Numa leitura sectorial, as pontuações situam-se numa escala de -6 a 3, com a seguinte interpretação:

Saúde Pública:

Bom = 3;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -3;

Preocupante = -6.

Qualidade do ambiente (impactes ambientais):

Bom = 2;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -2;

Preocupante = -4.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Nível de vida (impactes económicos):

Bom = 3;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -3;

Deficiente = -6.

Condições de vida (impactes sociais):

Bom = 2;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -2;

Deficiente = -4.

Conhecimento e inovação:

Bom = 1;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -1;

Deficiente = -2.

Recursos municipais:

Exequível = 1;

Exequível com envolvimento reduzido = 0;

Exequível com envolvimento moderado = -1;

Exequível com envolvimento significativo = -2.

Estas pontuações evidenciam as áreas de maior potencialidade (P) e de maior fragilidade (F), constituindo o diagnóstico do Município de Idanha-a-Nova.

3. Viver em Idanha-a-Nova

A ordenação dos recursos e actividades existentes no Município por ordem decrescente torna imediatamente visível o que está bem, o que está menos bem e o que precisa de ser melhorado.

O Município fica, assim, a dispor de um instrumento facilitador de uma primeira abordagem ao planeamento de acções a concretizar no seu modelo de desenvolvimento sustentável.

3.7.2. Tabelas de Pontuação

Apresentam-se as pontuações que revelam áreas de maior potencialidade (P) e de maior fragilidade (F). As [áreas pontuadas](#) encontra-se também em anexo na base de dados.

3. Viver em Idanha-a-Nova

Introdução		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Localização do Município								
P	Faz fronteira com a Extremadura - Espanha	0	0	3	2	0	1	6
Acessibilidades, transportes e comunicações								
P	Acesso à Internet em banda larga	3	2	3	2	1	1	12
P	Boas acessibilidades	3	2	3	2	0	-1	9
P	Grande utilização dos transportes públicos	3	0	0	2	0	1	6
P	Rede telefónica e redes de telemóveis funcionam bem e têm um bom grau de cobertura	3	2	0	2	-1	-2	4
F	Sinalética rodoviária insuficiente e com poucas referências à sede de concelho	-3	0	-6	-2	-1	1	-11

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Caracterização Biofísica								
P	Existência de importantes valores geológicos	0	2	3	0	1	1	7
Recursos Hídricos								
P	Existência de águas termais de boa qualidade	3	2	3	2	-1	1	10
P	Rede hidrográfica densa, com qualidade da água superficial razoável	3	2	-3	0	-1	1	2
Abastecimento de água								
P	Cobertura do sistema de abastecimento de água de 100%	3	0	-3	2	-1	1	2
F	Perdas do sistema de abastecimento cerca de 30%	0	-2	-3	0	-1	-1	-7
F	Consumo de água por habitante (136 m ³) mais do dobro da média nacional (63 m ³)	0	-2	-6	0	-1	0	-9
Qualidade da água para consumo humano								
P	Sistema em alta sem incumprimentos de frequência em 2005 e 2006.	3	2	-3	0	-1	1	2
P	Sistema em baixa: melhoria da qualidade nas zonas de Penha Garcia e Torre de Monfortinho, de 2005 para 2006	3	0	-3	0	-1	1	0
F	Sistema em alta com uma análise em incumprimento ao Valor Paramétrico na zona Penha Garcia - Idanha, 2005 e 2006.	-3	0	-3	0	-1	1	-6

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Qualidade da água para consumo humano (cont.)								
F	Sistema em baixa: incumprimentos ao valor paramétrico aumentaram na zona do Parque de campismo	-3	0	-3	0	-1	0	-7
Drenagem e Tratamento de águas residenciais								
P	Cobertura de 100% sistema de drenagem e 80% do tratamento de águas residuais	3	2	-3	0	-1	1	2
P	55,3% volume de águas residuais têm tratamento primário e 44,7% tratamento secundário	3	2	-3	0	-1	1	2
Resíduos								
P	Existência de 1 contentor por cada 17 hab e 1 ecoponto por cada 376 habitantes (acima da meta nacional).	3	2	-3	0	-1	1	2
P	Aumento da recolha selectiva de 2006 para 2007: 15% vidro, 50% papel e 50%plástico/metal.	3	2	-3	0	-1	1	2
F	Recolha selectiva de RSU (11 kg/hab) em Idanha-a-Nova, bastante inferior à média nacional (27 kg/hab) e à da Beira Interior Sul (15 kg/hab).	-3	-2	3	0	-1	1	-2
F	Taxa de resíduos valorizáveis recolhidos no concelho 2,4% (a baixo da média nacional)	0	-2	-3	0	-1	0	-6

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Resíduos (cont.)								
F	Dificuldade no controlo dos despejos ilegais de resíduos de construção e demolição	-3	-2	-3	0	-1	-1	-10
Energia								
P	Projectos para produção de energias renováveis à escala municipal	0	2	3	0	1	-1	5
P	Consumo energético no Concelho de Idanha-a-Nova de 1,1 milhares de kWh, inferior à média da Beira Interior Sul (1,3 milhares de kWh) e à média nacional (1,3 milhares de kWh)	0	2	0	0	-1	1	2
P	Em desenvolvimento um estudo para optimização na Iluminação Pública na freguesia de Idanha-a-Nova	0	2	0	0	-1	0	1
F	Aumento de 5,7% no consumo de energia eléctrica no concelho de Idanha-a-Nova, entre 2004 e 2005.	0	0	-3	0	-1	1	-3
F	Potencial energético do Sol muito pouco aproveitado no concelho: valores de radiação e insolação médios semelhantes aos nacionais	0	-2	-3	0	-1	1	-5
F	Inexistência de uma Agência de Energia que actue no município	0	-2	-3	0	-2	0	-7

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Energia (cont.)								
F	Potencial energético da Biomassa florestal, muito pouco aproveitado no concelho: os resíduos florestais ficam nos terrenos	0	-2	-3	0	-1	-1	-7
F	Inexistência de medidas de Eficiência Energética para os edifícios e vias públicas.	0	-2	-6	0	-1	0	-9
Qualidade do ar								
P	Em 282 dias o índice da qualidade do ar foi <i>Bom</i> (2006)	3	2	-3	0	-1	1	2
F	Ozono: duas ultrapassagens ao valor limiar de informação ao público (2006)	-3	-2	-3	0	-1	0	-9
Ruído								
P	O concelho não apresenta níveis de ruído que excedam os limites previstos no regime legal do ruído	3	2	-3	0	-1	1	2
Conservação da Natureza								
P	Existência do Parque Natural do Tejo Internacional e de uma ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul (44% do território de Idanha)	0	2	3	0	1	1	7
P	Existência de uma estratégia do parque natural para o futuro	0	2	3	0	1	1	7

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Conservação da Natureza (cont.)								
P	Envolvimento de entidades privadas, do concelho, em acções de conservação da natureza	0	2	3	0	1	1	7
P	Distinção atribuída à Herdade Rural da Poupa: "Melhor Propriedade Rural Europeia de 2007"	0	2	3	0	1	1	7
P	Distinção da Granja de São Pedro e a Herdade do Cabeço Mouro pela Birdlife International, no âmbito da iniciativa "Conheça as Aves da sua Propriedade"	0	2	3	0	1	1	7
P	Envolvimento da ONGA Quercus em projectos de conservação da natureza	0	2	0	0	1	1	4
P	Presença de valores naturais de interesse sobretudo ao nível da avifauna	0	2	0	0	0	1	3
F	Presença de zonas ambientalmente degradadas e com valor faunístico muito reduzido (floresta de eucalipto e pinheiro bravo) em 20% da área do PNTI.	0	-2	-3	0	-1	0	-6
F	Inexistência de estruturas de apoio ao visitante no parque, à excepção da sede, em Castelo Branco	0	0	-6	0	-2	1	-7

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Cinegética								
P	Relacionamento positivo entre as associações ambientalistas e os representantes do sector cinegético, no âmbito da educação ambiental.	3	2	0	0	1	1	7
P	50.223 ha de reserva para caça: 24 zonas de caça associativas e 11 turísticas	0	0	3	0	-1	0	2
Agricultura sustentável								
P	Existência de um número significativo de produtores biológicos (produção animal de ovinos, bovinos e caprinos)	3	2	3	0	0	1	9
F	Fim da cultura do tabaco, com elevados impactes devido aos produtos fitossanitários e adubos	0	2	-6	0	-1	1	-4
Floresta								
P	A floresta ocupa 46% da área total do município de Idanha-a-Nova	3	2	3	0	-1	0	7
P	Algumas propriedades de grande dimensão, com uma boa gestão florestal	0	2	3	0	0	1	6
P	Elevado valor paisagístico dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer	0	2	3	0	-1	1	5
P	Duas Zonas de Intervenção Florestal em constituição	0	2	3	0	-1	1	5

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Floresta (Cont.)								
P	46% dos povoamentos são de conservação (azinheira e sobreiro) e 36% são de produção (eucalipto e pinheiro bravo)	0	2	0	0	-1	1	2
F	O número de incêndios total (1980-2006) corresponde a quase 8% das ocorrências no distrito e contribui com quase 9% da área ardida.	0	0	-3	0	-1	1	-3
F	Alto risco de incêndio e a elevada susceptibilidade à desertificação, são as principais condicionantes (PROF), bem como a proliferação da monocultura	0	-2	-3	0	-1	-1	-7
F	A estrutura minifundiária dificulta a gestão florestal: algum abandono de parcelas e falta de limpeza (sobretudo na zona de pinhal bravo) sem escoamento de resíduos florestais.	0	-2	-6	0	-1	0	-9
Gestão Sustentável da Autarquia e das Empresas Locais								
P	Prevista a conversão da frota automóvel para utilização de óleos alimentares como combustível alternativo	0	2	3	0	1	-1	5
P	Existência de ecopontos dentro do edifício da Câmara Municipal e de pilhões.	3	2	0	0	-1	1	5

3. Viver em Idanha-a-Nova

Ambiente (cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Gestão Sustentável da Autarquia e das Empresas Locais (Cont.)								
P	Existem medidas pontuais para redução do consumo de água.	0	2	0	0	-1	1	2
P	Exigências ambientais na aquisição de produtos de limpeza e fitossanitários	3	2	-3	0	0	0	2
F	Inexistência de sistema de gestão ambiental	0	-2	-3	0	-1	-1	-7
Educação e sensibilização para a sustentabilidade								
P	Existência de iniciativas de carácter educativo, e conservação da natureza: ACANAC, Festival Boom, Geopark	0	2	0	0	1	1	4

3. Viver em Idanha-a-Nova

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Indicadores de enquadramento económico								
P	Existência de uma UNIVA	3	0	3	2	0	1	9
P	Emprego qualificado na actividade económica privada centrada no turismo e com um grupo económico dominante	3	2	0	2	1	1	9
P	Percentagem ainda significativa da população activa no sector primário	3	2	3	2	0	-2	8
P	Casos de empreendedorismo	3	2	0	2	1	-1	7
P	Emprego existente com peso significativo do sector público	0	0	0	2	-1	1	2
F	Emprego na economia social com expressão crescente	-3	0	-6	2	-2	-2	-11
F	Desemprego sazonal e flutuante. Causas: trabalhos agrícolas e turismo	-3	0	-6	-2	-1	0	-12
F	Poder de compra dos Municípios abaixo do poder de compra médio nacional e das regiões onde se insere (Centro e Beira Interior Sul)	-3	0	-6	-2	-2	1	-12
F	Desempregados com baixas habilitações literárias	-3	0	-6	-4	-2	-1	-16
Actividades económicas empresariais								
P	Forte importância relativa do sector terciário ligado ao turismo e restauração	3	0	0	2	0	1	6
P	Forte importância do sector primário ligado à agricultura e produção animal	3	0	0	2	0	1	6

3. Viver em Idanha-a-Nova

Economia (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Actividades económicas empresariais (Cont.)								
P	Incubadora de empresas	0	0	3	2	1	-1	5
Agricultura e produção animal								
P	Explorações modernizadas	3	2	0	2	0	1	8
P	Existência da prática de agricultura biológica	3	2	0	0	1	1	7
P	Situações bem sucedidas de plurifuncionalidade na agricultura	3	0	0	2	0	1	6
P	Aumento da superfície agrícola utilizada	0	2	0	2	0	1	5
P	Existência de propriedades de média e grande dimensão	0	2	0	0	0	1	3
F	Envelhecimento da população activa agrícola	-3	-2	-6	-4	-2	1	-16
F	Baixo nível de instrução da população activa agrícola e pouca formação técnica	-3	-2	-6	-4	-2	1	-16
Silvicultura								
P	Algumas propriedades de grande dimensão com planos de gestão florestal	3	2	0	2	0	1	8
P	Existência de cadastro florestal	0	2	-3	2	0	-1	0
Indústria transformadora								
P	Existência de Parques Industriais (Idanha-a-Nova e Penha Garcia) com ocupação	0	2	0	2	0	-2	2

3. Viver em Idanha-a-Nova

Economia (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Indústria transformadora (Cont.)								
P	Maior importância da actividade da indústria agro-alimentar	0	0	0	0	0	1	1
F	Empresas industriais de pequena dimensão	0	-2	-3	-2	-1	1	-7
Serviços privados e de natureza pública								
P	Capacidade de investimento concentrada em pequeno número de entidades	3	0	0	2	-1	1	5
P	População idosa com forte propensão à poupança	0	0	0	2	1	1	4
P	Boa cobertura de equipamentos e serviços	3	0	0	2	0	-2	3
F	Concentração dos serviços na sede de concelho	0	0	0	-2	0	1	-1
F	Boa adesão aos novos serviços bancários (Multibanco, serviços on-line, seguros, cartão de crédito...)	0	0	-6	2	-2	1	-5
F	Comércio local de dimensão reduzida, pouco variado e pouco modernizado	0	0	-6	-2	-2	1	-9
F	Empresários com baixas qualificações	0	0	-6	-2	-2	1	-9

3. Viver em Idanha-a-Nova

Economia (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Turismo								
P	Forte atractividade das Termas de Monfortinho	3	0	3	2	0	1	9
P	Destino vocacionado para o turismo cinegético, para o turismo de natureza e para o turismo de saúde e bem estar, para uma clientela de classe média/alta	0	2	3	2	0	1	8
P	Reforço da oferta de alojamento (ampliação do Hotel Estrela da Idanha)	0	0	3	2	0	1	6
P	Vasto património arquitectónico, arqueológico e geológico em bom estado de conservação	3	2	0	2	0	-1	6
P	Alojamento diversificado	3	0	0	2	0	1	6
P	Esforço significativo na divulgação das artes e ofícios tradicionais, da gastronomia local e das actividades de animação turística	3	2	0	2	0	-2	5
P	Geopark Naturtejo à rede internacional da UNESCO	0	2	0	2	1	-1	4
P	Forte influência do Município na Naturtejo	0	0	3	2	0	-1	4
P	Aposta no turismo de natureza de modo a diminuir a sazonalidade	0	2	0	2	0	-2	2
P	Núcleos museológicos integrados	0	0	0	2	0	-1	1
P	Casas da Naturtejo em processo de certificação de qualidade	0	2	0	0	0	-2	0

3. Viver em Idanha-a-Nova

Economia (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Turismo (Cont.)								
P	Boa cobertura de postos de turismo	0	0	0	2	0	-2	0
P	Aldeias históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha - muito visitadas	0	0	0	2	-1	-1	0
P	Muitos visitantes nos Postos de Turismo	0	0	0	2	0	-2	0
F	Falta de informação a fornecer aos visitantes por parte das unidades hoteleiras de menor qualidade	0	0	-6	0	-2	1	-7
F	Estadas curtas	0	0	-6	-2	-1	1	-8
F	Falta de formação no atendimento ao público ao nível das linguas estrangeiras	0	0	-6	-2	-2	1	-9
F	Sazonalidade estival e durante as épocas festivas atractivas (Páscoa e romarias)	-3	-2	-6	-2	0	1	-12
F	Sinalética de orientação turística insuficiente	0	0	-6	-2	-2	-2	-12

3. Viver em Idanha-a-Nova

Sociedade		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Saúde								
P	Novo hospital da Santa Casa de Misericórdia de Idanha-a-Nova	3	0	3	2	0	1	9
P	Atendimento do Serviço Nacional de Saúde razoavelmente bem organizado	3	0	0	2	0	1	6
P	Equipamentos de saúde em todas as freguesias	3	0	-3	2	-1	0	1
F	Inexistência de meios complementares de diagnóstico	-3	0	-3	-2	-1	1	-8
F	Existência de comportamentos de risco (toxicodependência, prostituição)	-6	0	-3	-4	-1	-1	-15
Acção social								
P	Plano de desenvolvimento social em execução sistematizando intervenções (Viver Mais Idanha e Rede Social)	3	0	0	2	0	-2	3
P	Cartão Raiano + 65	3	0	0	2	0	-2	3
P	Apoio a crianças (creche e/ou ATL) nas freguesias de Idanha-a-Nova e Ladoeiro	3	0	0	2	-1	-1	3
P	Assistência a idosos (lar, centro de dia e/ou apoio domiciliário) em todas as freguesias	3	0	0	2	-1	-2	2
F	Edifícios e equipamentos públicos não adaptadas ao uso de deficientes motores	-3	0	-3	-2	-1	-2	-11

3. Viver em Idanha-a-Nova

Sociedade (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Acção social (Cont.)								
F	Existência de alguns casos de exclusão social (comunidade cigana)	-3	0	-6	-4	-1	-1	-15
F	Parque habitacional degradado	-3	-2	-6	-4	-1	0	-16
F	Acentuado envelhecimento da população residente	-6	0	-6	-4	-2	-1	-19
F	Extensas listas de espera para os lares de idosos existentes	-6	0	-6	-4	-1	-2	-19
F	Abandono da população do concelho com conseqüente despovoamento das freguesias mais isoladas	-6	-2	-6	-4	-2	-2	-22
Cultura								
P	Aumento da adesão às actividades culturais	3	0	0	2	0	-1	4
P	Deslocação dos eventos culturais às freguesias	3	0	0	2	0	-1	4
P	Realização de eventos que atraem população de dentro e de fora do concelho (Páscoa, Festa da Sra. do Almortão, Feira Raiana)	3	0	0	2	0	-1	4
P	Grande número de associações recreativas e culturais	3	0	0	2	0	-2	3
P	Fórum Cultural e Centro de Artes tradicionais como meios de divulgação cultural	3	0	0	2	0	-2	3
P	Construção, reabilitação e reconstrução de habitações e de núcleos históricos	3	0	0	2	0	-2	3

3. Viver em Idanha-a-Nova

Sociedade (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Desporto								
P	Implementação de percursos pedestre em várias freguesias do concelho	3	2	-3	2	-1	-1	2
P	Realização periódica de eventos desportivos organizados pela Câmara Municipal	3	2	-3	2	-1	-1	2
Segurança								
P	Gabinete Municipal de Protecção Civil	3	2	0	2	0	-1	6
P	Baixa criminalidade	3	0	0	2	-1	1	5
F	Dificuldades de circulação pedonal nos núcleos urbanos antigos (passeios estreitos ou inexistentes)	-3	0	-6	-4	-1	-2	-16
Governação								
P	Aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis para a realização de projectos camarários	3	2	3	2	1	-2	9
P	Bom relacionamento entre poder local e população	0	0	0	2	-1	1	2
P	Projectos de modernização administrativa de Juntas de Freguesia em execução	0	0	0	2	0	-1	1
P	Existência de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento (GAD) a colaborar directamente com os munícipes e com Espanha	0	0	0	2	0	-2	0

3. Viver em Idanha-a-Nova

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Educação								
P	Actividades extra-curriculares na escola EB2/3/S José Silvestre Ribeiro	3	2	0	2	1	1	9
P	Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN)	0	0	3	2	1	-1	5
P	Ensino recorrente em várias freguesias do concelho	3	0	0	2	0	0	5
P	Existência de estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao superior	0	0	3	2	1	-2	4
P	Colaboração entre a ESGIN e a Câmara Municipal	0	0	0	2	0	-1	1
P	Biblioteca Municipal muito frequentada	0	0	0	2	1	-2	1
F	Percentagem de alunos que prossegue estudos para além do ensino obrigatório baixa	-3	0	-6	-2	-2	1	-12
F	Percentagem de alunos que ingressa no ensino superior baixa	-3	0	-6	-2	-2	1	-12
F	Taxa de analfabetismo elevada	-3	-2	-6	-4	-2	-1	-18
Formação								
P	Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova (EPRIN)	0	0	3	2	1	1	7
P	Centro de Reconhecimento e Validação de Competências	3	0	0	2	1	1	7

3. Viver em Idanha-a-Nova

Conhecimento e Inovação (Cont.)		CRITÉRIOS						TOTAL
		Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	2	3	2	1	1	
Sociedade da informação e do conhecimento								
P	Utilização de computadores largamente difundida	3	2	0	2	1	1	9
P	Escolas do concelho com computadores e acesso à internet para utilização dos alunos	3	2	0	2	1	1	9
P	Alguns freguesias com quiosques de acesso à internet	3	2	0	2	1	-2	6
P	Serviço de Newsletter da câmara municipal	0	0	0	2	0	-1	1
F	Site da Câmara Municipal de carácter meramente informativo mas sem serviços on-line	0	0	-3	0	-1	-1	-5
F	Acesso á internet pelas empresas ainda não totalmente generalizado	0	0	-6	-2	-2	1	-9
Inovação								
P	Festival Boom é um exemplo de inovação na área do ambiente	3	2	3	0	1	1	10
P	Existência de casos de inovação ao nível da restauração e agricultura	0	2	0	2	1	1	6
F	Fraca propensão á mudança e inovação	-3	-2	-6	-2	-2	1	-14

3. Viver em Idanha-a-Nova

No conjunto dos recursos e actividades existentes, esta análise meramente quantitativa deverá ser ponderada pelo bom senso, ficando assim amplamente valorizada. Assim, poderão existir factores merecedores de especial atenção (independentemente da sua valoração), o que exige do Município opções de actuação que, podendo não ser prioritárias, deverão ser imediatas pelos impactes significativos que operam na sociedade.

A escassez de recursos humanos e financeiros suscita o problema da escolha das áreas de intervenção mais imediata e, por essa via, do custo de oportunidade de cada opção. Escolher uma acção implica forçosamente deixar de executar uma série de outras acções, por vezes igualmente importantes, mas com menor visibilidade, ou com custos diferenciados ou ainda com impactes menores.

Neste contexto, uma escolha possível de áreas de actuação imediata deverá ter conta os seguintes aspectos:

1. Recursos ou fragilidades que tenham obtido pontuações muito baixas, tendo sido classificadas como “mau” ou “insuficiente” (valores de -1 a -24);
2. Recursos ou fragilidades que não exigem ou exigem uma escassa capacidade de execução ao nível autárquico. Em regra, nestas situações a capacidade de execução é geralmente suportada pelas empresas ou outras instituições, sendo elevada para estas;
3. Áreas de actuação que se coadunam com o compromisso e os objectivos operacionais definidos, bem como com os planos de acção propostos para o Município;
4. Áreas de actuação que propiciem condições de desenvolvimento económico sustentável, mas que no curto prazo tenham também impactes positivos na economia local;
5. Acções que tenham intrinsecamente uma lógica de economia de escala (onde o todo é maior que a soma das partes): quando implementadas em conjunto estas

3. Viver em Idanha-a-Nova

acções permitem maiores impactes na vida do Município, do que cada uma das acções isoladamente.

É de salientar que, independentemente do grau de imediatismo de cada acção, ao Município cabe informar e mobilizar os agentes privados para iniciativas de desenvolvimento sustentável e constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, independentemente da sua natureza. No actual contexto de uma situação económica pouco favorável, este é um factor a ter em linha de conta, face às expectativas de inversão das tendências económicas negativas verificadas nos últimos tempos.

Assim, em nossa opinião, as actuações a promover devem ser dotadas de visibilidade, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista económico. A Agenda 21 Local, sendo uma efectiva realidade, reconhecida pela comunidade envolvente, com



resultados concretos e mensuráveis, permite também estimular a estabilidade local e a confiança propiciadora de actividades económicas que invertam o actual cenário.

4

Agenda 21 Local
Município de
Idanha-a-Nova



VISÃO E OBJECTIVOS OPERACIONAIS



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

4. Visão e Objectivos Operacionais

O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico e de melhoria contínua, cujo quadro de referência é constituído pela Visão e pelos Objectivos Operacionais.

O futuro é, necessariamente, plural e, por isso, implica escolhas. A visão é uma escolha entre possibilidades de futuro, que radica no contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades do Município.

Importa, assim, que a visão seja partilhada pelas pessoas, instituições e empresas do concelho, de forma a inspirar e encorajar a respectiva actividade, empenhando-as num percurso comum, entendido como portador de benefícios colectivos e individuais.

A liderança, a mobilização, a perseverança e, sobretudo, a vontade são os elementos essenciais e indispensáveis para a concretização da opção de futuro em que se consubstancia a visão.

Neste enquadramento, a Visão que se propõe, apoiada no Retrato do Município, abrangente, aglutinadora de todos os pilares fundamentais da Agenda 21 Local e sustentada nas necessidades e aspirações da comunidade, é a seguinte:

“APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA REVERTER AS DINÂMICAS POPULACIONAIS”

A visão proposta estrutura-se em torno de objectivos operacionais que visam internalizar o desenvolvimento sustentável como percurso indispensável do Município, bem como encorajar e potenciar as sinergias entre a



4. Visão e Objectivos Operacionais

agricultura, o ambiente e o turismo, como instrumentos eficazes e eficientes daquele percurso.

Assim, são Objectivos Operacionais:

1. Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência;
2. Promover as Actividades Económicas;
3. Diferenciar o Município;
4. Promover a Coesão Social e Territorial.

A gradual concretização destes objectivos operacionais vai naturalmente evoluir para níveis superiores de exigência, do que resultará, necessariamente, uma reformulação mais ambiciosa da Visão.

A visão e os objectivos operacionais representam o percurso de desenvolvimento sustentável que se entendeu como possível, adequado e consistente com a realidade de Idanha-a-Nova.

A Visão e os Objectivos Operacionais firmam-se na realidade actual e concreta do concelho, nas potencialidades e fragilidades diagnosticadas e na priorização das necessidades de intervenção. Representam o percurso de desenvolvimento sustentável que se entendeu como possível, adequado e consistente com essa realidade.

A estruturação dos objectivos operacionais está assente numa lógica de engrenagem: as metas atingidas em cada um deles provocam um efeito de alavancagem entre eles, sendo o resultado global maior do que a soma das partes.

A situação actual do Município de Idanha-a-Nova impõe uma mudança clara e decisiva: por um lado, a aposta na qualidade e na qualificação dos seus recursos e por outro, o dever de informar os Municípes e de promover a sua participação activa nos desígnios que são de toda a comunidade.

4. Visão e Objectivos Operacionais

A implementação do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local – deve ser assumida como o “detonador” dessa mudança participativa e aglutinadora.

Como líder inicial da Agenda 21 Local, a Autarquia tem pela frente a responsabilidade de criar condições que permitam o êxito da sua implementação. A forma efectiva de gerir a mudança com sucesso é criá-la, assumindo-a não como uma ameaça, mas como uma oportunidade. Para isso, é fundamental deter continuamente informação actualizada, valorizar os recursos mais importantes e transformar tudo isso num processo evolutivo. O Know-how de que actualmente já dispõem as pessoas que entretanto foram sensibilizadas para a Agenda 21 Local (através da formação adequada⁵²) deve ser aproveitado para a construção dos alicerces do processo. A diversidade da “equipa de arranque” permite cobrir os 4 pilares fundamentais da Agenda 21 e constituir os grupos de trabalho necessários.

O conhecimento público da iniciativa municipal para a elaboração da Agenda 21 Local é um poderoso instrumento de influência na apropriação pela comunidade dos objectivos e metas do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável e é essencial. Uma forte e eficaz estratégia de comunicação, sobre a sua estruturação, os conceitos de desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento pretendido para Idanha-a-Nova, abrangendo a informação e a formação, transversal a todo o processo, ocupa por isso um papel central na mobilização da comunidade e dos seus elementos, no diálogo, transparência e partilha da informação – é por si só o factor crítico de sucesso do programa da Agenda 21 Local. Intervém no quotidiano das pessoas, desperta-as para a realidade local, promove mudanças comportamentais, divulga os recursos e as necessidades locais, contribui para o desenvolvimento de relações entre intervenientes (criando elos de ligação e cooperação no próprio processo de comunicação) e promove o uso das ferramentas de comunicação para a continuidade do processo de comunicação local. A estratégia de comunicação para

⁵² Esta formação decorreu no âmbito do programa FORAL e foi efectuada durante a 1ª etapa da Agenda 21 Local (Março de 2006).

4. Visão e Objectivos Operacionais

ser eficaz tem de ser constante ao longo de todo o processo de construção do programa local de gestão do desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local.

É com base nestas premissas que são propostos os dois primeiros Planos de Acção, independentes e transversais a todo o processo, cujo objectivo primordial é envolver a comunidade:

Plano de Acção N° 01 – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local;

Plano de Acção N° 02 – Construir uma estratégia de comunicação.

Os restantes Planos de Acção estão agregados em função dos Objectivos Operacionais.

4. Visão e Objectivos Operacionais

Objectivo Operacional	Planos de Acção		
Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência	PA01 – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local	PA03 – Integração do ambiente na gestão autárquica	
Promover as actividades económicas		PA04 – Envolver a comunidade na conservação do património natural	
Diferenciar o Município		PA05 – Fomentar o uso eficiente da água	
Promover a coesão social e territorial		PA06 – Promover o uso responsável da energia	
		PA07 – Criar condições atractivas para a fixação de empresários e de unidades produtivas	
		PA08 – Reorientar a actividade agrícola, silvícola e a produção animal	
		PA09 – Promover um turismo integrado	
		PA10 – Valorizar a cultura e o ambiente urbano	
		PA11 – Promover e integrar redes e parcerias	
		PA12 – Apoiar as dinâmicas populacionais	
		PA13 – Estimular o sentimento de pertença à comunidade	
		PA02 – Construir uma estratégia de comunicação	

4. Visão e Objectivos Operacionais

1.º Objectivo operacional:

Promover a Conservação da Natureza e a Ecoeficiência

Uma gestão sustentável do município de Idanha-a-Nova implica desenvolver uma política ambiental que considere aspectos prioritários de acção, bem como a integração das políticas ambientais na gestão da autarquia. Consideram-se aspectos prioritários de acção: a conservação da natureza, o uso eficiente da água e a implementação de medidas para a eficiência energética, com consequente redução das emissões de gases poluentes para a atmosfera, que conduzem às alterações climáticas. Incluem-se acções de sensibilização dos agentes privados e da população para a implementação de medidas ambientais e adopção de hábitos que conduzam a um desenvolvimento mais sustentável.

A valorização do ambiente supõe, por um lado, a preservação da integridade dos ecossistemas, e por outro, a utilização de forma adequada dos recursos, tornando-os numa mais valia em termos económicos, sociais e turísticos. Considerando que o concelho de Idanha-a-Nova tem grandes potencialidades ao nível turístico e que estas assentam no património natural e construído, faz todo o sentido basear os seus esforços na Conservação da Natureza.

O concelho apresenta um ambiente natural bastante bem conservado, combinando o património geológico com uma avifauna rica e com actividades agrícolas e cinegéticas que podem contribuir para a valorização dos ecossistemas, importa valorizar estes recursos e evitar a perda de biodiversidade. Para tal são imprescindíveis o empenhamento e o compromisso da comunidade, traduzindo-se numa atitude mais pró-activa relativamente à forma como são considerados o ambiente, e neste caso a conservação da natureza.

4. Visão e Objectivos Operacionais

No que respeita à utilização eficiente dos recursos, Idanha-a-Nova apresenta um potencial indiscutível de melhoria nos campos da energia e da utilização da água, dois recursos muito importantes do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Importa adoptar soluções técnicas, logísticas e de gestão que melhorem a eficiência dos equipamentos, edifícios, transportes (...) naquilo que diz respeito à redução do consumo de energia e água e à minimização da dependência dos combustíveis fósseis.

A autarquia tem um papel fundamental neste processo, assumindo a liderança pelo plano de desenvolvimento sustentável do concelho e a responsabilidade nos exemplos de boas práticas a adoptar pelos restantes actores. Assim é também sugestão deste objectivo a adopção de uma política ambiental pela própria Câmara Municipal, integrando na gestão autárquica medidas de gestão ambiental.

4. Visão e Objectivos Operacionais

2.º Objectivo operacional:

Promover as actividades económicas

O Município de Idanha-a-Nova, com tradições importantes em várias actividades, defronta-se com o desafio de manter e melhorar todo o know-how ainda presente.

É sua função constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, qualquer que seja a sua natureza, apoiando a evolução para ideias e negócios inovadores, a concretização de competências empresariais, a conjugação dos recursos colectivos e a promoção de uma rede de conexões geograficamente alargada. É também sua função informar e mobilizar os agentes privados para iniciativas de desenvolvimento sustentável.

O Município deve tirar partido das infra-estruturas existentes a captação de novos negócios e novas unidades empresariais, numa cadeia alargada de valor (empresas a montante e a jusante), de modo a promover novas iniciativas de criação de empresas, emprego e auto-emprego. Deve dar-se um especial enfoque à microempresa⁵³, onde se engloba a actividade por conta própria, porque é, frequentemente, ao nível das microempresas que se manifesta a iniciativa empresarial e são essas a dominante do tecido empresarial, criando riqueza e emprego, além de que é mais difícil a atracção de empresas de maior dimensão.



A conjugação da oferta de ensino existente em Idanha-a-Nova com as boas condições para o desenvolvimento de formação no Município, e com a oferta de ensino superior e de formação técnico-profissional local e em alguns concelhos limítrofes (nomeadamente através das escolas profissionais), coloca Idanha-a-Nova numa

⁵³ Considera-se como microempresa qualquer forma empresarial ou unidade produtiva que não ultrapasse os 9 trabalhadores e que tenha como limite máximo de volume anual de negócios ou de balanço total 2 milhões de euros.

4. Visão e Objectivos Operacionais

posição competitiva para a atracção de serviços diversos ligados a apoio a empresas, ao turismo e ao ambiente.

O aproveitamento das oportunidades do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional nomeadamente nas áreas das qualificações escolares e profissionais, da promoção do emprego e da inclusão social, bem como das condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania, não deve ser descurado. Por outro lado, este tipo de oferta dinamiza a circulação de pessoas, que se poderia aumentar atraindo alguns serviços que possuem emprego qualificado de nível médio e superior aumentando as competências dos recursos humanos locais.

Na economia de Idanha-a-Nova a agricultura, a produção animal e alguma silvicultura têm ainda um papel preponderante. Contudo a diminuição da população residente, o envelhecimento da população agrícola, as alterações da Política Agrícola Comum (PAC), (nomeadamente a simplificação substancial das medidas de apoio ao mercado e dos pagamentos de ajudas directas, dissociando-as da produção⁵⁴) têm criado entraves ao desenvolvimento rural.

Idanha-a-Nova apresenta condições favoráveis à agricultura, nomeadamente terra com capacidades agrícolas subaproveitada e à silvicultura.

A floresta, recurso renovável, é factor de desenvolvimento sustentável nas suas dimensões económica, social e ecológica. As boas práticas de gestão florestal de entidades privadas, de que há exemplos locais que podem servir de modelo para outros produtores, podem assim aumentar a produtividade silvícola. Este processo de valorização da floresta, aliado a uma estratégia de comunicação e educação ambiental, constitui um incentivo para a participação responsável da população na gestão florestal: esta envolve a sua protecção e a sua reconversão em espaço de múltiplas actividades (caça, pesca, passeios pedestres, cicloturismo, actividades desportivas...).

⁵⁴ Onde a produção mais afectada é o tabaco.

4. *Visão e Objectivos Operacionais*

Cabe à autarquia o papel de sensibilizar, facilitar e unir esforços entre agricultores, criadores, associações agrícolas, mercado e governo central no que respeita ao uso da terra como forma de aproveitamento agrícola e florestal, manutenção da paisagem humanizada e manutenção dos ecossistemas, factores de atracção turística.

A conjugação da estrutura fundiária, das condições edafoclimáticas, do coberto florestal onde dominam ainda os montados, e da reestruturação das actividades agrícolas permite uma aposta nas produções animais, tradicionais (queijos e enchidos) e de resposta às novas oportunidades de mercado (produção de carne, extensiva).

4. Visão e Objectivos Operacionais

3.º Objectivo operacional:

Diferenciar o Município

O Município de Idanha-a-Nova dispõe de recursos diversos que o distinguem e individualizam na Região envolvente: paisagem atractiva e conservada, aldeias históricas, património arquitectónico, arqueológico, iconológico, histórico e cultural. Complementarmente, dispõe de um relevante complexo termal e de turismo de saúde e bem-estar e de infra-estruturas de apoio a estes recursos, variadas e de qualidade.

No contexto local, o turismo tem constituído um factor de dinamização económica e social. As perspectivas de evolução nos próximos anos, apontam para a manutenção do crescimento da procura, nomeadamente das zonas rurais. A par do aumento da procura, tem-se registado também o da oferta.

A competitividade dum destino turístico, como factor de desenvolvimento sustentável, está cada vez mais associada à qualidade dos serviços e produtos que se disponibilizam: integridade dos valores culturais e da identidade local e regional; conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas e da diversidade biológica; funcionalidade dos serviços; criação de emprego durável e qualificado. É a qualidade da experiência que vende um destino turístico.

A diferenciação do Município implica, assim, a compreensão, cabal e efectiva, por parte dos agentes públicos e privados, económicos, sociais e culturais:

- do potencial de valor acrescentado do turismo de natureza, do turismo de saúde e bem-estar e do turismo cultural;
- da importância da consolidação e qualificação das infra-estruturas e equipamentos turísticos e das actividades de lazer, de forma a aumentar o valor económico da actividade e reduzir a sazonalidade;



4. Visão e Objectivos Operacionais

- da necessidade de promover e diversificar o turismo em espaço rural; de forma a:
 - ◆ disponibilizar experiências gratificantes e de elevada qualidade;
 - ◆ sublinhar e promover a diferenciação do Município;
 - ◆ estimular a criação de empregos, num espectro alargado de competências;
 - ◆ contribuir para a dinamização e diversificação da actividade económica do Município;
 - ◆ gerar benefícios para a comunidade, aumentando a qualidade de vida.

A concretização destes objectivos tem implicações, sobretudo, a dois níveis, com interacções recíprocas: diversificação e fortalecimento da oferta de produtos turísticos e identificação e desenvolvimento de novos mercados.

A diversificação e fortalecimento da oferta de produtos opera-se, necessariamente, por via da construção coerente de produtos integrados para públicos distintos, baseada numa visão holística do lazer:

- termas, natureza, cultura e património;
- saúde e bem-estar, património e desporto;
- natureza e desporto ao ar livre (produtos especializados, especificamente orientados), cultura e património.

Por exemplo, o desenvolvimento estruturado de actividades desportivas a partir dos recursos naturais encontra no Concelho espaços privilegiados para a prática de modalidades ao ar livre. Envolver com carácter profissional os jovens que detêm formação para o efeito, pode tornar-se num instrumento de especialização da oferta turística (turismo de famílias, férias desportivas).

Alguns dos recursos turísticos de Idanha-a-Nova têm relações directas com recursos e destinos turísticos de concelhos vizinhos. Nestes casos deve ser dada especial

4. Visão e Objectivos Operacionais

atenção à gestão coordenada dos mesmos, para que a actividade turística seja desenvolvida de forma articulada e complementar.

A construção de produtos integrados e a especialização de produtos turísticos tem influência nas restantes actividades locais e desse modo permite a consolidação e dinamização da base económica do concelho.

Importa ter sempre presente que a actuação ao nível da oferta de produtos turísticos deve ter como objectivo fundamental de referência a qualidade da experiência do visitante o que implica intervir em vários níveis, como por exemplo:

- Qualificar o ambiente em todas as suas vertentes, e não apenas na paisagística;
- Manter e recuperar a arquitectura tradicional, destacando os seus traços específicos e distintivos, e assegurar a qualidade e a integração arquitectónica das construções novas;
- Gerir e controlar eficazmente o planeamento territorial, nomeadamente no que se refere a áreas urbanizáveis, apostando no investimento público e privado nos centros históricos e nas aldeias históricas e com história, tendo em conta as necessidades de mobilidade dos residentes e dos visitantes;
- Promover a articulação da recuperação do património com o comércio e a prestação de bens e serviços, mobilizando estes empresários para a reabilitação do património construído.

A promoção turística de Idanha-a-Nova deve complementar o marketing do destino com a promoção da elevada qualidade das “experiências” dos potenciais visitantes: os destinos são escolhidos em função da experiência que proporcionarem e não da sua localização. Nesta promoção, que deve obedecer a uma cuidada estratégia profissional de comunicação, cabe à Autarquia a função essencial de dinamização e de mobilização dos agentes económicos e dos agentes turísticos locais.

4. Visão e Objectivos Operacionais

A diferenciação do Município supõe uma aposta consistente no turismo, na cultura e na mobilização de redes e parcerias.

4. Visão e Objectivos Operacionais

4.º Objectivo operacional:

Promover a coesão social e territorial

O desenvolvimento local é indissociável das pessoas. O processo dinâmico em que se traduz o desenvolvimento sustentável assenta em comunidades fortes e dinâmicas. A coesão social e territorial constitui o factor-chave na construção da confiança, da inovação e da participação pressupostas pelo desenvolvimento sustentável.

Com efeito, enquanto a coesão económica visa a redução das disparidades entre níveis de desenvolvimento e a coesão social

A identidade local, a coesão social e a coesão territorial são fundamentais na construção da confiança, da inovação e da participação num processo de desenvolvimento sustentável.

tem por objectivo combater o desemprego, a exclusão social e a falta de formação adequada, a coesão territorial faz convergir num território concreto a coesão económica e social em função dos seus recursos, potencialidades e constrangimentos, impondo políticas locais transversais e específicas.

Em Idanha-a-Nova, com um despovoamento e envelhecimento crescentes, é essencial encontrar uma estratégia que permita contrariar estas tendências e criar condições especiais que tornem o concelho mais atractivo, nomeadamente para a fixação de jovens casais.

A coesão social e territorial impõe uma concretização diferenciada dos objectivos operacionais enunciados numa lógica de rendibilização de recursos e de complementaridade. Importa reter no Município uma população que apesar de ter características demográficas débeis, mantenha um forte sentimento de pertença à comunidade.

O conjunto dos objectivos operacionais enunciados, para além da lógica de alavancagem, atrás referenciada, pretende contribuir para sustentar o sentido dos movimentos demográficos até agora verificados, não a inversão da dinâmica populacional (o que é extremamente difícil, se não mesmo impossível), mas a sua

4. Visão e Objectivos Operacionais

alteração. Para tal torna-se essencial promover a qualificação do trabalho, entendida como empregos melhores e mais atractivos, que permitam a transição efectiva dos jovens para a vida activa, a sua fixação no concelho e a atracção de outros trabalhadores.

No quadro de referência constituído pela visão e pelos objectivos operacionais, o programa de gestão do desenvolvimento sustentável compreende um conjunto de planos de acção que visam a sua concretização. Os planos de acção propostos não são exaustivos e foram seleccionados de acordo com o que se entendeu serem as necessidades de actuação prioritária. Estes planos integram um conjunto de projectos conexos e incluem linhas de acção, acções e sub-acções⁵⁵.

A definição de indicadores de desenvolvimento sustentável que permitem monitorizar a execução dos planos de acção e a identificação dos actores-chave a intervir ao longo do processo envolvendo toda a comunidade representada no Fórum de desenvolvimento sustentável, completam este processo de implementação.



⁵⁵ Com o retrato e diagnóstico ambiental é possível completar o processo de implementação da Agenda 21 Local. A visão e os objectivos definidos na 1.ª etapa da Agenda 21 Local, foram revistos e ajustados, adequando-os do ponto de vista da sustentabilidade ambiental. Face ao diagnóstico ambiental verificou-se a necessidade de enunciar planos de acção exclusivamente vocacionados para o Ambiente.

5

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE

5. Participação da comunidade

O aspecto crítico no processo de desenvolvimento sustentável é a implementação da mudança, o que requer comunicação, compromisso, disseminação e partilha de resultados, bem como avaliação da eficácia da mudança.

Assim, no âmbito da concepção, estruturação, definição, implementação e avaliação da Agenda 21 é indispensável a criação de condições que assegurem que toda a população fique devidamente representada, para poder exprimir opiniões, discutir valores, trocar informação, argumentar sobre necessidades e prioridades, ou seja, participar e cooperar efectivamente.

É neste sentido que se propõe a criação de um Fórum de Desenvolvimento Sustentável, e se apontam algumas orientações, que se entendem como contribuição para instituir este pilar da Agenda 21 Local.

5.1. Missão

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável é a instância fundamental através da qual se opera a participação da comunidade na validação, implementação, acompanhamento e avaliação da Agenda 21 Local.

5.2. Fases Importantes

Para uma efectiva participação da comunidade, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável deve obedecer às seguintes fases (descritas no plano de acção correspondente):

- criação do Fórum, tendo em conta as suas características;
- definição dos objectivos do Fórum, para que todos saibam para que serve, o que se discute e o que se pretende;

5. Participação da comunidade

- composição e constituição do Fórum, tendo em conta o envolvimento de todos os cidadãos individualmente ou enquanto organizações ou agrupamentos existentes, abrangendo todos os sectores da sociedade.

Numa primeira abordagem, todos deverão ser convidados (todos os cidadãos e todos os grupos, da mais diversa índole). Obviamente que desta forma se chega à conclusão que o grupo é grande e, portanto, passar-se-á a uma fase em que a escolha dos membros é feita pela sua representatividade, em relação aos diversos grupos de interesse e sectores constituídos. Nessa medida, a composição do Fórum poderá basear-se em representantes de grupos que envolvam todos os sectores da sociedade: instituições, população local, agentes económicos, agentes sociais, interesses ligados ao ambiente (cfr. Volume do Planos de Acção).

5.3. Contribuição para o Regulamento/Estatutos

Face à necessidade de proceder à criação do Fórum numa fase precoce do processo, importa que exista dinamização para o seu início. Podendo esta função ser assumida pela Autarquia, deve ser constituída por esta uma comissão organizadora, desde logo com participação plurifacetada, e proposta a realização da primeira reunião plenária, sugerindo data, local e agenda. Esta proposta deve ser adequadamente estruturada para ter êxito. É também nesta primeira reunião que se devem definir o regulamento e estatutos de funcionamento do Fórum, com as regras de funcionamento, bem como os aspectos relacionados com a organização administrativa, secretariado e logística (espaços e meios materiais, elaboração de actas e arquivo).

Naturalmente, todas estas questões e tarefas não são fáceis, requerem muito tempo e empenhamento, pelo que é possível que não seja suficiente

Para que uma proposta de intervenção do tipo da Agenda 21 seja consistente e conseqüente é fundamental a auscultação da população, na procura de mecanismos que permitam a participação de toda a comunidade.

5. Participação da comunidade

uma só sessão para organizar, discutir e aprovar tudo o que foi apontado e que se considera o mínimo desejável. É portanto fundamental que se prepare convenientemente todo o trabalho, por exemplo, elaborando as primeiras versões dos documentos, e que sejam previstas várias reuniões “plenárias”, se necessárias.

5.4. Monitorização do processo

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos de monitorização e controlo da concretização dos objectivos operacionais, avaliando periodicamente a adequação dos planos de acção.

A ligação dos indicadores à realidade existente é essencial. Os indicadores são um factor de motivação para a actuação e participação da comunidade, nos seus diferentes sectores, porque evidenciam o caminho percorrido. Numa óptica de melhoria contínua, estimulam o envolvimento de todos, em prol do bem comum.

Para o Município de Idanha-a-Nova os indicadores de sustentabilidade encontram-se agrupados por temas e são tratados sob a forma de fichas técnicas. Foram seleccionados aqueles para os quais existem, actualmente, dados e outra informação relativamente ao Município, tentando-se alcançar os objectivos perseguidos pela Agenda 21 Local e pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Essa metodologia tem em conta que o sucesso da monitorização depende da periodicidade de avaliação dos indicadores, que deve ser anual ou inferior.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos de monitorização do caminho que é percorrido desde a situação existente, e de que se parte, até à concretização dos objectivos operacionais definidos, avaliando periodicamente a adequação dos planos de acção que, para este efeito, são adoptados.

6

Agenda 21 Local
Município de
Idanha-a-Nova



INFORMADORES PRIVILEGIADOS

ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

6. Informadores privilegiados

A presente lista diz respeito a todas as pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo (Março de 2006 e Janeiro de 2008), às quais agradecemos a disponibilidade e a atenção dispensada para responder às questões por nós levantadas.

Eng. Álvaro José Cachuco Rocha
Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Produtor Agrícola

Eng. Armindo Moreira Jacinto
Vice-Presidente e Vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Presidente da Naturtejo – empresa intermunicipal

Eng. Joaquim Manuel Soares
Vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Dra. Idalina Costa
Vereadora da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Presidente da Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova - EPRIN

Eng. António Salgueiro
Vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Presidente do Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova

Sr. Francisco Silva
Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha

Sr. Isaías Manteigas Antunes
Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia

Sr. António Martins Alexandre
Presidente da Junta de Freguesia de Zebreira

Sr. Adelino Andrade Régio
Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto

Sr. Manuel Mascarenhas Sequeira
Presidente da Junta de Freguesia de Oledo

Sr. António Sousa Lisboa
Presidente da Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova

6. Informadores privilegiados

Sr. António Moreno Cruz
Presidente da Junta de Freguesia de Monfortinho

Sr. Luís Guerra
Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro

Sr. Álvaro Mateus Mendes
Centro de emprego do Castelo Branco – I. E. F. P.

Dr. Luís Andrade
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

Eng. Domingos José Valadares
Zona Agrária de Idanha-a-Nova

Eng. João Caldeira
AFLOBEI

Eng. Pedro Robalo
BioRaia

Eng. Paulo Cunha
Associação de Regantes Beira Interior

Eng. Rosa Bonacho
Associação de Produtores de Tabaco

Eng. Paulo Mendonça Batista
Planalto Raiano

Sr. João Fernandes Antunes
Cooperativa de Queijos da Beira Baixa

Sr. Manuel Tavares da Silva
Produtor Agrícola

José Calaveiras Afonso
Produtor Agrícola

Dr. António Martins
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Idanha-a-Nova

Sr. António Correia
Caixa Geral de Depósitos de Idanha-a-Nova

Dr. Pedro Correia Henriques

Dr.ª Lúcia Bispo
Centro de Saúde de Idanha-a-Nova

6. Informadores privilegiados

Sr. João António Costa
Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova

Alferes Flávio Sá
Guarda Nacional Republicana

Dr. Paulo Frias
Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova

Dr. António Mendes Pinto
Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

Dra. Ana Filipa Ferreira
Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova

Sr. Rodrigo Ferreira
Estalagem de Monsanto

Sr. Nuno Capelo
Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

D. Maria Teresa Caria
Sr. António Pires
Posto de Turismo de Idanha-a-Nova

D. Adelaide
Junta de turismo de Monfortinho

Eng. Alexandre Manuel Fernandes
Gabinete de Informática da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Sra. Carla Sofia Nabais
Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova

Dr. Armando Carvalho
Sofia Castel-Branco Silveira
Célia Maria Teixeira
Parque Natural do Tejo Internacional

Sr. Alfredo Vasconcelos
Organização Boom Festival

Dr. Samuel Infante
Quercus

Eng. José Luís Leote
Responsável da Herdade da Poupa – Grupo Monfortur

6. Informadores privilegiados

Dr. Serejo Proença
Veterinário Municipal de Idanha-a-Nova

Padre Fernando Manuel Farinha
Pároco de Salvaterra do Extremo

Dr.ª Ana Fontaínhas
Incubadora de Empresas de Idanha-a-Nova

Dr. Paulo Longo
Formando
Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova

Arq. António Fernandes
Formando
Gabinete de Obras Particulares – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Engª Carla Gomes
Formando
Gabinete de Obras Públicas – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Dr. Isaías Antunes
Formando
Divisão Urbanismo e Ambiente – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Dr. João Jóia
Formando
Gabinete de Acção Social e Saúde – Câmara Municipal de Idanha-a- Nova

Eng. Manuel Monteiro
Formando
Gabinete Técnico Florestal – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Eng. Pedro Dias
Formando
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local – Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova

Sr. Pedro Martins
Formando
Gabinete de Turismo – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Dra. Sónia Campos
Formando
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local – Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova

Eng. Pedro Dias
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

6. Informadores privilegiados

Dr.ª Maria Duarte
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

7

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



A EMPRESA E A EQUIPA



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid

7. A empresa e a equipa

A IPI, fundada em Lisboa em 1999, integra hoje uma rede de pequenas empresas de consultadoria de excelência em Lisboa, Madrid, Paris, Washington, D.C. e Istambul, com ética, dimensão e procedimentos análogos.

Esta rede desenvolve uma política de integração e complementaridade, que é também apoiada num conjunto de parcerias com empresas e instituições perfilhando os mesmos valores.

A rede IPI:

- afirma uma actividade de consultadoria orientada para a inovação, o desenvolvimento estratégico, a potenciação de oportunidades, a implementação de projectos e a concretização de iniciativas;
- adopta uma morfologia interdisciplinar, assumindo a dinâmica do risco e a partilha do conhecimento na confiança e numa ética de responsabilidade.

A rede IPI actua nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento regional, local e sectorial;
- Microempresas e trabalho;
- Inovação e qualidade;
- Ambiente;
- Património cultural;
- Análise de impacte económico e fiscal;
- Indicadores de actividade económica.

7. A empresa e a equipa

Na constituição das suas equipas, a IPI escolhe pessoas com carreiras e experiências profissionais consolidadas e reconhecidas na vida académica, na Administração Pública e na administração de empresas

Neste trabalho colaboraram:

Coordenadores:

- Professor Carlos Laranjo Medeiros
- Professora Doutora Carminda Cavaco

Comissão Consultiva:

- Prof. Doutor Raul Jorge

Consultores especialistas:

- Dra. Paula Oliveira
- Professor Mário F. Lages

Assistentes de investigação:

- Eng.ª Ana Maria Lopes
- Eng.ª Clara Justino
- Dra. Isabel Silva
- Dr. Mário Barroqueiro
- Dra. Patrícia Pedrosa
- Eng.ª Teresa Bártolo

8

Agenda **21** Local
Município de
Idanha-a-Nova



BASE DE DADOS



Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.

Lisboa Paris Washington, D.C. Madrid